

JADER SILVEIRA  
(ORG.)

# VOZES DA SOCIEDADE

QUESTÕES  
POLÍTICAS E  
SOCIAIS

VOLUME 3

MEIO AMBIENTE  
SUSTENTABILIDADE  
DIREITOS HUMANOS  
INCLUSÃO

JUSTIÇA  
EQUIDADE  
RESPEITO

DEMOCRACIA SE FAZ  
COM PARTICIPAÇÃO, ESCUTA E AÇÃO.

EDITORA  
ÓPERA

JADER SILVEIRA  
(ORG.)

# VOZES DA SOCIEDADE

QUESTÕES  
POLÍTICAS E  
SOCIAIS

VOLUME 3

MEIO AMBIENTE  
SUSTENTABILIDADE  
DIREITOS HUMANOS  
INCLUSÃO

JUSTIÇA  
EQUIDADE  
RESPEITO

DEMOCRACIA SE FAZ  
COM PARTICIPAÇÃO, ESCUTA E AÇÃO.

EDITORA  
OPERA

© 2026 – Editora Ópera

[www.editoraopera.com.br](http://www.editoraopera.com.br)

editoraopera@gmail.com

### **Organizador**

Jader Luís da Silveira

**Editor Chefe:** Jader Luís da Silveira

**Editoração e Arte:** Resiane Paula da Silveira

**Capa:** Freepik/Ópera

**Revisão:** Respective autores dos artigos

### **Conselho Editorial**

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Ricael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S587v / Vozes da Sociedade: Questões Políticas e Sociais - Volume 3  
/ Jader Luís da Silveira (organizador). – Formiga (MG): Editora  
Ópera, 2026. 153 p. : il.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-85284-40-0  
DOI: 10.5281/zenodo.20832570

1. Ciências Sociais. 2. Sociedade. 3. Estudo e ensino. I. Silveira,  
Jader Luís da. II. Título.

CDD: 300.7  
CDU: 301

*Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam  
responsabilidade de seus autores.*

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins  
comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Ópera  
CNPJ: 35.335.163/0001-00  
Telefone: +55 (37) 99855-6001  
[www.editoraopera.com.br](http://www.editoraopera.com.br)  
[editoraopera@gmail.com](mailto:editoraopera@gmail.com)  
Formiga - MG  
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:  
<https://www.editoraopera.com.br/2026/06/vozes-da-sociedade-questoes-politicas-e.html>



**Vozes da Sociedade:  
Questões Políticas e Sociais**

**Volume 3**

**Autores**

**Adriana Dutra de Sousa**  
**Alexandre Magno do Carmo Macedo Junior**  
**Ana Maria da Silva Bueno**  
**Andréa Mello Pontes**  
**Antônio Gabriel Santana Martins**  
**Arthur Vinícius Rayol da Cruz**  
**Aslan Rodrigues do Nascimento Bogado**  
**Bárbara Resende Batista**  
**Camilly Danielly Santos Rocha**  
**Catalina Ignacia Robles Dominguez**  
**Claudine Sodrê Aragão Andrade Leal**  
**Daniele Silva de Santana**  
**Elaine Amazonas Alves dos Santos**  
**Ellen Elizabeth Mendes Cândido**  
**Fernanda Leticia Silva Pinto**  
**Geovanna Ellen dos Santos Barbosa**  
**Gisele Aparecida Bovolenta**  
**Janderson Da Silva Andrade**  
**Joana Queiroz Ambrosio Alexandria Pinheiro**  
**Kátia Hale dos Santos**  
**Kauã Kaiky Santos dos Santos**  
**Leida Cabral Nascimento da Silva**  
**Lilia Penha Viana Silva**  
**Lucas da Silva Alegario**  
**Maria Antonieta Rocha dos Santos**  
**Maria Cristina Piana**  
**Maria Natália Ornelas P. B. Guerra**  
**Maricelly Costa Santos**  
**Ninna Beatriz Pereira de Freitas**  
**Paloma Terezinha Miquilini Piani**  
**Paulo Cezar Mendes**  
**Rosalinda Chedian Pimentel**  
**Victoria de Cássia Ferreira da Silva**  
**Wilosmar Willian de Oliveira**

## APRESENTAÇÃO

A obra *Vozes da Sociedade: Questões Políticas e Sociais* insere-se em um campo de reflexão que, ao longo da história, tem se mostrado indispensável à compreensão das dinâmicas que estruturam a vida coletiva. Em um contexto marcado por intensas transformações políticas, reconfigurações institucionais e profundas desigualdades sociais, este livro emerge como um esforço analítico e crítico voltado à problematização das múltiplas vozes que compõem o tecido social contemporâneo.

A complexidade das questões políticas e sociais exige, hoje mais do que nunca, abordagens interdisciplinares que articulem diferentes matrizes teóricas e metodológicas. Nesse sentido, esta coletânea apresenta contribuições que dialogam com campos como a sociologia, a ciência política, a filosofia social e os estudos culturais, promovendo uma leitura abrangente e multifacetada dos fenômenos investigados. Ao reunir perspectivas diversas, os textos aqui apresentados não apenas ampliam o horizonte interpretativo do leitor, mas também evidenciam a pluralidade de experiências e discursos que atravessam a sociedade.

Um dos méritos centrais desta obra reside na sua capacidade de tensionar conceitos estabelecidos, revisitando categorias analíticas clássicas à luz das demandas contemporâneas. Questões como democracia, cidadania, poder, exclusão, identidade e participação social são examinadas sob diferentes prismas, revelando tanto suas permanências quanto suas metamorfoses. Tal abordagem não apenas contribui para o avanço do debate acadêmico, mas também oferece subsídios relevantes para a formulação de políticas públicas e para o fortalecimento das práticas democráticas.

Ademais, é importante destacar que *Vozes da Sociedade* não se limita a uma análise abstrata dos fenômenos sociais. Ao contrário, a obra mantém um compromisso evidente com a realidade empírica, especialmente no que concerne ao contexto brasileiro, cujas especificidades históricas, culturais e institucionais são consideradas de maneira rigorosa e crítica. Nesse aspecto, os textos dialogam com problemáticas concretas, como as desigualdades socioeconômicas, os desafios da representação política, as tensões identitárias e os impactos das transformações tecnológicas na vida social.

Outro ponto digno de nota é a valorização da diversidade de vozes que compõem esta coletânea. Ao reunir autores com diferentes trajetórias acadêmicas e experiências de pesquisa, o livro reafirma a importância da produção coletiva do conhecimento e da construção dialógica do saber. Essa pluralidade não apenas enriquece o debate, mas também reflete, em certa medida, a própria heterogeneidade da sociedade que se busca compreender.

Por fim, esta obra convida o leitor a uma postura reflexiva e crítica diante dos desafios que se apresentam no cenário contemporâneo. Longe de oferecer respostas definitivas, *Vozes da Sociedade: Questões Políticas e Sociais* propõe questionamentos, suscita debates e estimula a construção de novos olhares sobre a realidade social. Trata-se, portanto, de uma contribuição significativa tanto para o meio acadêmico quanto para todos aqueles interessados em compreender, de forma mais aprofundada, as complexas relações que estruturam a vida em sociedade.

Que esta leitura inspire não apenas a reflexão, mas também o engajamento consciente e informado na construção de uma sociedade mais justa, democrática e plural.

## SUMÁRIO

Capítulo 1 <b>O ABANDONO DE MULHERES MARAJOARAS ENCARCERADAS: INTERSECÇÕES PUNITIVAS</b> <i>Andréa Mello Pontes; Victoria de Cássia Ferreira da Silva; Fernanda Leticia Silva Pinto; Camilly Danielly Santos Rocha</i>	<b>11</b>
Capítulo 2 <b>SERVIÇO DE ATENÇÃO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: a experiência do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão</b> <i>Leida Cabral Nascimento da Silva</i>	<b>23</b>
Capítulo 3 <b>ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA: ALTERNATIVA DE PRODUÇÃO FRENTE A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DE MULHERES ASSOCIADAS NO CONTEXTO NEOLIBERAL</b> <i>Claudine Sodr� Aragão Andrade Leal; Elaine Amazonas Alves dos Santos; Ninna Beatriz Pereira de Freitas</i>	<b>36</b>
Capítulo 4 <b>SAÚDE E VULNERABILIDADE: um estudo epidemiológico sobre a popula�o de em situa�o de rua em Ituiutaba-MG</b> <i>Bárbara Resende Batista; Joana Queiroz Ambrosio Alexandria Pinheiro; Paulo Cezar Mendes</i>	<b>50</b>
Capítulo 5 <b>ORFANDADE NO BRASIL – INVISIBILIDADE, QUESTÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA DE ESTADO</b> <i>Gisele Aparecida Bovolenta; Maria Natália Ornelas P. B. Guerra</i>	<b>63</b>
Capítulo 6 <b>SERVIÇO SOCIAL, PARTICIPA�O E DEMOCRACIA EM TEMPOS DO ULTRACONSERVADORISMO: TÁTICAS E ESTRATÉGIAS</b> <i>Kátia Hale dos Santos; Antônio Gabriel Santana Martins; Aslan Rodrigues do Nascimento Bogado; Catalina Ignacia Robles Dominguez</i>	<b>79</b>
Capítulo 7 <b>O SERVIÇO SOCIAL NO ESPAÇO ESCOLAR: ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO � VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES</b> <i>Geovanna Ellen dos Santos Barbosa; Paloma Terezinha Miquilini Piani; Ana Maria da Silva Bueno; Maria Cristina Piana; Rosalinda Chedian Pimentel</i>	<b>92</b>
Capítulo 8 <b>FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NO ENSINO PÚBLICO DE BELÉM-PA: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA SOBRE AUTODECLARA�O E COTAS RACIAIS</b> <i>Alexandre Magno do Carmo Macedo Junior; Maria Antonieta Rocha dos Santos; Arthur Vinícius Rayol da Cruz; Janderson Da Silva Andrade; Kau� Kaiky Santos dos Santos; Lucas da Silva Alegario</i>	<b>107</b>

Capítulo 9

**MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: A INFLUÊNCIA DO MOVIMENTO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS NA POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**119**

*Adriana Dutra de Sousa; Lilia Penha Viana Silva*

---

Capítulo 10

**ENTRE LEIS E SILÊNCIOS: a proteção integral da criança e do adolescente e o papel do Serviço Social**

**132**

*Ellen Elizabete Mendes Cândido; Daniele Silva de Santana; Wilosmar Willian de Oliveira; Maricelly Costa Santos*

---

**AUTORES**

**146**



**Capítulo 1**  
**O ABANDONO DE MULHERES MARAJOARAS**  
**ENCARCERADAS: INTERSECÇÕES PUNITIVAS**

*Andréa Mello Pontes*

*Victoria de Cássia Ferreira da Silva*

*Fernanda Leticia Silva Pinto*

*Camilly Danielly Santos Rocha*

# **O ABANDONO DE MULHERES MARAJOARAS ENCARCERADAS: INTERSECÇÕES PUNITIVAS**

**Andréa Mello Pontes**

*Docente da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará, Doutora em Antropologia Social pela Universidad Complutense de Madrid (2009),*

[andreamellopontes@gmail.com](mailto:andreamellopontes@gmail.com)

**Victoria de Cássia Ferreira da Silva**

*Graduanda de Serviço Social pela Universidade Federal do Pará, [vickcaniff21@gmail.com](mailto:vickcaniff21@gmail.com)*

**Fernanda Leticia Silva Pinto**

*Graduanda de Serviço Social pela Universidade Federal do Pará,*

[fernanda.pinto@icsa.ufpa.br](mailto:fernanda.pinto@icsa.ufpa.br)

**Camilly Danielly Santos Rocha**

*Graduanda de Serviço Social pela Universidade Federal do Pará,*

[camillysantos0406@gmail.com](mailto:camillysantos0406@gmail.com)

## **RESUMO**

A pesquisa analisa o abandono socioafetivo de mulheres marajoaras encarceradas no Pará, evidenciando como gênero, território e classe agravam a exclusão. A distância geográfica, a falta de políticas públicas e a invisibilidade institucional resultam em isolamento afetivo e social, exigindo ações interseccionais para reparação e justiça.

**Palavras-chave:** Mulheres marajoaras. Encarceramento feminino. Interseccionalidade.

### **ABSTRACT**

The research analyzes the socio-affective abandonment of Marajó women incarcerated in Pará, highlighting how gender, territory, and class intensify exclusion. Geographic distance, lack of public policies, and institutional invisibility result in emotional and social isolation, demanding intersectional actions for reparation and justice.

**Keywords:** Marajoara women. Female incarceration. Intersectionality.

## **INTRODUÇÃO**

A realidade das mulheres privadas de liberdade no Brasil evidencia múltiplas camadas de desigualdade, aprofundadas pela combinação de fatores como gênero, raça, classe social e território. Este artigo analisa a situação das mulheres marajoaras encarceradas na Unidade de Custódia e Reinserção Feminino de Ananindeua (UCRF), no estado do Pará, utilizando a abordagem interseccional como lente crítica. A interseccionalidade, conforme proposta por Kimberlé Crenshaw, permite compreender como a discriminação se manifesta simultaneamente em diferentes dimensões da vida social, afetando especialmente mulheres negras, pobres e oriundas de regiões periféricas, como o arquipélago do Marajó. Ao adotar essa metodologia, a pesquisa articula o Serviço Social com a necessidade de produzir análises comprometidas com a justiça social e a equidade de direitos.

A partir de dados quantitativos extraídos do SISDEPEN (2024.2) e da Secretaria de Administração Penitenciária do Pará (SEAP), identificou-se que 3,96% das mulheres encarceradas no sistema penitenciário paraense são originárias do Marajó. Destas, 60% não recebem visitas regulares, revelando uma dimensão invisível do cárcere: o abandono afetivo. Esse cenário evidencia o impacto do isolamento geográfico, da precariedade econômica das famílias ribeirinhas e da ausência de políticas públicas voltadas à manutenção dos vínculos familiares, refletindo um padrão de exclusão que ultrapassa os limites da punição legal. Assim, o cárcere opera como instrumento de aprofundamento das desigualdades sociais, onde o isolamento não é apenas físico, mas também simbólico e emocional.

Nesse contexto, o Serviço Social tem um papel fundamental ao denunciar e intervir nas expressões da questão social presentes no sistema prisional, sobretudo em relação às mulheres que já enfrentavam múltiplas violações antes mesmo da reclusão. A

análise interseccional proposta neste estudo aponta para a urgência de políticas públicas integradas e territorializadas, que considerem as especificidades dessas mulheres enquanto sujeitos de direitos. Superar o abandono institucional e afetivo exige romper com a lógica punitivista e construir estratégias de cuidado, escuta qualificada e reintegração social, sobretudo para aquelas que habitam os territórios historicamente invisibilizados da Amazônia Legal.

## **MÉTODO**

A referida análise faz um estudo quantitativo, utilizando a metodologia interseccional - O termo foi popularizado pela jurista Kimberlé Crenshaw no final da década de 1980, ao analisar as experiências de mulheres negras, que sofrem discriminação tanto por serem mulheres quanto por serem negras, em sua grande maioria por serem mulheres negras e pobres, essas dimensões não podem ser analisadas separadamente, resultantes das expressões sociais da discriminação de gênero, raça e classe resultantes para a privação de liberdade - com intuito de compreender a realidade das mulheres em privação de liberdade na Unidade de Custódia e Reinserção Feminino de Ananindeua (UCRF), no Pará. Com a finalidade de estudar os enfoques que experienciam a solidão das mulheres marajoaras no sistema prisional.

A pesquisa se baseou na amostra de dados oficiais do Sistema de Informação do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN), base de dados coletados do ano de 2024.2, possuindo 631 mulheres encarceradas no sistema prisional paraense, sendo 3,96% mulheres naturais do arquipélago do Marajó. Essa análise busca evidenciar as vivências diante ao apagamento do ciclo social e ao abandono afetivo as mulheres situadas da região das ilhas marajoaras.

A coleta de dados foi realizada a partir de fontes documentais oficiais através do grupo de pesquisa da Universidade Federal do Pará - INTERFACES, que viabilizou através dos estudos a obtenção dos dados oficiais. Foi coletado dados de maneira informal direta com o Coronel da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), pois houve impasses para a obtenção de dados mais específicos sobre esse perfil de mulheres marajoaras no encarceramento - O ato de encarcerar uma pessoa em consequência de cometer um ato que infrinja a lei, a privação de liberdade é estabelecida através de uma

sentença penal. Estudos analisam o encarceramento como uma penalidade social, econômica ou política - devido à escassez de dados públicos, através desse contato foram obtidos dados da comarca do Marajó do primeiro semestre de 2025 do quantitativo de mulheres marajoaras privadas de liberdade estão no sistema carcerário.

A pesquisa usou como embasamento o uso de documentos oficiais, contato informal e conhecimento teórico como livros referentes a temática - privação de liberdade, a obra “Encarceramento em Massa” de Juliana Borges, que visa abordar os impactos da interseccionalidade e os apagamentos sociais causados pelo sistema punitivo. A obra da escritora Tani Wurster - “O outro encarcerado: ser mulher importa para o sistema de justiça? ”, critica relevantemente as desigualdades de gênero no sistema de justiça.

## **A SOLIDÃO DA MULHER MARAJOARA NO ENCARCERAMENTO**

Tani Maria Wurster, em sua dissertação “O outro encarcerado: ser mulher importa para o sistema de justiça?” (2019), aponta:

Sujeitos encarcerados são em geral, mas de modo especial em delegacias, contabilizados apenas como presos. A ausência de problematização quanto ao gênero desses sujeitos faz supor que sejam eles homens, e o sistema carcerário atua sobre eles a partir da perspectiva do masculino. A “suposta” neutralidade do sistema age para invisibilizar as mulheres e as suas singularidades. É que o sistema não é neutro, é masculino. (WURSTER, 2019, p. 31)

Como apontado pela autora, o encarceramento de mulheres no Brasil não é visto de maneira isolada, a estrutura do sistema penitenciário é pensada a partir do encarceramento masculino, onde poucas penitenciárias são adaptadas às necessidades femininas. Fato este que nega a individualidade presente nos corpos femininos, gerando múltiplas formas de opressão às mulheres privadas de liberdade. Deve-se ter em vista que mulheres possuem necessidades específicas completamente diferente dos homens, onde esses corpos se tornam cada vez mais vulneráveis, principalmente em um sistema que não lhe enxerga.

Além disso, a autora complementa:

Ou seja, mais do que o dobro dos estabelecimentos que abrigam presas são estabelecimentos mistos, cuja administração, arquitetura prisional e serviços foram formulados a partir do paradigma de funcionamento do

estabelecimento masculino, compatível com a lógica patriarcal, portanto. Nas palavras do relatório do Departamento Penitenciário Nacional, incapazes de observar as especificidades de espaços e serviços destinados às presas. (WURSTER, 2019, p. 34)

Ademais, autora afirma que “Assim, se o cárcere é um espaço de invisíveis, a invisibilidade que qualifica o feminino aprofunda a circunstância de abandono às mulheres, e as destina à condição de “sujeitos apagados de vista”, ou o refúgio do refúgio”. Ou seja, o método de encarceramento brasileiro invisibiliza as pessoas, e principalmente as mulheres, ao negar que estas cumpram suas penas em uma estrutura que esteja qualificada para atender as necessidades de seus corpos, negando seus direitos.

Assim, reserva-se à mulher presa dois destinos igualmente violadores de direitos: ou é detida em unidade prisional localizada próximo à família, mas ausente de estrutura para atender às singularidades que caracterizam o feminino, ou é transferida para uma unidade específica de aprisionamento feminino, distante dos parentes e amigos. (WURSTER, 2019, p. 41)

Paralelamente a isto, a invisibilidade destas mulheres se intensifica quando se traz o recorte geográfico, como é o caso das mulheres encarceradas que residiam nas ilhas do Arquipélago do Marajó, no norte do país. Ao serem encarceradas, estas mulheres são levadas aos dois destinos citados acima pela autora: Uma unidade próxima, mas sem estrutura ou uma unidade com estrutura longe de seus familiares. As duas opções são igualmente violadoras de direitos, principalmente quando falamos de mulheres chefes de família e em vulnerabilidade socioeconômica.

A pesquisa revelou, entre outros fatores, que a distância entre o local da prisão e a residência dos familiares, aliada à baixa renda familiar, atua para reservar às mulheres um lugar de esquecimento e solidão. O afastamento entre a unidade prisional e o local de residência da presa intensifica, portanto, o isolamento que permeia toda forma de encarceramento, mas é especialmente característico do aprisionamento feminino, tendo em vista as singularidades que caracterizam a gravidez e a maternidade. (WURSTER, 2019, p. 44).

Neste bojo, a unidade penitenciária feminina mais próxima do Arquipélago do Marajó, se encontra na região metropolitana de Belém, assim, mulheres marajoaras detidas são destinadas a cumprirem pena longe de familiares e amigos, sendo obrigadas ao isolamento quase completo do convívio de seus entes queridos. Por questões econômicas e de localidade, o acesso à região metropolitana de Belém se torna

extremamente difícil para os familiares das mulheres encarceradas, fazendo com que as visitas a elas sejam um caminho árduo.

Sobre isso, a autora Juliana Borges, na obra *Encarceramento em massa* (2019), aponta:

Ao inserirmos a opressão de gênero, é possível enxergar como a interseccionalidade é fundamental tanto para pensar um novo projeto estratégico quanto para pensar medidas emergenciais, seja considerando mulheres em situação prisional, seja em mulheres que acabam passando pelo cárcere indiretamente pela relação com seus familiares. (BORGES, 2019, p. 20).

Portanto, para compreender a realidade destas mulheres, é necessário um recorte que preze por suas especificidades de raça, gênero e classe social, tendo em vista que essas mulheres são residentes de ilhas, o que as torna hiper vulneráveis à seletividade penal.

Desta forma, desenvolver estratégias de maneira interseccional é o caminho para garantir o direito dessas mulheres, ao considerar as diversas camadas de opressão, como gênero e classe, tornando possível, assim, o desenvolvimento de medidas eficientes e emergenciais que atendam tanto às mulheres encarceradas quanto as intervenções afetadas por suas relações familiares.

## **ENTRE O ENCARCERAMENTO E A DISTÂNCIA: O ISOLAMENTO SOCIAL E TERRITORIAL DE MULHERES MARAJOARAS**

A pesquisa teve como foco mulheres marajoaras em privação de liberdade da unidade de custódia e reinserção feminino de Ananindeua (UCRF), no Pará, com o objetivo de investigar os efeitos do abandono afetivo. Os dados foram fornecidos pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), do Governo do Estado do Pará, com base em registros institucionais das comarcas do Marajó. Trata-se de uma abordagem mista, com dados quantitativos sobre a presença de visitas e análise qualitativa sobre o contexto da ausência familiar.

A amostra registrada compreende 25 mulheres originárias do arquipélago do Marajó, atualmente privadas de liberdade. No entanto, os dados apresentam lacunas importantes quanto à identificação regional das mulheres que recebem visitas (Marajó oriental ou ocidental), o que dificulta deduções precisas sobre fatores geográficos que

possam influenciar o distanciamento familiar. Do total de mulheres marajoaras encarceradas, apenas 10 recebem visitas regulares de familiares, enquanto 15 permanecem sem qualquer tipo de visita, o que representa 60% da amostra em situação de abandono afetivo explícito. Isso, sem a clareza de qual parte do Marajó são as mulheres que recebem visitas. A Tabela 1 demonstra a distribuição de visitas entre as internas marajoaras.

**Tabela 1** – Distribuição de visitas recebidas por mulheres marajoaras encarceradas (n=25)

Situação das visitas	Número de internas	Percentual (%)
Recebem visitas	10	40%
Não recebem visitas	15	60%

Fonte: **BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional.** Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen: Pará. Brasil, 2025.

A ausência de informações sobre a localidade exata de origem, Marajó oriental ou ocidental, dificulta a análise do impacto da distância geográfica como justificativa para o não comparecimento das famílias. No entanto, as dificuldades dos meios de transporte, a baixa renda das comunidades ribeirinhas e a desinformação sobre os processos penais podem ser considerados fatores indiretos que aprofundam o abandono familiar.

Embora os dados não incluam entrevistas ou relatos diretos das internas, a situação de abandono afetivo institucionalizado é evidente nos registros, abrindo margem para discussões mais amplas sobre o isolamento social enfrentado por mulheres encarceradas oriundas de territórios periféricos da Amazônia Legal. Assim, o fato de 60% dessas mulheres não receberem visitas não é apenas reflexo da distância física, mas também do rompimento estrutural de vínculos sociais, agravado pela criminalização da pobreza e do território. Trata-se, portanto, de uma exclusão que atravessa o corpo, a geografia e os afetos, revelando-se uma forma de punição que se estende muito além das grades.

Em um contexto de extrema vulnerabilidade como o do arquipélago do Marajó — marcado historicamente pelo abandono geopolítico, escassez de políticas públicas, isolamento territorial — é urgente repensar as formas de vínculo que sustentam a dignidade de mulheres em privação de liberdade provenientes deste lugar, desse território. O sistema prisional, tradicionalmente limitado ao controle e contenção na perspectiva do “crime e do castigo”, precisa avançar para uma perspectiva de inclusão social, cuidado e reintegração sociofamiliar, mercado de trabalho oportunidades

educacionais, especialmente para aquelas que já vivenciam múltiplas camadas de exclusão antes mesmo do cárcere como produto do heteropatriarcado capitalista.

A visita familiar, embora essencial, não é suficiente como único canal de manutenção de vínculo. A ausência de estrutura nas redes de transporte, a fragilidade econômica das famílias ribeirinhas e a criminalização da pobreza tornam a visita presencial inviável para muitas. Qualificar o vínculo, portanto, demanda uma política de interfaces: um diálogo contínuo entre o sistema de justiça, os serviços socioassistenciais, as políticas de saúde, educação, cultura e direitos humanos.

A promoção da dignidade e dos vínculos afetivos de mulheres privadas de liberdade, especialmente em contextos como o Marajó, demanda ações integradas e sensíveis às suas realidades. O acesso à comunicação digital, por meio de ferramentas seguras como chamadas virtuais e plataformas de mensagens, representa um avanço essencial para reduzir a distância afetiva e territorial entre essas mulheres e suas famílias. Paralelamente, a criação de uma rede intersetorial entre unidades prisionais e programas sociais permite o acompanhamento familiar à distância, viabilizando escuta qualificada e encaminhamentos que atendam também às demandas das famílias fora do sistema prisional.

Além disso, iniciativas que ofereçam educação e cultura, com foco na valorização das identidades locais, como oficinas que resgatam elementos da cultura ribeirinha, são fundamentais para fortalecer os laços das mulheres com seu território, mesmo em situação de reclusão. Complementarmente, a atenção psicossocial por meio de grupos de apoio emocional e atendimentos psicoterápicos é essencial para a reconstrução dos laços afetivos, principalmente em casos de abandono ou ruptura familiar. Por fim, o acompanhamento pós-cárcere deve ser garantido com políticas de reinserção que respeitem as especificidades da Amazônia e da vivência feminina no cárcere, assegurando que o vínculo com a família e a comunidade seja preservado após o cumprimento da pena.

Pensar o vínculo em uma dimensão ampliada, para mulheres marajoaras encarceradas, é reconhecer que o abandono não começa no presídio, mas se aprofunda nele. Essas mulheres vêm de comunidades onde o Estado é uma presença esporádica, e a ausência de acesso a direitos básicos é regra, não exceção. Qualificar o vínculo é, portanto, criar pontes onde antes havia silêncios, pontes entre o cárcere e o território, entre a dor e o cuidado, entre o esquecimento e a reparação. Este é um chamado à justiça

que não se limita à punição, mas se expande em direção à escuta, ao afeto e ao compromisso com vidas que importam, mesmo quando marginalizadas pela geografia e pelo sistema.

## **CONCLUSÃO**

Por fim, a análise das mulheres marajoaras privadas de liberdade evidencia um cenário complexo e doloroso de abandono socioafetivo, profundamente enraizado em questões de território, gênero, raça e classe social. A elevada taxa de ausência de visitas não pode ser dissociada das dificuldades territoriais, econômicas e sociais enfrentadas por suas comunidades de origem, revelando um padrão sistemático de exclusão que ultrapassa os muros da instituição penal. A condição de hiper vulnerabilidade dessas mulheres, agravada pela seletividade penal e pela invisibilidade de seus afetos, exige ações interseccionais e emergenciais que não apenas reconheçam suas múltiplas opressões, mas também busquem restaurar vínculos e garantir direitos por meio de políticas públicas de igualdade e equidade social. A falta de dados sobre o recorte geográfico dentro do arquipélago do Marajó reforça a necessidade de pesquisas mais detalhadas, sensíveis às especificidades locais, considerando o racismo ambiental como parte da estrutura do racismo estrutural.

Portanto, o encarceramento dessas mulheres não se resume à privação de liberdade física: trata-se de um aprisionamento simbólico, social e afetivo, que penaliza não apenas o indivíduo, mas também o território e os laços que o sustentam. Enfrentar esse abandono exige mais que reformas institucionais — requer escuta, reconhecimento e reparação para que a justiça alcance, de fato, as margens invisibilizadas da Amazônia Legal. Necessário se faz reiterar que devem se aprofundar ainda mais — ampliando com referências teóricas, conceitos críticos e caminhos possíveis de ação, mantendo o tom acadêmico e sensível às realidades amazônicas:

O fenômeno do encarceramento feminino no Marajó pode ser interpretado à luz de teóricos como Angela Davis (2003), que denuncia a função social do cárcere como ferramenta de exclusão racial e sexual, e de Patricia Hill Collins (2000), que reforça a centralidade da interseccionalidade como lente para compreender os múltiplos sistemas de opressão. No contexto amazônico, esses aportes dialogam com autores como Alfredo Wagner (2010), ao tratar da territorialidade e invisibilidade das populações ribeirinhas,

e com Abdias do Nascimento, na crítica ao racismo estrutural que permeia as políticas públicas brasileiras.

O conceito de racismo ambiental, trazido por Robert Bullard (1990), é fundamental para compreender como os territórios do arquipélago do Marajó são sistematicamente excluídos de investimentos estatais, produzindo contextos de vulnerabilidade que se refletem diretamente na experiência prisional dessas mulheres. Os efeitos dessa marginalização não são apenas materiais, mas profundamente simbólicos: reafirmam a ideia de que certos corpos femininos, negros, periféricos e amazônicos, são descartáveis dentro da lógica carcerária.

Nesse cenário, é imprescindível que a produção de políticas públicas considere uma abordagem interseccional, que reconheça essas camadas de opressão como estruturantes e proponha estratégias de reparação para além do sistema penal. A escuta qualificada das mulheres encarceradas, o mapeamento das comunidades de origem e a valorização dos saberes locais devem compor os eixos de atuação de qualquer proposta que se pretenda emancipatória.

Caminhos como a justiça restaurativa, os programas de reintegração territorial e o fortalecimento de redes comunitárias podem se tornar instrumentos de reconstrução de vínculos e promoção de autonomia. O reconhecimento das múltiplas violências vividas por essas mulheres não deve ocorrer apenas na esfera jurídica, mas na valorização de suas narrativas, na reconstrução de laços familiares e no acesso a direitos básicos como educação, saúde, trabalho e cultura.

Assim, romper com o paradigma punitivista exige uma transformação da forma como a sociedade enxerga a liberdade, o território e a dignidade. É preciso que a justiça alcance também as margens esquecidas — não como extensão de poder institucional, mas como construção coletiva de cuidado, reparação e emancipação.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

**BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional.** Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen: Pará. Brasil, 2025.

**BORGES, Juliana.** *Encarceramento em massa.* São Paulo: Pólen, 2019.

**BULLARD, Robert D.** *Dumping in Dixie: Race, Class, and Environmental Quality.* Boulder: Westview Press, 1990.dere...

**COLLINS, Patricia Hill.** *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment.* New York: Routledge, 2000.


**CRENSHAW, Kimberlé.** Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

**DAVIS, Angela.** *Are prisons obsolete?* New York: Seven Stories Press, 2003.

**NASCIMENTO, Abdias do.** *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.* 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

**WAGNER, Alfredo.** Territorialidades e territorialização: conceitos e implicações. In: ENCONTRO DA ANPUR, 13., 2009, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: ANPUR, 2009. p. 1-20.

**WURSTER, Tani Maria.** *O outro encarcerado: ser mulher importa para o sistema de justiça?* 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.



**Capítulo 2**  
**SERVIÇO DE ATENÇÃO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE**  
**VIOLÊNCIA: a experiência do Hospital Universitário da**  
**Universidade Federal do Maranhão**  
*Leida Cabral Nascimento da Silva*

# **SERVIÇO DE ATENÇÃO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: a experiência do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão**

***Leida Cabral Nascimento da Silva***

*Possui Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Residência Multiprofissional em Saúde (UFMA); Especialista em Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes (USP); Mestrado em Políticas Públicas pelo Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas (PPGPP-UFMA). Atualmente exerce a função de Assistente Social do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HUUFMA). Tem experiência na área de Serviço Social com ênfase em Gestão e Saúde Pública; Membro da Comissão de Orientação e Fiscalização COFI/CRESS-MA; Membro do Comitê de Ética em Pesquisa do HUUFMA; Preceptora do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do HUUFMA e Supervisora Técnica de Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Serviço Social da UFMA.*

## **RESUMO**

O objetivo é analisar o atendimento ofertado pelo Serviço de Atenção a Mulheres em Situação de Violência Sexual no HU-UFMA a partir dos profissionais. O método de análise é o marxista, os participantes são integrantes da equipe multidisciplinar, e a coleta dos dados, entrevista semiestruturada. Os resultados da pesquisa revelam a importância do serviço e o envolvimento dos profissionais.

**Palavras-chave:** violência; relações de gênero; políticas públicas.

## **ABSTRACT**

The objective is to analyze the services offered by the Women in Situations of Sexual Violence Service at HU-UFMA, based on the professionals involved. The analysis method is Marxist, the participants

are members of a multidisciplinary team, and data collection is done through semi-structured interviews. The research results reveal the importance of the service and the involvement of professionals.

**Keywords:** violence; gender relations; public policies.

## **INTRODUÇÃO**

A implantação de um serviço para atender uma população específica, em instituições de saúde, instaura uma nova dinâmica e cria respostas para uma demanda reprimida. Entretanto, requer o acompanhamento sistemático e análise dos fatores que facilitam ou impedem a sua implementação.

Este estudo pretende identificar e analisar os fatores que condicionam de maneira positiva ou negativa o cumprimento das ações previstas para atender as mulheres que buscam o referido serviço no HUUFMA. Para isso, elegi um percurso que destaca a visão dos profissionais: assistentes sociais, enfermeiros, farmacêuticos médicos, psicólogos e gestores do serviço especializado, propondo uma reflexão sobre a importância dos direitos sexuais e reprodutivos, que assim como os direitos humanos, surgiram para salvaguardar direitos fundamentais das pessoas, e sua materialização no sistema de saúde através da oferta de programas e serviços para suprir demandas da sociedade e sua consolidação em normativas como é o caso do Serviço Especializado de Atenção às Mulheres em Situação de Violência.

Essas conquistas foram mobilizadas pelos movimentos feministas e de mulheres a partir do seu poder de pressão e que impuseram ao Estado respostas às determinações das convenções internacionais que se estabeleceram nesse período.

Busco identificar e analisar o alcance do Serviço Especializado de Atendimento a Mulheres em Situação de Violência, resultante da pesquisa dos dados obtidos no HUUFMA, com os profissionais atuantes na Unidade Materno Infantil. As reflexões partem da própria dinâmica do serviço ofertado.

## **ATENDIMENTO OFERTADO PELO SERVIÇO ESPECIALIZADO DE ATENÇÃO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO HUUFMA**

No Maranhão, a implantação dos primeiros serviços para atendimento de mulheres em situação de violência sexual, na área da saúde, emergiu em 2000. O

Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão iniciou com o atendimento a crianças e adolescentes, e a partir de 2003 passou a ser referência no atendimento de mulheres em situação de violência sexual. O serviço vem se estruturando ao longo dos anos, em 2014 novos(as) profissionais foram inseridos na equipe, após o concurso da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH. Atualmente, o serviço integra, de acordo com organização do Sistema Único de Saúde – SUS, a Linha de Cuidado de Atendimento à Pessoa em Situação de Violência Sexual e no ano de 2021 elaborou o Protocolo Assistencial – PA para o atendimento a esse público com intuito de “normatizar e garantir o acesso a um serviço de saúde especializado no estado do Maranhão” (HUUFMA, 2021).

O serviço, de acordo com o organograma institucional, está ligado ao ambulatório de ginecologia e obstetrícia, atende pessoas com sexo biológico feminino (incluindo homens transgênero) de qualquer idade, crianças e adolescentes de até 14 anos 11 meses e 29 dias do sexo masculino em situação de violência sexual.

O escopo do trabalho baseou-se em analisar a assistência prestada nos casos de violências atendidos no serviço, destacando as percepções dos sujeitos envolvidos, tanto na gestão quanto na execução das ações, as informações contidas nos relatórios, documentos e no disposto na Política Pública de Saúde e Normas Técnicas.

Os elementos analisados, a partir da entrevista com os(as) profissionais da equipe e os(as) gestores(as), foram os seguintes: sobre a oferta de capacitação para atuação no serviço; a maneira como são definidas as rotinas e competências de cada setor envolvido, as ações executadas e seus responsáveis durante o atendimento; sobre os encaminhamentos internos e externos realizados; principais desafios a transpor, considerados aspectos dificultadores para o alcance dos objetivos; sobre a garantia do aborto legal às mulheres nas situações definidas em leis e portarias; as ações previstas de monitoramento e avaliação do serviço e a percepção da equipe sobre a relevância desse trabalho para a sociedade, como aspecto facilitador.

Quanto ao treinamento da equipe, a pesquisa revelou que os(as) profissionais não tiveram treinamento específico, buscaram se qualificar em cursos de atualização e especializações por conta própria ou através de treinamento em serviço com os(as) profissionais que já trabalhavam anteriormente.

*Na verdade, o treinamento que foi feito, foi o treinamento em serviço com as colegas que já faziam o atendimento [...] Como nós iríamos fazer parte desse setor, elas foram passando o serviço. Mas treinamento, não (Hibisco).*

*As primeiras capacitações foram por iniciativa própria. Porque ao chegar num serviço, no começo não se tem muita experiência, temos que ir atrás mesmo. Então sobre capacitação oferecida pelo Hospital, não. (Tulipa).*

*Eu participei de uma capacitação em Brasília. [...] foi uma complementação dentro de uma capacitação que o governo estava oferecendo para alguns hospitais universitários e eu fiquei mais alguns dias. De resto, não lembro de nenhuma capacitação (Hortência).*

Segundo o relato dos(as) entrevistados(as), não houve preocupação inicial em oferecer capacitação para a equipe. Os motivos não foram explicitados. Contudo, é evidente que o serviço surgiu de uma necessidade social e enquanto uma resposta à ação política do movimento feminista e de mulheres e que foi se ajustando conforme sua implementação. Todavia, o fato de não ter atentado para a importância de se buscar o aperfeiçoamento através de capacitações e treinamentos pode ter influenciado na integração e alinhamento da equipe, sobre questões como sexualidade, procriação, autonomia e empoderamento, que apesar dos(as) entrevistados(as) terem demonstrado conhecimento, não eram relacionados às práticas cotidianas, tendo em vista as situações contraditórias no atendimento.

O aperfeiçoamento profissional é importante para melhorar as habilidades técnicas, mas não é suficiente para promover um atendimento integral e articulado com outras dimensões. O perfil dos profissionais que atuam neste campo deve estar alinhado a posturas mais abertas, respeito às diversidades, livre de preconceitos e sobretudo que não imponha um pensamento pessoal como uma única verdade para as práticas no âmbito profissional. Além do mais, a formação enquanto consciência de cidadania implica em romper com o conservadorismo e a discriminação no atendimento às usuárias e usuários, sob pena de comprometer a sua saúde física e mental.

Sobre como são definidas as ações e a divisão de responsabilidades dentro da equipe, a pesquisa revelou que:

1 As capacitações dos(as) profissionais atuantes nos principais setores responsáveis pelo acolhimento das usuárias, como o setor de recepção e segurança, foram planejadas e executadas por membros da equipe do serviço especializado, através de oficinas, além da sensibilização e discussão de um fluxo de atendimento; 2 O

acolhimento e notificação da violência aos órgãos de vigilância em saúde e aos Conselhos Tutelares é de competência do Serviço Social e do setor de classificação de risco; 3 O ambulatório é responsável pelo seguimento e realiza as consultas de enfermagem, psicologia e ginecologia; 4 A Comissão de Ética, formada por três membros, sendo um(a) médico(a), um(a) psicólogo(a) e um(a) assistente social, avalia os processos de solicitação de abortamento. 5 Ao Serviço de Assistência Farmacêutica compete a dispensação e orientação sobre prescrição medicamentosa contra Infecções Sexualmente Transmissíveis, a pílula do dia seguinte e demais medicamentos necessários e; 6 Quanto ao Laboratório, realiza a coleta e análise clínica do material biológico. Vejamos algumas respostas:

*Fizemos oficinas com a segurança, com a recepção para que pudessem identificar quando essa mulher chega aqui para que setor deve ser direcionada e dentro desse processo de construção e educação a gente pensou num fluxo interno e um protocolo de acesso (Vitória-régia).*

*O serviço social faz o primeiro acolhimento e é responsável pela notificação. Não pergunta a história porque o papel da saúde não é interrogar, não é de responsabilização. É acolher e prestar o serviço em saúde (Lavanda).*

*Somos informados de que chegou uma “vítima” e ficamos aguardando a prescrição médica, como já temos conhecimento sobre o protocolo do Ministério da Saúde, nós já vamos nos preparando para atender essa pessoa, separando os medicamentos e inclusive água, para ajudar. São vários medicamentos, tem os medicamentos que ela precisa tomar aqui e os medicamentos que ela vai levar para casa, que são da profilaxia contra o HIV (Antúrio).*

*A gente aguarda a coleta dos exames que ela faz também aqui, durante o atendimento. Antigamente, quando eu iniciei no serviço especializado, a paciente vinha para cá receber os seus exames e ficava muito exposta, todo mundo sabia sobre o caso, atualmente existe essa preocupação com a questão do sigilo (Gerânio).*

A análise dos dados verificou que o serviço possui um nível de organização satisfatório em relação ao acesso, a equipe possui entendimento sobre os conceitos de gênero e direitos sexuais e reprodutivos, e abertura para o debate político na perspectiva feminista. Há um esforço da equipe para cumprir com as ações pactuadas e que os papéis de cada setor foram definidos. No entanto, o número de profissionais que desempenham as ações programadas é insuficiente. De acordo com as observações realizadas durante a

coleta de dados, a equipe que atua no serviço especializado é a mesma que trabalha no ambulatório de sexualidade, criado a partir da portaria do MS n.º 2.803/2013, que redefine e amplia o Processo Transexualizador no SUS. Os profissionais se revezam para atender as rotinas dos dois ambulatórios.

*[...]o número de profissionais ainda é pequeno, se a gente for pensar nesse sentido, precisa de mais profissionais, então nosso desafio seria ter mais profissionais (Hortêncja).*

Isso é uma realidade em muitos setores do HUUFMA, não há uma cobertura adequada de recursos humanos para o atendimento tanto na internação quanto nos ambulatórios. Expõe um dos graves problemas no Sistema Único de Saúde, desde sua implantação, a falta de profissionais aliada a má gestão dos recursos, priorizando alguns setores, cujas rubricas de financiamento são mais vantajosas financeiramente, ligados a alta tecnologia, em detrimento de outros setores de igual importância, mas que prestam serviços de menor complexidade, principalmente no atual contexto de políticas de minimização do Estado, fundadas na ideologia adotada enquanto tendência atual no serviço público.

No âmbito do SUS, evidencia o caráter focalizado das ações e se contrapõe ao princípio da integralidade, ou seja, a garantia do atendimento preventivo e curativo, optando por defender o projeto de saúde enquanto mercadoria (DIAS, 2008, p. 86).

Os encaminhamentos internos realizados pelos setores envolvidos no atendimento às mulheres foram destacados pelos(as) entrevistados(as):

*Em pacientes que cujo atendimento é realizado até as 72 horas, são encaminhadas para as terapias antirretrovirais (Lavanda).*

*Após os primeiros atendimentos “elas” são encaminhadas para consulta de enfermagem para identificar e orientar sobre os métodos contraceptivos (Calêndula).*

*Nos casos que resultam em gravidez indesejadas, são encaminhadas à Comissão de Ética para passar pela aprovação do procedimento de interrupção (Camélia).*

*São encaminhadas para o setor de internação para que haja a interrupção da gravidez (Hibisco).*

*[...]após a alta hospitalar o seguimento continua sendo ambulatorial, de onde ela veio ela retorna, onde ela começou o atendimento (Lavanda).*

Os encaminhamentos externos foram apontados(as) pelos entrevistados(as) como desafios. Pois, de acordo com as orientações do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Profilaxia Pós-Exposição de Risco à Infecção pelo HIV, IST e Hepatites

Virais – PEP as usuárias devem permanecer em acompanhamento ambulatorial por até 1 ano após a data da violência sexual. Contudo, muitas usuárias procedentes de municípios do interior do estado deveriam realizar o seguimento no seu endereço de origem, o que muitas vezes não é possível devido à ausência da oferta do serviço. Ademais, em alguns casos o acesso ao Programa de Tratamento Fora do Domicílio – TFD é negado ou tem sua regularidade comprometida devido à ausência da gestão municipal.

Nesses casos, a permanência das mesmas usuárias em atendimento ambulatorial inviabiliza o acesso de novas usuárias.

*Para nós, o maior desafio está na rede, pois não tem muitas referências após a alta dessas pacientes. Ficamos às vezes com essas pacientes por um tempo maior e isso acaba comprometendo o nosso atendimento com novas pacientes (Lavanda).*

A reivindicação pela melhoria na qualidade da atenção às usuárias e usuários é simplesmente o seu direito de ser assistido de modo acolhedor e resolutivo. Contudo, as ações fragmentadas e pontuais possuem um caráter assistencialista, ligado à ideologia do voluntariado ou até mesmo tecnicista, dentro de uma lógica de racionalidade nos processos de trabalho. Da mesma forma, os(as) trabalhadores(as) também têm o direito a ter condições adequadas de trabalho.

A humanização na saúde não pode ser vista como competência de alguns setores ou áreas como saúde da mulher, da criança, do idoso; ou de atribuições de algumas categorias profissionais como assistentes sociais e psicólogos; ou ainda como exigência do mercado para otimização dos recursos. Deve ser compreendida como estratégia para alterar práticas que obstaculizam a efetivação plena do SUS, enquanto resultado da ação coletiva, e ter como foco os sujeitos sociais que a compõem: usuárias (os), trabalhadores(as) e gestores(as). É imprescindível para a efetivação do SUS, o reconhecimento e valorização dos ideais defendidos pelo Movimento de Reforma Sanitária fundados em transformações concretas nas práticas de saúde ofertadas à população, respeitando a sua diversidade. Vejamos outros desafios apontados:

*Nosso maior desafio, [...] é ter uma preocupação com constantes processos de formação (Antúrio).*

*[...]a gente está precisando de mais investimento na equipe, capacitações, atualizações, nesse sentido, as coisas podem melhorar (Tulipa).*

*[...] a importância de ela não abandonar o tratamento, fazer o tratamento completo para diminuir a chance de contrair HIV, para a gente isso é o principal, pois ela além do*

*trauma resultante da violência, está sujeita a infecções. Imagina contrair uma doença de uma pessoa que fez isso contigo ou uma gravidez indesejada, é horrível (Azaleia).*

Existe uma grande preocupação com a formação e qualificação da equipe nos relatos apresentados, tendo em vista que 25% dos entrevistados(as) afirmaram ser esse o maior desafio, enquanto 16,66% referiram como maior desafio o acolhimento às usuárias, e para outros 16,66% o maior desafio está no alcance do serviço à população usuária. Sendo que 41,74%, já exposto, acreditam ser o maior desafio a contrarreferência, relacionada aos encaminhamentos à rede socioassistencial.

Importante pontuar, que para uma política atingir maior efetividade é necessário, além do suporte de recursos humanos e tecnologia, que se mantenha uma boa articulação com a rede de serviços, entendida como um importante arranjo político a nível local para oferta de suporte social à população atendida (ÁVILA, 2003; AVELAR, 2018). Além do mais, o trabalho em rede constitui uma grande inovação no campo da saúde, visto que, segundo Avelar (2018), propõe uma organização participativa, processo do cuidado mais flexível, valorização do território e a proximidade dos equipamentos sociais à população.

Da mesma maneira, a intersetorialidade é para muitos gestores de políticas públicas uma estratégia para atender cidadãos e cidadãs de maneira mais completa, de acordo com o princípio da integralidade na atenção observado na política de enfrentamento à violência contra mulheres. Uma vez que a sua funcionalidade depende da ação de agentes múltiplos capazes de responder as necessidades em sua totalidade.

Portanto, é necessário a articulação de diferentes áreas como, segurança pública, saúde, educação, assistência social, órgãos de justiça, delegacias de polícia, defensoria pública, para que possa ter êxito o combate à violência (SAFFIOTI, 2004).

A garantia do abortamento em Unidades de Saúde de Referência, como o HUUFMA, está prevista no Código Penal, Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940, normatizado pelo MS desde 1998 (BRASIL, 2015), e regulamentado pela Portaria n.º 485, de 1º de abril de 2014 do Ministério da Saúde.

O HUUFMA cumpre com os critérios estabelecidos na Portaria Ministerial. No que tange ao atendimento nos casos de gravidez resultante da violência, o protocolo estabelece o fluxo que deve ser seguido pelos(as) profissionais, garantindo a realização do procedimento.

Quando inquiridos sobre o aborto legal e a garantia da realização do procedimento de interrupção da gravidez, os participantes apresentaram as seguintes respostas:

*Nós começamos a perceber, durante o plantão noturno, a busca de mulheres por atendimento, com lágrimas, e então nós fomos tentar descobrir o que eram aquelas lágrimas. As lágrimas eram em função das marcas do abuso sexual, de imediato era a agressão na alma e a necessidade de limpeza desse corpo (Rosa).*

*[...] muita gente imagina que é uma decisão mais fácil, muito pelo contrário. O abortamento deixa marcas daquela vivência traumática, cada um tem seus valores, suas crenças, suas histórias de vida, dificilmente uma mulher vem aqui revelar que sempre quis fazer aborto, nunca vi isso. É uma situação de urgência, decisões num tempo curto (Azaleia).*

*Existem alguns médicos que ainda recorrem a objeção de consciência para não realizar o procedimento, mas melhorou muito, se percebe uma evolução, um aumento no número de abortamentos legais, até porque ficou tudo muito mais bem estruturado depois do protocolo (Hortência).*

As falas demonstram uma sensibilidade da equipe para o reconhecimento do aborto enquanto um direito e a oferta da atenção integrada pelos setores envolvidos, de forma a evitar a revitimização destas mulheres. No entanto, o serviço ainda não avançou quanto a oferta de requisitos básicos para o “atendimento humanizado”, entendido como observação aos critérios das normativas, como por exemplo, a garantia de instalações físicas adequadas para o acolhimento das usuárias no CO – Centro Obstétrico previstos na Portaria n.º 11/2015 do MS (BRASIL, 2015).

As mulheres são assistidas no CO, em leitos divididos por cortinas, simultaneamente e com as demais gestantes parturientes, conforme narrado por um(a) dos(as) participantes da pesquisa. Há ainda 2 leitos na enfermaria do ALCON – Alojamento Conjunto que são utilizados pelas mulheres nas situações de violência. Contudo, não são exclusivos para este atendimento.

Quanto ao monitoramento e avaliação das ações do serviço, foi identificado que o acompanhamento é realizado por meio de sistema de informações e relatórios, que são encaminhados periodicamente para a gestão.

De acordo com a Norma Técnica de atendimento Humanizado às Pessoas em Situação de Violência Sexual do MS, é responsabilidade dos(as) gestores(as) e

diretores(as) dos estabelecimentos de saúde a implantação de mecanismos de avaliação das ações desenvolvidas (BRASIL, 2015).

Os entrevistados relataram que utilizam o sistema para registro dos atendimentos, além de outras formas de monitoramento:

*Tem os indicadores que são avaliados mensalmente e são apresentados pelo gestor em período previamente definido, a partir de um fluxograma, o número de atendimentos por faixa etária, número de atendimento por sexo, o número de terapias antirretrovirais que nós administramos em pacientes que têm o atendimento dentro das 72 horas (Lavanda).*

Quanto à relevância do serviço, enquanto ambiente de acolhimento e de participação, os(as) entrevistados(as) fizeram as seguintes observações:

*Acho que a gente evoluiu muito, pois desde o momento que “ela” é atendida é explicado a situação e prováveis encaminhamentos. Se ela chega antes de 72 horas será prescrito toda medicação antirretroviral até o quinto dia, é feita a prevenção da gravidez, na emergência, e em caso de paciente gestante ela tem toda uma orientação com a psicóloga sobre as opções de interrupção da gravidez. Caso a detecção da gravidez for de até 22 semanas, além disso, ela tem também a opção de levar a gestação e doar o filho ou tem a opção de manter gestação e ficar com filho (Hortência).*

Deste modo, a pesquisa revela a importância do serviço e o envolvimento dos profissionais, bem como a necessidade de atualização de algumas ações para o fortalecimento das políticas para mulheres.

## CONCLUSÃO

Apesar da importância dos serviços de saúde na materialização das ações de implementação de políticas para as mulheres, esse campo ainda não reconhece o seu relevante potencial. É muito comum na área da saúde, o tema da violência ser visto como uma questão policial, afastando profissionais por receio de envolvimento com a justiça. Essa postura compromete o desenvolvimento do trabalho, pois enfatiza estereótipos que impactam em aspectos técnicos e éticos.

Uma outra constatação verificada nos órgãos de notificação está relacionada as poucas evidências físicas deixadas pelo ato de violência sexual, sobretudo em se tratando de adolescentes e mulheres adultas, cujo mecanismo utilizado é a grave

ameaça. Geralmente, é necessário comprovar a violência por meio de elementos materiais. Quando a violência resulta em lesões, estas recebem o tratamento devido, mas nos casos de situações que deixam pouco ou nenhum vestígio, as mulheres são desacreditadas e recebem menor atenção nos serviços.

A assistência à saúde no atendimento às situações de violência sexual não deve se limitar a perícias e buscas de evidências de um evento, mas priorizar o acolhimento. Uma vez que as marcas deixadas estão para além de tais evidências e essas atitudes reforçam a desigualdade de gênero.

Por fim, reafirmo a relevância do Serviço de Atenção às Mulheres em Situação de Violência Sexual desenvolvido no HUUFMA, que reflete a luta histórica das feministas por saúde e direitos reprodutivos que tem neste serviço o reconhecimento das mulheres como sujeito de direito.

## REFERÊNCIAS

ÁVILA, Maria Betânia. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. In: **Cadernos de saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 465-469, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/q9MctdsGhp3QSKspjfPt5Rx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jun 2025.

BRASIL, **Código Penal - Decreto-lei 2848/40 | Decreto-lei no 2.848**, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91614/codigo-penal-decreto-lei-2848-40>. Acesso em: 8 jul. 2025.

BRASIL, **Lei nº 11.340/2006** de 07 de agosto 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/atos2004-2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos2004-2006/Lei/L11340.htm). Acesso em: 08 jun. 2025.

BRASIL, Ministério da Saúde; Ministério da Justiça; Secretaria de Política para as Mulheres. **Norma técnica para a atenção humanizada às pessoas em situação de violência sexual**, 2015. Disponível em: [https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao\\_humanizada\\_pessoas\\_violencia\\_sexual\\_norma\\_tecnica.pdf](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada_pessoas_violencia_sexual_norma_tecnica.pdf). Acesso em: 24 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. **Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para profilaxia pós-exposição (PEP) de risco à infecção pelo HIV, IST e hepatites virais** – Brasília: 2021.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria nº 485**, de 1º de abril de 2014. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0485\\_01/04/2014.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0485_01/04/2014.html). Acesso em: 07 jul 2025.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria nº 11**, de 7 de janeiro de 2015. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt0011\\_07\\_01\\_2015.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt0011_07_01_2015.html). Acesso em 31 mai 2025.


CAPELLA, Ana Claudia N. **Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas**. In: HOCHMAN, Gilberto, ARRETCHE, Marta:

DIAS, Marly de Jesus Sá. **Feminização do trabalho no contexto da reestruturação produtiva na saúde pública**: rebatimentos no Serviço Social e na Medicina no HUUFMA. 2008. 220 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.

EBSERH/HUUFMA, **Hospital do Maranhão inicia linha de cuidado de atenção às vítimas de violência sexual**. Disponível em: <http://www.ebserh.gov.br/pt/web/portal-ebserh/detalhes-das-noticias/> Acesso em 10 mai. 2025.

HUUFMA. **Protocolo assistencial de atendimento à pessoa em situação de violência sexual**. São Luís, 2021 (mimeo).

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.



**Capítulo 3**  
**ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA: ALTERNATIVA DE  
PRODUÇÃO FRENTE A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DE  
MULHERES ASSOCIADAS NO CONTEXTO NEOLIBERAL**

*Claudine Sodré Aragão Andrade Leal*

*Elaine Amazonas Alves dos Santos*

*Ninna Beatriz Pereira de Freitas*

**ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA: ALTERNATIVA DE PRODUÇÃO  
FRENTE A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DE MULHERES ASSOCIADAS  
NO CONTEXTO NEOLIBERAL**

***Claudine Sodré Aragão Andrade Leal***

*Assistente Social; Mestranda UFRB; Sesc Serviço Social do Comércio Bahia;  
dineleal1@hotmail.com*

***Elaine Amazonas Alves dos Santos***

*Assistente Social; Mestre UFBA; Conselho Federal de Serviço Social 2023-2026;  
elaineamazonas@gmail.com*

***Ninna Beatriz Pereira de Freitas***

*Assistente Social; Especialista UFBA; Secretaria Municipal de Saúde de Salvador;  
ninnabia@gmail.com*

**RESUMO**

Este artigo faz um estudo sobre a Economia Popular e Solidária (EPS) como alternativa produtiva de inclusão social e de geração de renda para as iniciativas artesanais associadas, com recorte de gênero, em contraponto às estratégias neoliberais, na perspectiva de análise do capital, do Estado e das relações sociais, visando compreender as transformações no mundo do trabalho sob a lógica da reestruturação produtiva e suas consequências para a economia popular e solidária, estabelecendo conexões entre as dinâmicas produtivas, políticas e sociais contemporâneas. O trabalho visa compreender como uma parte de trabalhadoras excluídas do mercado formal ressignifica sua existência, através de uma economia alternativa e periférica intitulada EPS analisada, como uma prática de resistência e inclusão

socioproductiva. O trabalho amplia a compreensão a respeito da produção e das relações de trabalho, como um meio alternativo de inclusão social e geração de renda cooperada e associada, sem a pretensão de apresentá-la como uma estratégia de superação do modelo de produção vigente, esse estrutural e hegemônico gerador de precarização e flexibilização do trabalho. Essa economia representa a resistência de uma parte da classe trabalhadora excluída do mercado de trabalho, estabelecendo práticas econômicas solidárias, autogestionárias unidas através de coletivos que emergem em contraposição ao modelo capitalista tradicional.

**Palavras-chave:** Economia Popular e Solidária. Relações de Trabalho. Proteção Social e Estado.

#### **ABSTRACT**

This article examines Popular and Solidarity Economy (PSE) as a productive alternative for social inclusion and income generation within associated artisanal initiatives. Adopting a gender-sensitive lens, the study contrasts PSE with neoliberal strategies through an analysis of capital, the State, and social relations. It seeks to understand transformations in the world of work under the logic of productive restructuring and their consequences for the popular and solidarity economy, establishing connections between contemporary productive, political, and social dynamics. The research aims to comprehend how a segment of female workers excluded from the formal market redefines their existence through an alternative and peripheral economy. This practice is analyzed as a form of resistance and socio-productive inclusion. Furthermore, the study expands the understanding of production and labor relations as alternative means for social inclusion and cooperative income generation. It does not, however, claim to present PSE as a definitive strategy for overcoming the current structural and hegemonic production model, which inherently generates job insecurity and labor flexibilization. Ultimately, this economy represents the resistance of a portion of the working class marginalized by the labor market, establishing self-managed solidarity practices through collectives that emerge in opposition to the traditional capitalist model.

**Keywords:** Popular and Solidarity Economy. Labor Relations. Social Protection State.

## **INTRODUÇÃO**

Este artigo visa ampliar a compreensão sobre a Economia Popular e Solidária (EPS) considerada uma economia alternativa, adversa às imposições economicamente dominantes, que busca promover a inclusão socioproductiva de mulheres trabalhadoras

informais, instrumentalizada pela tecnologia social na perspectiva das iniciativas artesanais associadas e suas determinantes na esfera do trabalho.

Nesta lógica, pretende-se ter a compreensão a respeito da EPS na perspectiva de produção e das relações de trabalho, visando perceber um meio alternativo de inclusão social e geração e complementação de renda, mas sem a pretensão de apresentá-la como uma estratégia de superação do modo de produção vigente, e sim, como oportunidade de trabalho coletivo, tendo em vista a realidade imposta.

Essa economia que detém um contingente de trabalhadores alijados do trabalho formal, visa promover espaços produtivos, coletivos, cooperados, associados e no caso deste estudo, iniciativas artesanais associadas com recorte de gênero, na perspectiva de desenvolvimento local solidário, atrelado a melhoria de condições de vida e acesso a bens materiais e sociais em seus territórios.

A análise está substanciada na perspectiva do materialismo histórico-dialético, pautado no antagonismo das relações de classes sociais, de um lado a força de trabalho e de outro a apropriação privada dos meios de produção, gerador da precarização do trabalho e da subalternidade da classe trabalhadora.

A primeira parte da discussão aborda a dimensão crítica conceitual de Estado, sociedade civil e as relações de trabalho em um contexto histórico neoliberal que valida a manutenção da lógica capitalista e proporciona, dentre outras consequências, a exclusão das classes dominadas.

No segundo momento, faz uma abordagem sobre a precarização do trabalho na perspectiva de gênero sob um coletivo de mulheres.

A terceira parte versa sobre a estrutura proposta por uma economia popular e solidária, que detém um contingente de trabalhadores excluídos da formalidade e oriundos do desemprego estrutural, e que visa promover espaços produtivos, coletivos, cooperados e associados.

Esta análise traz a discussão sobre as iniciativas artesanais associadas com recorte de gênero, direcionado às trabalhadoras artesanais utilizando a tecnologia social na perspectiva de desenvolvimento local solidário, atrelado a melhoria de condições de vida e acesso a bens materiais e sociais em seus territórios.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Estado, sociedade civil e as relações sociais de trabalho**

A proposta desse estudo perpassa pela análise sobre Estado e sociedade civil por serem instituições complexas e interdependentes e por isso justificar o contexto político, social e econômico e suas tensões e desafios na atualidade. E a compreensão a respeito das relações de trabalho e da proteção social.

A trajetória histórica de dependência e retrocessos políticos, econômicos e sociais está presente no Brasil desde o período colonial. No âmbito social, verifica-se através da imposição do trabalho em viés exploratório e cruel, marcado pela escravização negra e indígena. E no campo político e econômico, destaca-se um cenário marcado pela dominação de poder, exploração e exportação das riquezas.

A precariedade das condições e relações de trabalho e a contradição capital impostas pela questão social, demonstram como afirma Yamamoto (1982) que o ingresso da classe trabalhadora no cenário político brasileiro gera a exigência de reconhecimento como classe, em contradição ao Estado e a burguesia.

Condição essa que também proporciona o pauperismo de um determinado grupo, qual seja, a classe trabalhadora, legitimada com a perspectiva de que quem gera a riqueza não a acessa.

Segundo Pereira (2011) significa dizer que não é possível falar de Estado sem relacioná-lo à sociedade, e vice-versa, pois onde quer que ambos apareçam, um tem implicações no outro e se influenciam mutuamente. Há a necessidade de compreensão da dimensão conceitual do Estado já que os indivíduos e as sociedades em geral vivem sobre a égide desta instituição.

A partir da dimensão conceitual de Estado, não se procura uma teoria para sua definição e sim o entendimento de como ele se forma em contexto histórico, e as correlações de forças. De acordo com Pereira (2011):

Por ser um processo histórico que contempla passado, presente e futuro, além da coexistência de antigos e novos fatores e determinações, a relação exercitada pelo Estado tem caráter dialético – no sentido de que propicia um incessante jogo de oposições e influências recíprocas entre sujeitos com interesses e objetivos opostos (PEREIRA, 2011, p.146).

O Estado para além da sua capacidade de utilizar a força coercitiva para garantir a ordem e a hegemonia dominante, realiza concessões para não haver rupturas, mas ainda assim, de caráter seletivo e excludente.

Por isso apesar de ele ser dotado de poder coercitivo e por estar predominantemente a serviço das classes dominantes, pode também realizar ações protetoras, visando às classes subalternas, desde que pressionado, para tanto, e no interesse de sua legitimação (IANNI, 1996, apud PEREIRA, 2011, p. 146).

Na dimensão conceitual, a sociedade civil está inserida num campo não neutro, nem consensual, mas premeado de intensas disputas políticas e ideológicas. Sua análise, centrada em uma perspectiva crítica, busca justamente desnudar as tensões internas e compreender como ela se articula em diferentes projetos de sociedade.

A sociedade civil segundo Dagnino (2004) não pode ser compreendida como um espaço homogêneo e automaticamente virtuoso. Ao contrário, ela propõe que se entenda a sociedade civil como um campo de conflitos, onde coexistem e se enfrentam diferentes grupos sociais e políticos, portadores de visões distintas — e por vezes antagônicas — sobre a democracia, os direitos e as formas de organização social. Esta concepção rompe com uma visão idealizada da sociedade civil como mera contraposição ao Estado e a associa à complexidade dos processos sociais.

Faz-se necessário a abordagem de sociedade civil com base gramsciana em sua análise da superestrutura e da hegemonia para entender o processo de dominação e resistência, abrangendo as organizações e instituições que existem fora do Estado, mas essenciais para a manutenção da supremacia do capital e do Estado, como aponta Coutinho (2007):

... 'revolução passiva' os processos de transformação em que ocorre uma conciliação entre as frações modernas e atrasadas das classes dominantes, com a explícita tentativa de excluir as camadas populares de uma participação mais ampla em tais processos (GRAMSCI, 2002, apud COUTINHO, 2007).

O processo histórico recente, abordado aqui, versa sobre a precarização do trabalho e chama a atenção para o problema que se inicia com o final da ditadura, e que visa a reorganização entre o Estado e a sociedade civil no Brasil, até os dias atuais, que é a proposta neoliberal. De acordo com Coutinho, 2007):

Adotando um modelo neoliberal, a burguesia (sobretudo do setor financeiro, hoje predominante) propõe não só o fim do intervencionismo estatal, com transferência para o mercado a regulação da economia, mas também a desconstrução do velho corporativismo do Estado, no qual, em troca da renúncia a autonomia de suas organizações sociais e políticas, eram concedidos legalmente aos trabalhadores alguns direitos sociais (COUTINHO, 2007, p. 194).

Fazendo um paralelo com o objeto de pesquisa, visa buscar alternativas de produção e sobrevivência, frente o sistema capitalista e conseqüentemente as expressões da questão social, dentre elas a fome, as condições precarizadas de trabalho, o desemprego, a pobreza. Visto que o neoliberalismo propõe uma redução significativa da intervenção do Estado, privatização dos serviços, flexibilização das leis trabalhistas, desregulamentação dos mercados, e outros impactos negativos. De acordo com Pereira (2018):

Portanto, discutir algumas concepções da Questão Social, uma vez que é um conceito complexo e não consensual, revela-se de grande relevância, posto que as suas diversas expressões, como a violação à vida, são agravamentos, acirrando a contradição entre capital e trabalho, inseparável do modo de produção capitalista. (PEREIRA, 2018, p.54)

Diante dessa conjuntura, o Estado começa a responder com as políticas sociais focalizadas, fragmentadas para conter as expressões das questões sociais, que também por serem fruto de reivindicações, foca na perspectiva de criação de medidas de consenso e não no seu enfrentamento. Netto (2009) confirma:

Através da política social, o Estado burguês, no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes. (NETTO, 2009, p. 30).

A população alijada do mercado de trabalho vivencia a repressão e a assistência por parte do Estado, população essa, alvo das políticas sociais. Nessa perspectiva, a Economia Popular e Solidária, não rompe com o capitalismo, concorre com ele. E de acordo com Pereira (2018):

Diante do exposto, podemos aludir que a flexibilização das relações de trabalho aponta para uma perda dos direitos dos trabalhadores, o que provoca uma desestruturação da antiga relação de trabalho e uma busca do capital por se reestruturar contra o trabalho organizado, gerando na classe trabalhadora uma série de inseguranças e causando uma crise de pertencimento social, ou seja, de ter ou não um lugar no mercado de trabalho (PEREIRA, 2018, p.57).

Portanto, o sistema de proteção social traz em sua gênese medidas de seguridade social nos anos oitenta, a partir da Constituição Federal de 1988, no enfrentamento dos riscos sociais. Jaccoud (2009) define proteção social como um conjunto de iniciativas

públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais visando enfrentar situações de risco social ou privações sociais.

Enfim, a conjunção interdependente e complexa entre a atuação do Estado, da sociedade civil e da proteção social na perspectiva do neoliberalismo, no modelo capitalista, traz uma dinâmica balizada em graves problemas de ordem socioeconômica, política, cultural, ambiental, geradores de desigualdade e exclusão social.

## **2.2 Precarização do trabalho e a interseccionalidade**

As dimensões da desigualdade podem ser determinadas por variadas manifestações, como a exploração nas relações de trabalho, violação dos direitos sociais, pobreza e subalternidade, abordada por Yazbek (1993) como resultante direta das relações de poder da sociedade.

A classe trabalhadora, mesmo diante da precariedade das relações e condições de trabalho e vida, cria meios de resistência e enfrentamento ao sistema opressor e excludente.

Segundo Castel (1998), o entendimento de pobreza, ainda que cause precariedade e vulnerabilidade, não se refere somente à falta de acesso a bens materiais. Aponta também para os marcadores de escassez de oportunidade de opção entre diferentes alternativas, além da privação da participação popular no circuito de reciprocidade, um assegurador de direitos. Considerando que em meio às necessidades alternativas de inclusão produtiva, ainda recai sobre as mulheres o desafio de lidar com as opressões relacionadas à desigualdade de gênero.

Concomitadamente, além da exploração e precarização do trabalho, retroalimentada pela reprodução do capital no ciclo sistêmico de dominação, a vertente se tona ainda mais complexa, devido às relações de poder e os diversos mecanismos de controle, opressão e padrões patriarcais.

O desafio de resistência sob a questão de gênero, raça e classe, em gênese não dissociativa, segundo Davis (2016), na perspectiva da interseccionalidade, conceituada pela autora como a interseção entre gênero, raça e classe, mostrando como as opressões não atuam de forma isolada, mas se combinam para intensificar desigualdades, preconiza valorizar práticas e alternativas de resistência fomentadas nos espaços de aprendizagem, solidariedade e luta política. Avista-se um novo modelo de sociedade no

aspecto da importância da educação para uma efetiva libertação, de ruptura com a lógica opressora.

### **2.3 Economia Popular e Solidária: alternativa de inclusão produtiva**

A discussão sobre Economia Popular e Solidária neste trabalho, não visa romantizar essa economia, a ponto de ter a pretensão de superação do modelo atual vigente. É importante ressaltar que este modelo alternativo, não invalida o modo de manutenção e dominação do capital. Visa trazer compreensões sobre uma alternativa de economia que prioriza a autogestão, a cooperação, na tentativa de promover a inclusão social de empreendimentos solidários de grupos de trabalhadores marginalizados, excluídos do mercado formal e em situação de vulnerabilidade social.

A Economia Popular e Solidária como proposta de modelo autogestionário de produção, traz uma perspectiva de uma construção um grupo societário mais democrático conforme Chauí (2013) faz as suas considerações:

A continuidade da construção de uma sociedade democrática só pode ser a práxis da classe trabalhadora e por isso é fundamental que ela própria, como já o fez tantas outras vezes na história e tão claramente no Brasil, nos anos 1980 e 1990, encontre, em meio às adversidades impostas pelo modo de produção capitalista, caminhos novos de organização, crie suas formas de luta e de expressão autônoma, seja o sujeito do seu fazer (Chauí, 2013, p. 133).

A contínua busca por estratégias de geração de trabalho e renda que se contraponham à ordem vigente, a EPS visa a criação de possibilidades de inclusão socioprodutiva e dignidade, conforme propõe Lima (2016):

A Economia Popular e Solidária, apesar das dimensões que ocupa e do contingente potencial de trabalhadores que pode atingir, ainda é uma economia considerada periférica, pois é aquela que, tendo em vista a sua dinâmica, emerge de reações adversas às imposições do capitalismo globalizante centralizado e verticalizado no poder do mercado (LIMA, 2016, p.4)

Essa mobilização propõe repensar estruturas em torno do processo coletivo que se posiciona adversa ao modelo capitalista hegemônico, no aspecto de pensar estruturas e práticas políticas alternativas que promovam formas econômicas populares vinculadas às cadeias produtivas de participação social e inclusão produtiva. Como aponta Singer (2000):

O Estado é um ambiente em constante disputa em seu entorno, pois os interesses são diversos, e que no modo de produção capitalista a classe burguesa faz valer a sua vontade; entretanto, a classe trabalhadora, mobilizada pelo movimento da Economia Solidária e pelos movimentos sociais enquanto sociedade civil organizada, possibilita a esta economia tornar-se um “modo de produção solidário”. (SINGER, 2000, p.15).

Segundo Goerck (2010) o enfrentamento do capitalismo visa à ocupação socioprodutiva com relações sociais mais justas, levando em consideração os saberes populares construídos coletivamente preconizados pela Economia Popular e Solidária com ações que direcionam a potencialização de um espaço integrado de aprendizagem na perspectiva do trabalho coletivo visando o desenvolvimento de ações de capacitação profissional dos grupos produtivos, com vistas à inserção socioprodutiva e da dignidade.

Dagnino (2004) alerta para o fato de que há uma disputa em curso entre dois projetos de sociedade: de um lado, o projeto neoliberal, que reduz o papel do Estado, desmobiliza politicamente a sociedade e utiliza a linguagem da participação de forma funcionalista; de outro, o projeto democrático radical, que busca ampliar direitos, aprofundar a cidadania e fortalecer os laços entre Estado e sociedade por meio da deliberação pública e do engajamento social.

Além da exploração e precarização do trabalho, retroalimentada pela reprodução do capital no ciclo sistêmico de dominação, a vertente se torna ainda mais complexa, devido às relações de poder e os diversos mecanismos de controle e opressão, e em meio às necessidades alternativas de inclusão produtiva, de iniciativas artesanais associadas, mais precisamente, mulheres artesãs, ainda recai sobre elas desafio de lidar com as opressões relacionadas ao gênero.

Em consideração aos aspectos teóricos da Economia Popular e Solidária e seus princípios socioeconômicos e políticos, houve a elegibilidade desta economia para dar suporte à pesquisa que traz o universo das trabalhadoras artesãs com o objetivo de identificar os processos educativos e inclusão social em grupos associados, que desenvolvem tecnologias sociais, com a customização de resíduos têxteis, a partir de ações em rede de produção solidária, no âmbito da ocupação socioprodutiva, através da mobilização política e da participação social.

A tecnologia social, instrumento utilizado como estratégia na perspectiva de aplicação de métodos e técnicas acessíveis e sustentáveis é conceituada por Dagnino (2014) como:

A tecnologia social, contrária a convencional, trata-se do resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico (que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção) e de um acordo social (que legitima o associativismo), os quais ensejam, no ambiente produtivo, um controle (auto gestor) e uma cooperação (de tipo voluntário e participativo), que permite uma modificação no produto gerado, passível de ser apropriado, segundo a decisão do coletivo (DAGNINO, 2014, p.).

A proposta traz, em sua dinâmica, a diversidade de forma horizontal, na construção coletiva do conhecimento e na produção de peças customizadas, criativas e socialmente produzidas, sobretudo na inclusão de mulheres trabalhadoras.

### **3. METODOLOGIA DA PESQUISA**

A análise deste estudo adota uma abordagem quali-quantitativa ou métodos mistos, como denominam Creswell e Clark (2007), pois apresentam uma tipologia voltada para as Ciências Sociais, no intuito de sistematizar um conjunto de dados (quantitativos) que apoiam os outros dados (qualitativos) ou vice-versa, tendo em vista que são complementares e ao combinarem, fornecem um quadro mais geral do estudo.

O método quantitativo preocupa-se com a representatividade numérica, isto é, com a medição objetiva e a quantificação dos resultados, segundo Zanella (2013) e já o método qualitativo preocupa-se em conhecer a realidade segundo a perspectiva dos sujeitos participantes da pesquisa.

Os instrumentos a serem utilizados como forma de coleta de dados serão: a entrevista semiestruturada, que combina perguntas abertas e fechadas que possibilitam que o pesquisador alcance os objetivos almejados através do direcionamento do diálogo, sem cercear a influência e naturalidade dos entrevistados, já que estes podem discorrer sobre a temática de acordo com suas concepções, sem perder de vista o foco central da temática em questão, segundo Minayo (2010);

Técnicas de documentação indireta e documentação direta por meio da observação direta intensiva – observação sistemática in loco e observação direta extensiva – questionários, formulário (LAKATOS, 2010);

Para a amostragem, constituem como sujeitos da pesquisa, os grupos associados de mulheres artesãs, participantes de associações e cooperativas, que desenvolvem práticas artesanais como ocupação sócio produtiva.

### **3. ANÁLISE DE DADOS**

A pesquisa evidencia que a maioria das mulheres artesãs inseridas em grupos associados apresenta baixa escolaridade, baixo poder aquisitivo e dependência do artesanato como principal ou importante fonte de sustento familiar. Elas se organizam em associações e redes de produção solidária, mas com gestão pouco formalizada e forte desigualdade de funções entre os membros.

A insuficiência de inclusão em processos educativos de qualificação e capacitação impacta diretamente a continuidade desses grupos. A formação disponível é pontual, voltada quase que exclusivamente para técnicas de produção, sem abordar capacitações voltadas a fortalecimento produtivo e gestão. Isso limita o planejamento coletivo, aumenta a rotatividade de participantes e enfraquece a autogestão, contribuindo para a desarticulação das associações.

Em relação à mobilização política e à participação social, algumas mulheres participam de feiras, encontros e redes de artesanato, o que permite certo avanço na percepção de direitos e na troca de experiências. Contudo, essa participação ainda é frágil e pouco institucionalizada, com pouca influência sobre políticas públicas e decisões econômicas. A precarização do trabalho, a sobrecarga de tarefas domésticas e a falta de apoio pedagógico e político explicam, em parte, essa limitação.

Por fim, as tecnologias sociais desenvolvidas pelos grupos – como oficinas coletivas, rotinas de produção compartilhadas – dialogam com os princípios da Economia Popular e Solidária, ao fortalecer cooperação, solidariedade e autonomia. No entanto, sua consolidação depende de mais investimento em formação, apoio institucional e articulação política, para que a ocupação socioprodutiva das mulheres se torne uma alternativa efetiva à precarização do trabalho e à exclusão social.

### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A proposta deste trabalho trouxe a relação entre a Economia Popular e Solidária, enquanto economia alternativa e periférica e a perspectiva de inclusão socioprodutiva de trabalhadoras artesanais excluídas e vulnerabilizadas, a partir da lógica neoliberal. Na perspectiva de resistência, essa análise propõe uma nova forma de organização que possibilite a expansão democrática coletiva das relações sociais e de produção movidos

pela força do coletivo, no seu respectivo território, pensado como espaço de apropriação e pertencimento sociocultural.

O trabalho amplia a compreensão a respeito da Economia Popular e Solidária de produção e das relações de trabalho, visando perceber um meio alternativo de inclusão social e geração de renda, mas sem a pretensão de apresentá-la como uma estratégia de superação do modo de produção vigente, esse estrutural e hegemônico.

A análise faz um esforço de repensar estruturas através da mobilização, em torno de processo coletivo tendo em vista a oportunidade de inclusão, diante da realidade imposta, possibilitando que trabalhadoras artesanais inseridas em grupos associados possam ter oportunidade de produção, subsistência e acessos sociais na perspectiva da Economia Popular e Solidária.

Conclui-se, portanto, que mesmo diante da precariedade das relações e condições de trabalho e vida, cria-se meios de resistência e enfrentamento ao sistema opressor e excludente, com a proposta de valorização social do trabalho, além de uma nova forma de organização, que possibilite inclusão produtiva e coletiva pela força de um grupo de mulheres em seu respectivo território, pensado como espaço de apropriação e pertencimento sociocultural e de conflitos, com a finalidade inclusão social e produtiva.

Diante das concepções acerca do que foi discutido fica a contribuição na perspectiva de aprofundamento para as próximas discussões e a ampliação teórica do referido debate, com contribuições futuras que venham agregar e enriquecer o tema aqui proposto.

## **REFERÊNCIAS**

CASTEL, Robert. *Metamorfoses da Questão Social*. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

COUTINHO, C.N. O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, J.C.F., and NEVES, L.M.W., org. *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

CHAUÍ, M. Uma nova classe trabalhadora. In: E. SADER (org.), *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo, Boitempo, 2013 p. 123-134.

CRESWELL, John W; CLARK, Vicki L. *Pesquisa de métodos mistos*. Porto Alegre: Penso, 2007.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (orgs.). Sociedade civil, esfera pública e democratização na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 95-134.

DAGNINO, Renato. Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

DAVIS, A. Mulheres, cultura e política. São Paulo. Boitempo, 2016.

GOERCK, C. Economia Popular e Solidária no Brasil: um espaço de resistência às manifestações de desigualdade da questão social. Vivências. Vol.6, N.9: p.103-111, maio /2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1982.

JACCOUD, L. Proteção Social no Brasil: Debates e desafios. In: Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva. Brasília. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, J. R. O. Economia Popular e Solidária e desenvolvimento local: relação protagonizada pela organicidade das iniciativas. Unisinos, 2016.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro: Hucitec, 2010.

NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. Capítulo 1. Cortez, 1992

PEREIRA, I. S. Precarização da assistência social e privatização do fundo público: o marco regulatório das Organizações da Sociedade Civil em análise. (Tese Doutorado UFRJ, 2018).

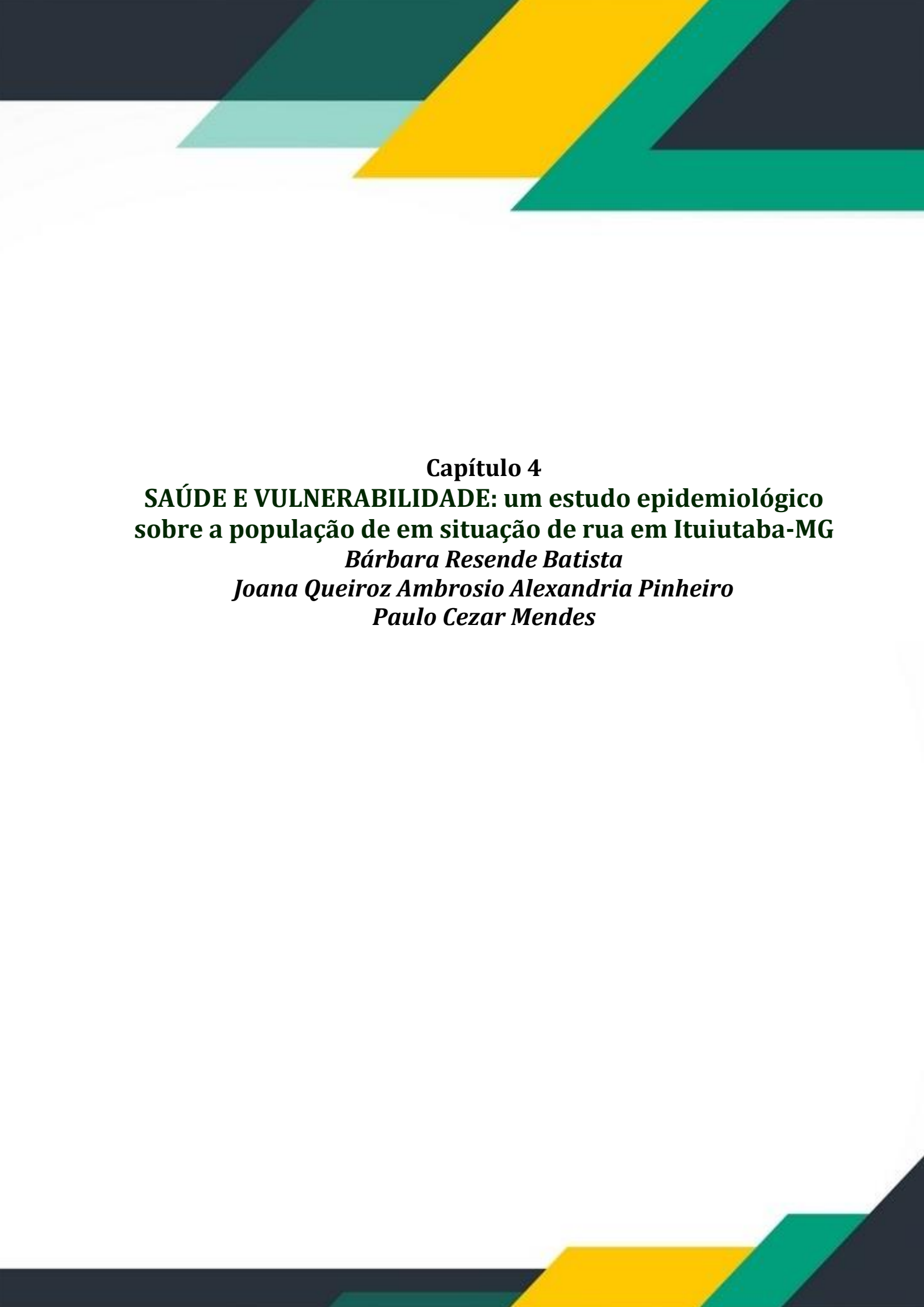
PEREIRA, P. A.P. Política Social Temas e Questões. São Paulo: Cortez, 2011.

SINGER, P. 2000. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: P.

SINGER; A. SOUZA (orgs.), A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo, Contexto.

YASBEK, Maria Carmelita. Classes Subalternas e Assistência Social. São Paulo, Cortez, 1993.

ZANELLA, Liane Carly Hermes, Metodologia de pesquisa. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração UFSC, 2013.



**Capítulo 4**  
**SAÚDE E VULNERABILIDADE: um estudo epidemiológico**  
**sobre a população de em situação de rua em Ituiutaba-MG**  
*Bárbara Resende Batista*  
*Joana Queiroz Ambrosio Alexandria Pinheiro*  
*Paulo Cezar Mendes*

# **SAÚDE E VULNERABILIDADE: um estudo epidemiológico sobre a população de em situação de rua em Ituiutaba-MG**

***Bárbara Resende Batista***

*Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em Serviço Social, Brasil*

*barbara\_resendeb@outlook.com*

***Joana Queiroz Ambrosio Alexandria Pinheiro***

*Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em Serviço Social, Brasil*

*joanaalexandria9@gmail.com*

***Paulo Cezar Mendes***

*Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Geografia, Brasil*

*paulo.mendes@ufu.br*

## **RESUMO**

A vivência em situação de rua representa uma violação drástica da dignidade humana. Para além do déficit habitacional, a busca por direitos fundamentais - como higiene, alimentação adequada, saúde e segurança - configura-se como uma luta cotidiana de superação incerta. Nesse sentido, a caracterização dessa população e a compreensão de suas singularidades são etapas indispensáveis para a formulação de políticas de acolhimento eficazes destinada a transformação dessa grave realidade social. Neste contexto, o presente estudo objetiva analisar o perfil epidemiológico das pessoas em situação de rua (PSR) no município de Ituiutaba, Minas Gerais. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa transversal com abordagem quantitativa, realizada por meio da aplicação de questionários e observações em campo. Os resultados evidenciam a fragilidade dos vínculos afetivos e sociais, o

uso de substâncias psicoativas e a existência de barreiras significativas no acesso aos serviços públicos. Tais achados reforçam a urgência da implementação de políticas públicas intersetoriais e humanizadas voltadas a esse segmento.

**Palavras-chave:** população em situação de rua; perfil epidemiológico; Ituiutaba-MG.

#### **ABSTRACT**

Living on the streets represents a drastic violation of human dignity. Beyond the housing deficit, the search for fundamental rights - such as hygiene, adequate food, health, and security - constitutes a daily struggle of uncertain survival. In this sense, characterizing this population and understanding their singularities are indispensable steps for formulating effective reception policies aimed at transforming this grave social reality. In this context, the present study aims to analyze the epidemiological profile of the homeless population (PSR) in the municipality of Ituiutaba, Minas Gerais. Methodologically, it is a cross-sectional study with a quantitative approach, carried out through the application of questionnaires and field observations. The results highlight the fragility of affective and social bonds, the use of psychoactive substances, and the existence of significant barriers in access to public services. These findings reinforce the urgency of implementing intersectoral and humanized public policies aimed at this segment reinforcing the urgency of intersectoral and humane policies.

**Keywords:** homeless population; epidemiological profile; Ituiutaba-MG.

## **Introdução**

A população em situação de rua constitui uma das expressões mais visíveis da desigualdade social e da violação de direitos no Brasil. Composto majoritariamente por pessoas em extrema vulnerabilidade, esse grupo social enfrenta inúmeros obstáculos para garantir o acesso a direitos fundamentais, como moradia, alimentação e saúde. Dentre esses desafios, destaca-se o acesso aos serviços de saúde, frequentemente limitado por fatores institucionais, sociais e subjetivos.

A exclusão social das pessoas em situação de rua é resultado de um processo histórico de desigualdade estrutural, agravado por políticas públicas insuficientes e pela lógica neoliberal que responsabiliza o indivíduo por sua própria condição. Essas pessoas não apenas vivem à margem da sociedade, mas são tratadas como se não existissem, como se fossem parte da paisagem urbana. A rua, que deveria ser um espaço de passagem e circulação, torna-se moradia permanente, evidenciando a ruptura com os direitos fundamentais, como o acesso à moradia, ao

trabalho, à saúde e à dignidade. O que se observa é a negação do reconhecimento social e político dessas vidas, o que aprofunda a desfiliação social e o sentimento de não pertencimento. A exclusão, nesse contexto, não se limita à ausência de recursos materiais, mas se expressa de forma cruel na indiferença, no preconceito e na criminalização da pobreza. (Bosi, 2016, p. 135).

Neste contexto, para Bosi, 2026, a exclusão social das pessoas em situação de rua é fruto de um processo histórico de desigualdade estrutural, aprofundado por políticas públicas ineficazes e pela lógica neoliberal que transfere ao indivíduo a responsabilidade por sua própria condição. Nessa perspectiva, a rua deixa de ser um espaço de passagem e torna-se moradia permanente, revelando a ruptura com direitos fundamentais como moradia, trabalho, saúde e dignidade. A desumanização e invisibilidade social dessas pessoas, tratadas como se fossem parte da paisagem urbana, negando-lhes o reconhecimento social e político. Essa realidade ultrapassa a falta de recursos materiais, manifestando-se de forma cruel na indiferença, no preconceito e na criminalização da pobreza, agravando a desfiliação social e o sentimento de não pertencimento. Trata-se, portanto, de uma exclusão que é estrutural, simbólica e política, e que exige enfrentamento crítico e ético por parte da sociedade e das políticas públicas.

A cidade de Ituiutaba/MG, é localizada no interior do estado de Minas Gerais com 102.217 habitantes segundo o senso do IBGE 2022, a cidade vem observando um sensível crescimento da população em situação de rua, que apesar dos serviços de acolhimentos existentes voltados para essa população, o rompimento dessa condição social, está longe de ser concretizada, sobretudo no que se refere as questões de saúde.

Baseado nessas premissas, este estudo objetiva analisar o perfil epidemiológico das pessoas em situação de rua (PSR) em Ituiutaba/MG. Este estudo busca ainda entender seu estado de saúde, experiências de discriminação, rede de apoio e uso de substâncias como álcool, tabaco e outras drogas. A partir dos dados coletados, espera-se contribuir para o aprimoramento das políticas públicas de saúde e assistência, com foco na promoção do cuidado integral, humanizado e equitativo a essa população vulnerável.

## **Metodologia**

O estudo foi desenvolvido no município de Ituiutaba-MG, localizado na Mesorregião do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba, a aproximadamente 670 km da capital Belo Horizonte. A pesquisa utilizou uma amostragem não probabilística por

conveniência, composta por 17 participantes em situação de rua, sendo 10 acolhidos no Albergue Municipal e 7 na Casa de Maria. Os critérios de inclusão adotados foram: ter 18 anos ou mais, estar em situação de rua no município de Ituiutaba-MG e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os participantes foram informados quanto aos objetivos da pesquisa, sendo garantido o caráter voluntário da participação, com liberdade para desistência a qualquer momento, sem prejuízos.

A metodologia adotada foi quantitativa-descritiva, a qual buscou descrever as características da população investigada, utilizando dados numéricos para quantificar e analisar as informações. A coleta de dados foi feita por meio da aplicação de questionários semiestruturados subdivididos em: questionário sócio demográfico, questionário de identificação de preconceito e redes de apoio e, questionário sobre o estado de saúde, bem como, o uso de álcool, tabaco e outras drogas.

A abordagem foi realizada de forma ética, respeitosa e empática, considerando a vulnerabilidade social dos sujeitos envolvidos. Foi enfatizada a garantia de sigilo e anonimato, assegurando a confidencialidade das informações prestadas e a proteção da identidade dos participantes respeitando os princípios éticos previstos na Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

## **Resultados e discussões**

Com base nos dados levantados, 100% das pessoas em situação de rua entrevistadas em Ituiutaba-MG eram do sexo masculino. A maioria se autodeclarou parda, aproximadamente 59%, seguida por pessoas brancas 29% e pretas 12%. Essa distribuição reforça a marca racial da exclusão social brasileira. A predominância de pessoas pardas e pretas entre os homens em situação de rua evidencia o racismo estrutural como fator determinante nas trajetórias de vulnerabilização. É possível associar esse dado a uma série de desigualdades históricas no acesso à educação, emprego e moradia, que culmina no rompimento de vínculos familiares e sociais (Quadro 1).

**Quadro 1** – Ituiutaba-MG: Perfil sócio demográficos das pessoas em situação de rua, 2025

<b>Raça/cor</b>	<b>Branca</b>	29,41%	<b>Estado Civil</b>	<b>Solteiro</b>	76,47%
	<b>Parda</b>	58,82%		<b>Divorciado/Separado</b>	17,65%
	<b>Preta</b>	11,76%		<b>Viúvo</b>	5,88%

Fonte: BATISTA, B. R. PINHEIRO, J. Q. A. A, 2025

No que diz respeito ao estado civil, 17% são divorciados ou separados, e apenas 10% convivem com um(a) companheiro(a). A predominância de solteiros pode refletir rupturas nos vínculos afetivos e familiares, o que é comum entre pessoas em situação de rua. A ausência de uma rede de suporte emocional e material pode contribuir tanto para o ingresso quanto para a permanência na rua, dificultando também o acesso contínuo aos serviços de saúde. A fragilidade dessas redes sociais também impacta diretamente o acompanhamento de tratamentos e a adesão a políticas públicas que exigem vínculos familiares ou domiciliares.

Sobre o perfil sócio-demográfico, a maior parte das pessoas em situação de rua possui apenas o ensino primário, aproximadamente 41%, enquanto 23% concluíram o ensino fundamental e também o médio. Já o ensino superior, cerca de 12% afirmaram possuir. Esse dado evidencia a baixa escolarização como um fator estrutural da exclusão social, limitando o acesso ao mercado de trabalho formal e dificultando o conhecimento e a reivindicação de direitos básicos. A evasão escolar, muitas vezes causada por contextos de pobreza, ausência de políticas públicas e rompimento de vínculos familiares, contribui para trajetórias marcadas por vulnerabilidades múltiplas. Assim, a ampliação de políticas educacionais inclusivas e acessíveis é essencial para romper com o ciclo da exclusão que afeta essa população (Quadro 2)

**Quadro 2** – Ituiutaba-MG: Perfil sócio-demográfico das pessoas em situação de rua, 2025

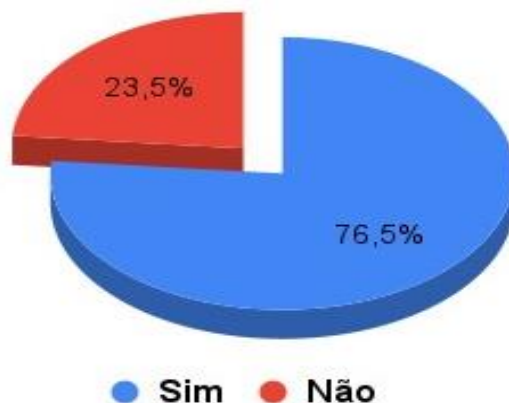
<b>Grau de Escolaridade</b>	<b>Ensino primário</b>	41,18%	<b>Profissão/ Ocupação</b>	<b>Ocupado</b>	11,76%
	<b>Ensino fundamental</b>	23,53%		<b>Eventual/bicos</b>	23,53%
	<b>Ensino médio</b>	23,53%		<b>Desempregado</b>	58,82%
	<b>Graduação</b>	11,76%		<b>Fora do mercado</b>	40,00%

Fonte: BATISTA, B. R. PINHEIRO, J. Q. A. A, 2025

Quanto à inserção no mercado de trabalho, quase 12% estão ocupados formalmente, 23% realizam trabalhos eventuais, 59% encontram-se desempregados e 40% estão fora do mercado de trabalho. Esses dados revelam a precarização das condições de vida e trabalho dessa população, evidenciando a relação direta entre desigualdades estruturais, vulnerabilidade social e ausência de políticas públicas efetivas.

Em relação a paternidade, os dados revelam que cerca de 76% das pessoas em situação de rua em Ituiutaba (MG) possuem filhos, enquanto apenas 23% afirmaram não ter (Gráfico 1).

**Gráfico 1:** Ituiutaba-MG: Pessoa em situação de rua que possui filhos, 2025

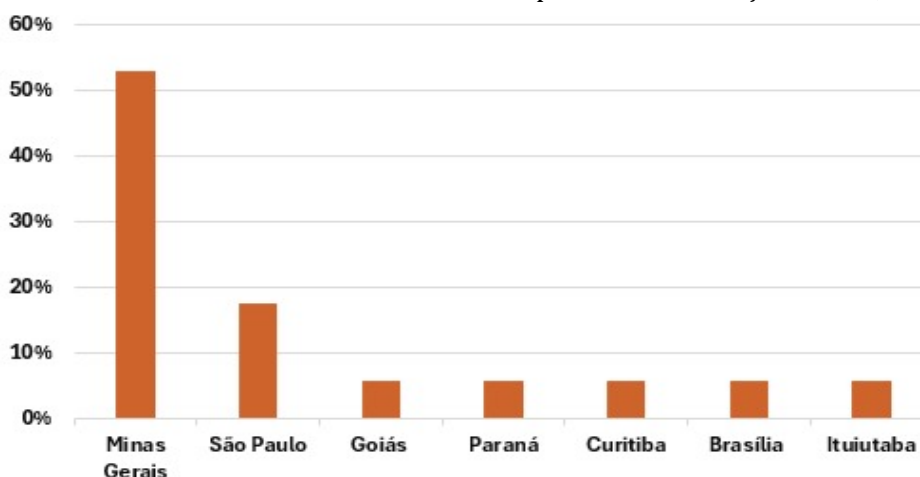


Fonte: BATISTA, B. R. PINHEIRO, J. Q. A. A, 2025

Esse dado indica que, mesmo em condições extremas de vulnerabilidade, muitos desses sujeitos mantêm laços familiares, ainda que fragilizados ou distantes. A presença de filhos pode representar tanto uma fonte de afeto quanto um desafio adicional, especialmente diante da ausência de políticas públicas que garantam proteção social, acesso à renda, moradia e apoio à parentalidade. Tal realidade exige um olhar atento das políticas de assistência social e dos serviços socioassistenciais, considerando a complexidade das relações familiares em contextos de rua.

Os dados sobre naturalidade indicam que mais da metade das pessoas em situação de rua em Ituiutaba (cerca de 53%) são naturais de outros municípios do estado de Minas Gerais. Em seguida, observa-se que aproximadamente 18% são oriundos do estado de São Paulo. As demais naturalidades como Goiás, Paraná, Curitiba, Brasília e a própria cidade de Ituiutaba aparecem com percentuais similares, em torno de 6% (Gráfico 2).

**Gráfico 2:** Ituiutaba-MG: Naturalidade das pessoas em situação de rua, 2025

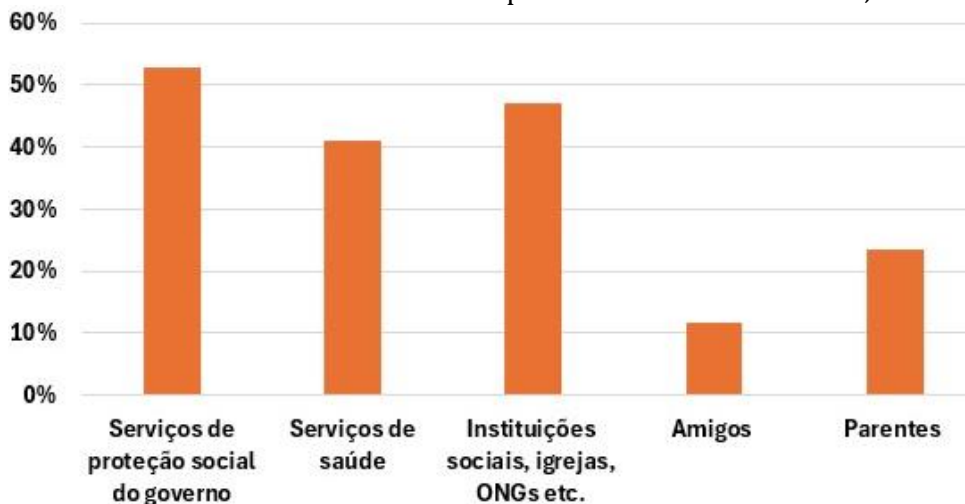


Fonte: BATISTA, B. R. PINHEIRO, J. Q. A. A, 2025

Esse dado evidencia um fenômeno comum entre a população em situação de rua: a migração interna. Muitos vêm de outros municípios ou estados em busca de oportunidades, ajuda, ou fugindo de situações de violência, desemprego e rompimentos familiares. A mobilidade territorial, somada à ausência de rede de apoio local, pode agravar o quadro de vulnerabilidade e dificultar o acesso a serviços de saúde que exigem comprovação de domicílio, cadastro territorial e referência em UBSs e PSFs.

Questionados sobre com quem podem contar quando precisam de ajuda, a maioria das pessoas em situação de rua em Ituiutaba (cerca de 53%) apontou os serviços de proteção social do governo como principal referência. Em seguida, destacam-se as instituições sociais, igrejas e ONGs, aproximadamente 47%, e os serviços de saúde, em torno de 41% (Gráfico 3).

**Gráfico 3:** Ituiutaba-MG: Fontes de apoio em caso de necessidade, 2025



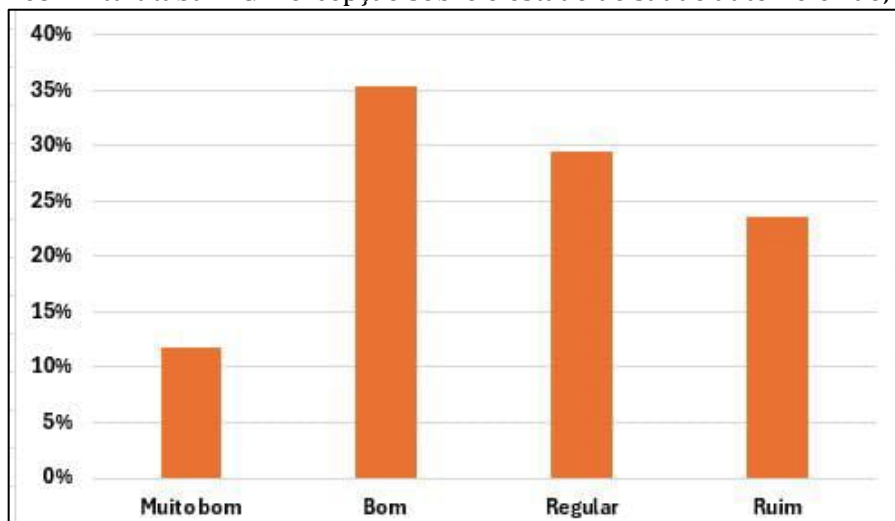
Fonte: BATISTA, B. R. PINHEIRO, J. Q. A. A, 2025

Esses dados revelam que a principal rede de apoio acionada por esses sujeitos é de caráter institucional, evidenciando a centralidade das políticas públicas e das organizações da sociedade civil no atendimento às suas necessidades básicas, como alimentação, cuidados de saúde e abrigo. Por outro lado, apenas 23% afirmaram contar com parentes e apenas 12% com amigos, o que reforça a fragilidade ou ruptura dos laços familiares e afetivos, uma realidade recorrente nesse grupo social.

A ausência de apoio interpessoal aprofunda a vulnerabilidade vivida, tornando os serviços públicos ainda mais essenciais para a garantia de condições mínimas de sobrevivência. Nesse contexto, destaca-se o papel estratégico do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Sistema Único de Saúde (SUS), que assumem o protagonismo no atendimento e acolhimento dessa população. Tal cenário evidencia a urgência de fortalecer essas políticas, garantindo recursos, continuidade e formação permanente das equipes, com foco em práticas humanizadas e na reconstrução de vínculos sociais.

Quanto ao estado de saúde autorreferido, a maioria dos entrevistados avaliou sua condição como boa, cerca de 35%, seguida pelas categorias regular 29% e ruim 23%, enquanto apenas 13% consideraram sua saúde como muito boa (Gráfico 4).

**Gráfico 4:** Ituiutaba-MG: Percepção sobre o estado de saúde autorreferido, 2025



Fonte: BATISTA, B. R. PINHEIRO, J. Q. A. A, 2025

Essa percepção sugere uma autocompreensão relativamente positiva ou moderada da saúde, ainda que contrastante com as condições objetivas de vida nas ruas, marcadas por alimentação precária, exposição ao clima, falta de higiene e dificuldade de acesso contínuo aos serviços de saúde.

A presença significativa de avaliações regulares ou ruins aponta para um quadro preocupante, que pode estar associado ao agravamento de doenças crônicas, transtornos mentais e uso abusivo de substâncias psicoativas, comuns nesse grupo social. Esses dados reforçam a importância da atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio de estratégias de atenção primária, como os Consultórios na Rua, que devem ser fortalecidos e integrados a outras políticas públicas para garantir o cuidado integral, contínuo e humanizado à população em situação de rua.

Os dados coletados revelam uma alta prevalência de tabagismo e consumo de álcool entre pessoas em situação de rua no município de Ituiutaba-MG. 53% dos entrevistados consomem de 1 a 10 cigarros por dia e 29% consomem mais de 10 unidades diariamente, enquanto 18% afirmaram não fumar. Quanto ao consumo de álcool, 65% relataram nunca beber, mas entre os que consomem, 18% fazem uso uma a duas vezes por semana, e 6% consomem mais de três vezes semanalmente. Dentre os que bebem, o mesmo percentual 6% consome de 1 a 3 doses por vez. (Quadro 3).

**Quadro 3:** Ituiutaba-MG: Consumo de cigarro e bebida alcoólica, 2025

Consumo diário de cigarros		Consumo semanal de álcool		Doses de álcool consumidas a cada vez	
Nenhum	17,65%	Nunca	64,71%	1	5,88%
De 1 a 10	52,94%	<1 vez	17,65%	2 a 3	5,88%
>10	29,41%	1 a 2 vezes	11,76%	>3	23,53%
-----		<b>3 ou mais vezes</b>	5,88%	<b>Não se aplica</b>	64,71%

Fonte: BATISTA, B. R. PINHEIRO, J. Q. A. A, 2025

Ainda assim, a maioria das respostas relacionadas ao uso de álcool indica “não se aplica”, refletindo que boa parte dos entrevistados não se identifica com práticas de consumo problemático ou simplesmente não consome. Apenas 12% relataram sentir-se criticados por sua forma de beber, e a mesma proporção afirmou sentir-se culpada, além de beber ao acordar para aliviar sintomas de abstinência ou mal-estar (Quadro 4).

**Quadro 4:** Ituiutaba-MG: Consumo de bebida alcoólica, 2025

Alguma vez sentiu que deveria diminuir a quantidade de bebida ou parar de beber?		As pessoas o(a) aborrecem porque criticam o seu modo de beber?		Se sente culpado pela maneira com que costuma beber?		Costuma beber pela manhã ao acordar, para diminuir o nervosismo ou a ressaca?	
<b>Sim</b>	17,65%	<b>Sim</b>	11,76%	<b>Sim</b>	11,76%	<b>Sim</b>	17,65%
<b>Não</b>	17,65%	<b>Não</b>	23,53%	<b>Não</b>	23,53%	<b>Não</b>	17,65%
<b>Não se aplica</b>	64,71%	<b>Não se aplica</b>	64,71%	<b>Não se aplica</b>	64,71%	<b>Não se aplica</b>	64,71%

Fonte: BATISTA, B. R. PINHEIRO, J. Q. A. A, 2025

Esses dados indicam que, apesar do estigma social que associa o uso de substâncias a pessoas em situação de rua, no grupo pesquisado há predomínio de indivíduos que não fazem uso regular ou abusivo de álcool. Esse achado reforça a necessidade de políticas públicas que não partam de generalizações moralizantes, mas sim de abordagens individualizadas e respeitosas, integrando ações de saúde mental, redução de danos e cuidado ampliado no âmbito do SUS, além disso, o levantamento evidencia, portanto, a necessidade de políticas públicas voltadas ao cuidado integral dessa população, com ênfase na redução de danos, ampliação do acesso aos serviços de saúde mental e combate ao estigma associado ao uso de substâncias.

A análise do uso de substâncias ilícitas revela que, apesar de a maioria dos participantes (10 pessoas) não ter feito uso de drogas nos últimos seis meses, ainda há uma parcela significativa que relatou consumo recente (Quadro 5).

**Quadro 5:** Ituiutaba-MG: Uso de drogas ilícitas, 2025

<b>Uso de drogas na vida</b>	<b>Maconha</b>	41,18%	<b>Uso de drogas nos últimos 6 meses</b>	<b>Maconha</b>	23,53%
	<b>Cocaína</b>	23,53%		<b>Cocaína</b>	11,76%
	<b>Crack</b>	35,29%		<b>Crack</b>	23,53%
	<b>Nenhuma</b>	41,18%		<b>Nenhuma</b>	58,82%

Fonte: BATISTA, B. R. PINHEIRO, J. Q. A. A, 2025

Com base nos dados apresentados no gráfico, observa-se que 41% dos respondentes relataram ter feito uso de maconha em algum momento da vida, o mesmo percentual dos que afirmaram nunca ter utilizado nenhuma das substâncias listadas. O uso de crack aparece em 35% das respostas, enquanto a cocaína foi mencionada por 24%. Já em relação ao uso de drogas nos últimos seis meses, a maioria sendo 59% declararam não ter consumido nenhuma das substâncias. Ainda assim, a maconha e o crack foram utilizados por 24% dos participantes, cada um, e a cocaína por 12%, indicando a presença significativa dessas substâncias no cotidiano de parte da amostra.

Esses dados apontam para um contato expressivo com substâncias psicoativas entre essa população, sobretudo com maconha e crack. O consumo dessas drogas, especialmente em contextos de vulnerabilidade social extrema, como a vivência nas ruas, pode agravar condições de saúde física e mental, dificultando o acesso e a permanência em serviços de saúde e reabilitação.

A presença de consumo recente em uma parte da amostra destaca a necessidade de políticas públicas de redução de danos, acolhimento especializado e continuidade de cuidado, além da importância de estratégias de prevenção e tratamento do uso abusivo de substâncias voltadas especificamente para a população em situação de rua.

### **Considerações**

A análise dos resultados desse estudo evidencia uma realidade extremamente complexa das pessoas em situação de rua em Ituiutaba/MG, sobretudo para os desafios impostos de acolhimento que dificultam a assistência prestada a essa população de extrema vulnerabilidade.

O perfil epidemiológico das pessoas em situação de rua em Ituiutaba/MG, aponta para composição de grupo populacional extremamente heterogêneo, que possui em comum, além do fato de morarem nas ruas, a predominância de baixa escolaridade, desemprego, dificuldade de acesso aos serviços de saúde somado a vínculos familiares fragilizados e até mesmo inexistentes.

Diante disso, conclui-se que a atuação intersetorial entre saúde, assistência social, educação e habitação é imprescindível para a garantia dos direitos dessa população. Mais do que respostas pontuais, é urgente a construção de políticas públicas que atuem sobre as causas estruturais da exclusão, assegurando o princípio da equidade e o direito à vida digna para todos.

### **Referências**

ABIB, Leonardo. Trápaga. **Crônicas urbanas: consultório na rua, população em situação de rua, clínica menor e outras histórias**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014.

ALBUQUERQUE, Sander Cavalcante de. **Cuidado em saúde frente às vulnerabilidades: práticas do consultório na rua**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

ASSOCIAÇÃO Casa de Maria Nossa Senhora das Graças. **Serviços de Assistência Social sem Alojamento**. Solutudo, 2024. Disponível em: <https://www.solutudo.com.br/empresas/mg/ituiutaba/ongs-e-entidades-sociais/casa-de-maria-nossa-senhora-das-gracas-10059626> . Acesso em: 12 jul. 2025.

BOSI, Maria Lúcia T. **A rua como espaço de exclusão e resistência: uma análise crítica da vivência de pessoas em situação de rua.** Revista Katálysis, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 134-142, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/YVm6pMGJfVmTqQwkRbyD7ky> . Acesso em: 14 jul. 2025.

BEZERRA, Floriza. Soares. **Nos bares, na lama, nos lares, na cama: uma análise ontológica da violência contra a mulher em situação de rua no Brasil contemporâneo.** Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional para a População em Situação de Rua.** Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. **Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm). Acesso em: 13 jul. 2025.

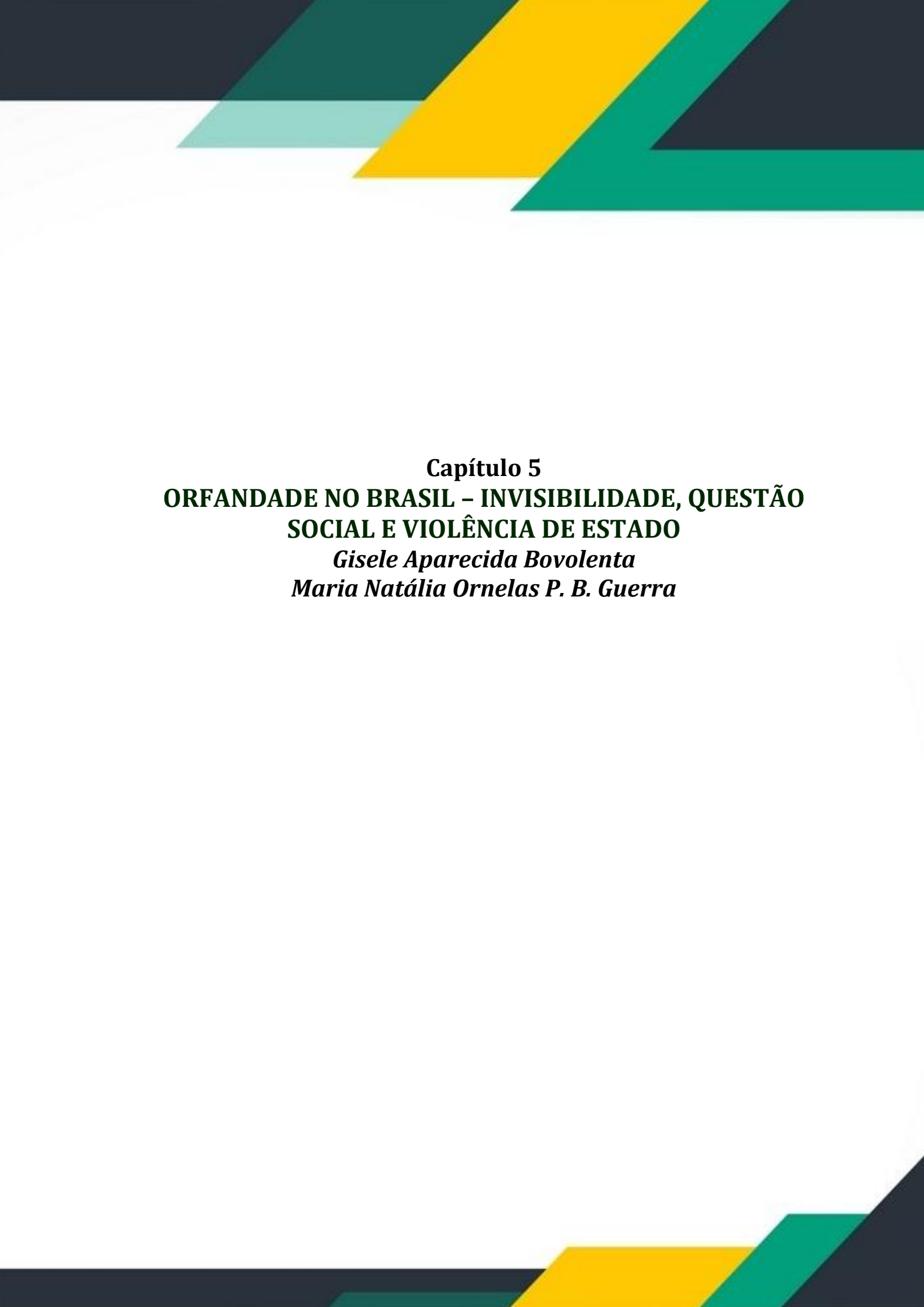
Bordenave, Juan Díaz e PEREIRA, Adair Martins. **Estratégias de Ensino-Aprendizagem.** 19 ed. Petrópolis:Vozes,1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

G1 TRIÂNGULO MINEIRO. **Casa de Maria acolhe pessoas em situação de rua em Ituiutaba. Integração Notícia,** 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/integracao-noticia/video/casa-de-maria-acolhe-pessoas-em-situacao-de-rua-em-ituiutaba-12345678.ghtml>. Acesso em: 12 jul. 2025.

IAMAMOTO, Marilda. Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 17. ed. São Paulo: Cortez, 2020.

REGO, Arménio.; CUNHA, Miguel. Pina.; MEYER JR, Victor. **Quantos participantes são necessários para um estudo qualitativo? Linhas práticas de orientação.** Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa, v. 17, n. 2, p. 43–57, ago.2018. Disponível em: <https://doi.org/10.12660/rgplp.v17n2.2018.78224>. Acesso em: 21 de jul. 2025.



**Capítulo 5**  
**ORFANDADE NO BRASIL – INVISIBILIDADE, QUESTÃO  
SOCIAL E VIOLÊNCIA DE ESTADO**  
*Gisele Aparecida Bovolenta*  
*Maria Natália Ornelas P. B. Guerra*

## ORFANDADE NO BRASIL – INVISIBILIDADE, QUESTÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA DE ESTADO

### **Profa. Dra. Gisele Aparecida Bovolenta**

*Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em política social, atuando principalmente nos seguintes temas: política de assistência social; política previdenciária; benefícios socioassistenciais; sistemas de proteção social; LOAS; CRAS; SUAS, Seguridade Social. É docente no curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e está como coordenadora do curso de graduação; coordenadora do Núcleo de Políticas Públicas Sociais da Unifesp; e colunista no Jornal em Dia na coluna "Olhar Social", gisele.bovolenta@unifesp.br*

### **Profa. Dra. Maria Natália Ornelas P. B. Guerra**

*Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Docente do curso de Serviço Social, campus Baixada Santista/UNIFESP. Vice coordenadora do Núcleo de Políticas Públicas Sociais – NPPS. Atuou como Assistente Social na Prefeitura Municipal de Santos nas áreas de assistência social e saúde. Militante da área da criança e adolescente. Áreas de estudo e pesquisa: família, criança e adolescente, proteção social, trabalho profissional da/o assistente social, políticas públicas e o papel do Estado. Membro do Comitê Estadual Orfandade e Direitos do estado de São Paulo, natalia.guerra@unifesp.br*

### **RESUMO**

O artigo discute a orfandade no Brasil devido a sindemia da Covid19, feminicídio e outras condições de óbito materno e paterno. Busca enfrentar a invisibilidade do fenômeno da orfandade como expressão da questão social e de variadas formas de violação de direitos no

capitalismo. Afirma a responsabilidade do Estado na garantia da proteção integral à crianças e adolescentes em condição de orfandade.

**Palavras chaves:** Orfandade; Violação de direitos; ECA; Controle Social; Políticas Públicas; Estado

**ABSTRACT**

This article discusses orphanhood in Brazil due to the COVID-19 syndemic, femicide, and other causes of maternal and paternal death. It seeks to address the invisibility of orphanhood as an expression of the social issue and various forms of rights violations under capitalism. It affirms the State's responsibility to guarantee comprehensive protection for orphaned children and adolescents.

**Keywords:** Orphanhood; Violation of rights; Child and Adolescent Statute; Public Policies; State

## **Introdução**

O objetivo do presente artigo é dar visibilidade ao fenômeno da orfandade no Brasil como expressão da questão social e problematizar as iniquidades praticadas pela omissão cometida pelo Estado, no dever de garantir proteção integral às crianças e adolescentes sob condição de orfandade devido à Covid-19, feminicídio, agravos em saúde, violência urbana, ambientais, entre outros.

Na atual conjuntura reacionária do neoliberalismo, de retração de direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, reafirmamos a responsabilidade do Estado para garantir a proteção integral como direito social. A luta contra o Estado mínimo, defendido pela direita e burguesia conservadora do país, é a luta pela defesa da vida com dignidade à classe trabalhadora.

Destacamos, a importância dos movimentos sociais, de organizações sociais, de universidades, estudiosos e pesquisadores da área da infância e juventude, mandatos políticos, que por meio da Coalizão Nacional Orfandade & Direitos (desde 2021) articula a luta por proteção e direitos, por uma política nacional de reparação pelo Estado frente ao número exponencial de crianças e adolescentes em condição de orfandade no Brasil, dados indicam mais de 145.000, em sua maioria, de famílias vivendo em condições de pobreza, negras/os, com alto índice de morte materna, sem que tenhamos dados e informações sobre como estão vivendo essas crianças e adolescentes. A luta é por reparação, justiça e memória para que se efetive os preceitos ético-legais afiançados na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990,

no Plano Nacional do Direito à Convivência Familiar e Comunitária (2025/2006) e normativas internacionais do qual o Brasil é signatário. Destaca-se ainda, recente resolução do CONANDA (dezembro, 2024) que estabelece parâmetros para a proteção integral de crianças e adolescentes na condição de orfandade.

As contribuições do artigo são fomentar e publicizar o debate da orfandade como questão nacional que precisamos enfrentar, caso contrário, estaremos submetendo milhares de crianças e adolescentes à condição desumanas de existir e viver. Para enfrentar a orfandade, tempo é agora!

### **A invisibilidade da orfandade no Brasil como expressão da questão social**

A pandemia disseminada pela transmissão do covid-19 chega ao Brasil em 25 de fevereiro de 2020, levando a sua grave infecção a mais de 36.000.000. milhões de pessoas e ao óbito, cerca de 690 mil pessoas oficialmente. Estudos apontam a possibilidade de, por consequência, termos cerca de 113.150 mil crianças e adolescentes em condição de orfandade no país (Dias, 2023).

Essa crise sanitária revelou e impôs uma estarrecedora realidade seja no campo da saúde, da economia, do trabalho, da política, da proteção social, da educação, da convivência familiar, enfim, afetou de forma dramática todas as dimensões da vida social e da sociabilidade.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) declara situação de emergência em saúde pública internacional e várias portarias do Ministério da Saúde (MS), como também, decretos estaduais e municipais reconhecem a condição de calamidade pública que a transmissão e a infecção pelo coronavírus impôs à sociedade. Exige-se medidas urgentes para buscar conter a transmissão do vírus, sendo as principais, e de consenso internacional, o isolamento social, o uso de máscaras, e processo de higienização, com especial atenção para que se lave as mãos com água e sabão e o uso de álcool-gel. Essas ações foram fundamentais para conter a disseminação do vírus, e o consequente risco de adoecimento, mortes e sobrecarga da rede de saúde pública.

Necessário destacar que o Brasil detém um dos maiores índices de desigualdade social no mundo (7º país mais desigual do mundo – PNUD), e a realidade da sindemia e as necessárias medidas para contenção da evolução da pandemia, torna-se dramática frente à realidade social cotidiana de milhões de famílias brasileiras. Na época, o Brasil

apresentava uma taxa de 13,3% de desemprego, ou seja, 12,8 milhões de pessoas desempregadas (IBGE, 2020), e escancara as precárias e perversas condições em que vivem a maioria da população brasileira. As periferias das cidades, nas regiões metropolitanas, expressam territórios de segregação social e serão os mais afetados com os impactos da pandemia. Além do desemprego, do trabalho precário e informal, soma-se por consequência a fome, a insegurança alimentar, a violência doméstica, o uso abusivo de substâncias psicoativas, os conflitos na convivência familiar, o stress da convivência em ambientes de pequenos espaços e muitas vezes, precários e insalubres com grupos familiares numerosos, entre tantos outros fatores. Destaca-se nesse processo a sobrecarga que a figura feminina (mulher-mãe-avó) tem nos trabalhos domésticos, além de ter assumido, no período pandêmico, muitas responsabilidades pedagógicas. E estas, quando trabalham, em sua maioria inseridas em trabalhos precarizados, na informalidade, sem proteção social e mal remunerados, muitos deles com fácil exposição-transmissão do covid-19.

Esse contexto torna-se fecundo para graves conflitos familiares e aumento do impacto da sindemia Covid-19, nas relações familiares e sociais das famílias residentes em favelas e regiões da periferia das grandes cidades e região metropolitana. O isolamento social tão necessário frente à pandemia, tem no seu verso, o desemprego, a perda de salário/renda, a fome, a insegurança, a violência, o medo, o stress, a doença, o sofrimento por perdas irreversíveis...

A ação do Estado, por sua ineficiência e omissão, revela uma série de iniquidades, em que o direito à vida fica subjugado aos interesses do capital. Sob o governo de Jair Messias Bolsonaro (PSL/PL), com seu comando perverso e desastroso no enfrentamento da pandemia, com a negação das orientações de cientistas e órgãos internacionais e nacionais, na defesa que a economia “não pode parar”, é universalmente conhecida suas manifestações na imprensa, nas redes sociais: “está sendo superdimensionado o poder desse vírus”, “é só uma gripezinha”, “até porque o brasileiro precisa ser estudado, ele não pega nada, mergulha no esgoto, sai e não acontece nada com ele...”, “eu sou Messias, mas não faço milagre”, “eu não sou coveiro”, “lamento todos os mortos, mas é o destino de todo mundo...”, “o Brasil tá quebrado, eu não consigo fazer nada...”, “vai comprar vacina, só se for na casa da tua mãe...”, “onde vai parar o Brasil, se nós pararmos...”, “tem uns idiotas aí, fica em casa...ficam reclamando de tudo...”, “afinal de contas, não está nada comprovado dessa vacina aí...” - torna-se para a população um lema, “sobreviva como

puder”, que tem por consequência a morte milhares de brasileiras/os. A ausência de uma política e ações eficazes comandada pela esfera federal, exige que os governos estaduais assumam os caminhos a serem seguidos no enfrentamento da grave pandemia. Na ordem do neoliberalismo, e de seus representantes na estrutura política brasileira, onde o presidente era seu maior representante, foi a forma mais cruel da vida tornar-se uma mercadoria descartável.

Estudo desenvolvido pelo IPEA revela que, frente ao número de óbitos diários de idosos por Covid-19 no Brasil, milhões de famílias terão suas condições de renda gravemente afetadas. São idosas/os que eram a única ou a mais importante renda estável do grupo familiar, seja pela aposentadoria, pelo salário do trabalho ou mesmo pelo Benefício Prestação Continuada (BPC). O estudo afirma que frente aos dados de óbitos, a perda de renda da/o idosa/o afeta cerca de 4 milhões de adultos e 01 milhão de crianças e adolescentes até 15 anos de idade (IPEA, 2020).

Podemos afirmar que a pandemia da Covid19, somada a histórica e profunda desigualdade social que estrutura a relações entre as classes sociais no Brasil, produz uma grave e brutal perda das condições de vida das famílias trabalhadoras brasileiras. Em pesquisa encomendada pelo UNICEF, realizada pelo Ibope (agosto, 2020) revela que a perda de rendimentos “chega a 63% entre os que residem com crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos”.

A sindemia no Brasil escancarou as variadas formas de violência a que estão submetidas milhões de famílias trabalhadoras brasileiras, desde a falta de acesso à água, esgoto, alimento suficiente, trabalho, entre outras necessidades essenciais. Demarca a ausência e falência do Estado que deveria proteger, cuidar e garantir o acesso a direitos fundamentais para a vida em sociedade. Revela a forma como o governo de extrema direita atua na proteção e consolidação dos interesses do capital. Expressão concreta da questão social no Brasil, que tem suas raízes vincadas na desigualdade social, que estrutura a relação entre as classes sociais, no racismo, no patrimonialismo, no patriarcado, e que historicamente submete milhões de famílias brasileira à condição de pobreza e extrema pobreza.

Por consequência, a sindemia da Covid19 no Brasil impôs, de forma latente, a **questão da Orfandade** (entre outras questões) e abre um debate nacional, de como, no país esta é uma questão que está invisibilizada. Denuncia a pesquisadora da área da

assistência social e prof<sup>ª</sup> Aldaiza Sposati, “... no Brasil, a orfandade é órfã de atenção” (Sposati, 2022:11).

Em Seminário que ocorreu em São Paulo (2023), Ariel de Castro Alves, representando o Ministério de Direitos Humanos, afirmou que estudos revelam que o Brasil tem **40.830 crianças e adolescentes em condição de orfandade materna devido a Covid-19**, “fundando-se na incidência de mães que morreram durante a pandemia” (Sposati, 2024:28). Observa-se que, os dados não informam orfandade paterna, avós e/ou outras/os responsáveis legais de crianças e adolescentes. Uma estarrecedora realidade que desconhecemos suas consequências.

Falamos em orfandade e não em criança/adolescente órfã/o, porque pretendemos superar a visão que qualifica essa condição de forma particularizada, individualizada, de cunho privado e intimista das famílias. Busca romper com a leitura conservadora de familismo presente nas políticas públicas e na sociedade (Miotto, 2015). Aqui, a defesa é de uma perspectiva ampla e coletiva do fenômeno da orfandade, entendida como

[...] uma criança (pessoa com menos de 18 anos) que perdeu um ou ambos os pais devido a qualquer causa de morte... para evitar rotular as próprias crianças, usamos o termo ‘orfandade’ para nos referirmos ao estado de órfão” (UNICEF, *in* Group on Children, 2019).

A Coalização Nacional Orfandade e Direitos (2020), afirma do ponto de vista da proteção integral, que a orfandade

[...] constitui uma situação de desproteção e risco social para a saúde física e mental de crianças e adolescentes com repercussões em sua vida e memória afetiva, suas raízes e relações de ancestralidade, memória familiar, além da preocupação com suas condições concretas de sobrevivência e desenvolvimento integral.

Organizada em 2021, a Coalização Nacional Orfandade e Direitos, é uma articulação de organizações da sociedade civil, movimentos sociais, pesquisadores, operadores do direito e ativistas sociais, que se mobiliza pelo reconhecimento, visibilidade e direitos das crianças e adolescentes tornadas órfãs e órfãos e vem desenvolvendo diversas ações para dar visibilidade a questão da orfandade no Brasil. Em material publicizado nas redes sociais, afirma em 2025 (referindo-se ao período 2020 -2024), que há a **estimativa de 145.729 crianças e adolescentes em condição de orfandade no Brasil**, destes, 772 crianças e adolescentes perderam os dois cuidadores, 81% dos óbitos são mulheres, 71% eram mulheres negras. Do total de

crianças e adolescentes em orfanidade 61% tinham de zero a 6 anos quando perderam seus cuidadores e 74% são crianças negras. Em relação ao feminicídio, afirma que 13.732 crianças e adolescentes tiveram as mães vítimas de feminicídio.

Para além da sindemia do Covid19, os dados de feminicídio, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) denuncia que no Brasil, em 2021, apontam para 2.300 crianças e adolescentes em condição de orfanidade por feminicídio (Carta Capital, 2022). E o documento “Feminicídio em 2023” (FBSP), denuncia 1.463 feminicídio (FBSP, 2023), ou seja, mulheres foram assassinadas pela condição de serem mulheres, foram assassinadas por companheiros ou ex-companheiros. Observa-se pela faixa etária que são mulheres em idade fértil e índice alto de maternidade e na questão étnico-racial, identifica-se que a maioria são mulheres negras, e estas, marcadamente na estrutura social brasileira, excluídas de postos de trabalho qualificado. Aqui, pode-se inferir que há possibilidade de níveis graves de desproteção social, quando da presença de crianças e adolescentes nesses grupos familiares.

E questionamos a orfanidade: quem são as crianças e adolescentes sob orfanidade no Brasil?? não há informações nos sistemas públicos com quem estão essas crianças e adolescentes?, como estão?, em quais condições sociais e relacionais estão vivendo?, quais são as suas necessidades?, quais dificuldades as famílias cuidadoras estão enfrentando? De que forma o luto vem sendo enfrentado? seus direitos previdenciários foram garantidos? seus direitos patrimoniais foram garantidos? quais apoios e recursos estão utilizando? quais recursos e apoios necessitam? E ainda, o que expressam sobre a sua condição...

A condição de orfanidade atinge vítimas mais frágeis e sensíveis, atinge e se impõe de forma longínqua no tempo de desenvolvimento de crianças e adolescentes, em suas condições relacionais e afetivas, sofrem com rupturas de relações e memórias afetivas geracionais, impedidas de presenças afetivas significativas, pode gerar traumas afetivos e relacionais de difícil lidar. Pode ainda, representar situações de desamparo, desproteção social à sobrevivência, ausência de referências e de cuidados afetivos (Sposati, 2022). E também, tornam-se vulneráveis a variadas formas de violência doméstica, institucional, patrimonial, que clama por atenção e responsabilidade pública estatal.

Frente ao exposto, é urgente problematizarmos a responsabilidade do Estado no enfrentamento do fenômeno da orfanidade, fenômeno que espelha uma estrutura social

de profunda desigualdade no acesso aos bens socialmente produzidos, impõe condições de vida que fica no limiar da reprodução humana, da força de trabalho, de forma bárbara, em que a fome é seu mais grave exemplo, viola preceitos da Constituição Federal e de normativas legais no campo da proteção integral (ECA) e sobrecarrega as famílias, naturalizando e as responsabilizando no âmbito privado, uma condição de orfandade, que precisa ser assumida como questão de Estado para esta e futuras gerações.

### **O neoliberalismo e a defesa do Estado mínimo como estruturante de variadas formas de violação de direitos no campo da proteção social**

O projeto neoliberal em curso, impõe uma sociabilidade capitalista marcada pela extrema pauperização da classe trabalhadora, seja por meio do trabalho assalariado, seja pelas formas precarizadas e informais de acesso ao mundo do trabalho e por consequência, gerando variadas formas privações e de desproteção social. Vida cotidiana marcada por violação de direitos que negam o direito à vida com dignidade e destruindo direitos anteriormente conquistados pela classe trabalhadora. Na crise do capital, em seu processo de acumulação, a expropriação da classe trabalhadora, se dá em níveis de barbárie.

Estamos, portanto, num período de contraofensiva capitalista às conquistas civilizatórias resultantes das lutas sociais, um ambiente extremamente destrutivo dos direitos sociais, de aniquilamento dos direitos humanos, de destruição da natureza, de criminalização dos movimentos sociais e de avanço acelerado do conservadorismo. O capital está destruindo a humanidade e agudizando os processos de pauperização, o que exige renovados desafios e contundentes respostas por parte da classe trabalhadora (Boschetti, 2017:62).

As políticas públicas são mecanismos utilizados pelo Estado para atender demandas sociais nos limites da ordem do capital e da necessidade de reprodução da força de trabalho. Políticas públicas que são resultado de lutas históricas da classe trabalhadora, movimentos sociais e forças sociais que historicamente tem buscado garantir e efetivar direitos ao trabalho protegido, a educação, a saúde, a habitação, a cultura, ao esporte, entre tantas outras necessidades humanas (Boschetti, 2017). O projeto neoliberal impõe sua lógica, e exercendo o seu poder econômico e político, e de forma especial, os meios de comunicação/informação, afirma que o Estado tem que “ser

menor”, deixar o “mercado” atender as demandas, e somente entrar quando for necessário – ou seja, àquelas/es que na lógica do capitalismo, não foram competentes para gerir sua vida – os pobres e miseráveis. A defesa do neoliberalismo é a do Estado Mínimo, que se “gasta muito com o social”, e aqui espelha as iniquidades do sistema capitalista, em seu processo predatório de acumulação. A vida da classe trabalhadora e suas necessidades são colocadas no âmbito privado, da competência (ou não) individual, sem qualquer crítica ao funcionamento do sistema econômico-social-político. A concentração de renda, e de grandes riquezas nacionais em pequenos grupos, não são questionadas, há a naturalização do processo de acumulação de riquezas. O Brasil é um país em desenvolvimento, e o “tempo”, com o desenvolvimento possibilitará melhorar as condições de vida, afirmam, perversamente os capitalistas e aliados políticos que reverberam a ideologia neoliberal.

As famílias são responsabilizadas por sua condição e devem lutar pela sobrevivência, e as que souberem agir “corretamente” serão merecedoras de resultados positivos. Essa é a lógica meritocrática que aniquila as relações sociais vigentes na ordem capitalista, de quem terá e de quem não terá direito a riqueza socialmente produzida, de forma especial, a população periférica, negras/os, mulheres, mães solas e jovens negras/os, onde as estatísticas revelam situações mais graves de segregação social (desemprego, fome, violências, sistema prisional, uso abusivo de substâncias psicoativas,...)

As políticas sociais desenvolvidas na atualidade, apontam para a sobrecarga e intensificação do papel da família, sem que haja condições objetivas para que possam exercer o papel protetivo. Cabe ainda, ressaltar, que o tempo presente exige, a orfandade exige, que devemos (re)pensar esse modelo

[...] a lógica familista é típica da tradição brasileira e defende a centralidade na família. Aposta na sua capacidade imanente de cuidado e proteção. As unidades familiares devem assumir a principal responsabilidade pelo bem-estar de seus membros. A intervenção na família acontece prioritariamente sob forma de compensação em decorrência da falência do provimento de condições materiais e imateriais; de sobrevivência, suporte afetivo e de socialização de seus membros. O fracasso da família é entendido como resultado da incapacidade de gerir e otimizar seus recursos, de desenvolver adequadas estratégias de sobrevivência e convivência, de mudar comportamentos e estilos de vida, e de se articular em rede de solidariedade. A família é vista a partir do problema – tomada como problema diminuto e a solução e as dificuldades centradas nela mesma. As ações profissionais se encaminham no sentido de atender às

demandas de uma família especificamente – não se desvincilha de seu caráter individual ou mesmo pontual (Guerra, 2017:210).

Frente às questões apontadas, consideramos a responsabilidade que o Estado brasileiro tem, e que lhe cabe garantir os direitos humanos e sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988 e nas normativas legais que exigem a proteção social de crianças e adolescentes como responsabilidade pública estatal, como estabelece a Constituição Federal de 1988, em seu artº. 226, “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.”

Consideramos ainda, que a questão da orfandade, como expressão da questão social no Brasil, exige do Estado brasileiro ação firme, no sentido da reparação àquelas/es que foram violados no seu direito à convivência familiar geracional de origem e sofrem, por consequência, muitas vezes, privações inadmissíveis na garantia do seu bem-estar, para além, das perdas afetivas-geracionais.

Como estabelece o ECA, em seu art. 98º

As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

**I - por ação ou omissão da sociedade e do Estado;**

**II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;**

III - em razão de sua conduta.

*(grifo nosso)*

A responsabilidade estatal aqui pleiteada, não tem por base a misericórdia, a comiseração pela condição de orfandade. A defesa, é da responsabilidade pública estatal no campo da proteção social, em uma concepção de seguridade social ampliada, do direito à proteção social, ou seja, onde todas as políticas públicas envolvidas na atenção, cuidado e proteção à criança e ao adolescente e suas famílias devem ser co-responsabilizadas na garantia do desenvolvimento protetivo e saudável de crianças e adolescentes em condição de orfandade.

Destacamos a seguir, propostas de movimentos sociais e organizações envolvidos nesse debate:

A agenda 227, importante movimento social que reúne instituições que atuam em defesa dos direitos da criança e do adolescente, apresenta em 2022, fundamentados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, o documento “Agenda 227 – Plano país para infância e adolescência – Eleições 2022”, que estabelece centenas de

propostas às políticas públicas, e dentre elas, as 59, 62 e 63 respectivamente, defendem a necessidade de

[...] Reconhecer legalmente as particularidades e necessidades específicas de crianças e adolescentes **em situação de orfandade** na garantia do direito à convivência familiar e à proteção integral no âmbito do Sistema de Garantia de Direitos. É necessário garantir a prioridade absoluta à proteção integral de crianças e adolescentes sob condição de orfandade, efetivando uma política universal no Brasil.”

[...] Garantir atendimento e atenção específicos para crianças e adolescentes que perderam seus genitores, avós, tutores e/ou demais cuidadores, com prioridade e urgência para aqueles **em situação de orfandade** devido à covid-19.

[...] Garantir as condições materiais mínimas de sobrevivência para crianças e adolescentes **em situação de orfandade** em decorrência da covid-19, oferecendo-lhes reparação pelas ações e pelas omissões do Estado brasileiro, durante a pandemia.

E a Coalizão Nacional Orfandade e Direitos, no Seminário Direitos à proteção integral de crianças e adolescentes sob orfandade no Brasil (2024) aponta como resultado dos debates:

- Visibilidade institucional – por meio do sistema de Justiça e Ministério Público garantir a identificação dos casos de orfandade no país (ocorrência e características) com especial envolvimento dos Cartórios de Registro Civil;
- Construir sistemas informacionais que dialoguem com o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) visando a identificação e desenvolver ações frente às desproteções sociais;
- Agilizar processos de guarda que tramitam no sistema de justiça devido a orfandade;
- O Estatuto da Criança e do Adolescente não trata da proteção integral à orfandade, aborda o direito à convivência familiar e comunitária;
- A inclusão da condição de orfandade nos prontuários e no trato da criança e do adolescente nos serviços públicos;
- Universalização e focalização nas manifestações para propor a proteção social de crianças e adolescentes;
- Benefício universal nacional para órfãos/os da Covid que tenha um caráter de reparação histórica;
- Trato interdisciplinar e intersetorial da orfandade.

Destacamos ainda, importante Resolução Nº 256, de 12 de dezembro de 2024, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que estabelece normas gerais e parâmetros para a garantia da proteção integral à criança e adolescente na condição de orfandade, decorrente da morte de um ou de ambos os pais ou cuidadores primários.

Também a Lei nº 14.717, de 31 de outubro de 2023, que institui uma pensão especial para filhas/os de vítimas de feminicídio, ainda não foi publicado o decreto para definir as regras de operacionalização do benefício. Porém, o Ministério Público Federal orienta a solicitar o benefício pelo Meu INSS ou telefone, como benefício de pensão por morte e caso haja negativa, mover ação junto a Defensoria Pública da União. Observa-se aqui, que, por dentro do Estado as contradições (empecilhos burocráticos) para garantir o acesso a um direito fundamental, e evidenciando-se que o critério para acesso ao benefício é o per capita é de  $\frac{1}{4}$  salário mínimo vigente, ou seja, famílias em condição de extrema pobreza.

Não há direito à proteção integral no contexto do neoliberalismo. As lutas políticas de organizações e movimentos sociais são fundamentais para estabelecer correlação de forças na disputa do fundo público. A atuação das/os dos profissionais que realizam seu trabalho nas diversas políticas públicas deve ter o compromisso no enfrentamento das questões aqui reveladas. São profissionais que cotidianamente estão envolvidas/os em situações em que as crianças, adolescentes e suas famílias percorrem os serviços públicos solicitando apoio, e de forma especial, as que se encontram em grave situação de vulnerabilidade social.

## **Conclusão**

A orfandade no Brasil se revela como expressão da questão social que o Estado precisa ser convocado ética, politicamente e legalmente pelo Sistema de Garantia de Direitos a agir, ser responsabilizado na construção de uma política pública federativa que vise a identificação das crianças e dos adolescentes sob condição de orfandade e que necessitam de proteção, e garantir a proteção integral frente à níveis de vulnerabilidade social imposta pelas condições de pobreza da classe trabalhadora. Há necessidade de identificar as desproteções sociais e sobre elas, agir imediatamente, na busca de garantir proteção, cuidados e o desenvolvimento saudável às crianças e adolescentes.

É fundamental dar visibilidade ao fenômeno da orfandade e por consequência, fortalecer a luta política para garantir direitos humanos e sociais àquelas/es em condição de orfandade no Brasil, e de forma especial, a pensão de reparação do Estado àquelas/es em grave situação social. Exige uma ação comprometida e compartilhada do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) com a infância e adolescência para a garantia da proteção social, na defesa da seguridade social ampliada.

A questão da orfandade exige que a assumamos como campo da proteção social à aquelas/es que se apresentam em condições de vulnerabilidade social, e aqui não falamos somente da questão do acesso a renda para atender necessidades humanas básicas, como alimentação, moradia e vestuário... Exige muito mais, exige cuidado, afeto, carinho, sentido de pertencimento, aconchego, amorosidade... que passa pela família cuidadora, mas também, por todas/os aquelas/es que convivem com a criança/adolescente na rede de atendimento das políticas públicas. **Nesse sentido, nos desafia como tarefa civilizatória do tempo presente.**

### **Referências**

ALVES, A. C. **Seminário Orfandade e Direitos**. MDH, Secretaria Nacional da Criança e do Adolescente. Município de São Paulo, 27/02/2023.

ARPEN. **São Paulo registra perto de 4 mil órfãos da Covid até seis anos de idade**. Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo. ARPEN/São Paulo.

<https://construirresistencia.com.br/sao-paulo-registra-perto-de-4-mil-orfaos-da-covid-ate-seis-anos-de-idade/> - acesso em 09/11/2021

Boschetti, I. **Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social**. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 128, p. 54-71, jan./abr. 2017.

Carta Capital. **Mais de 2,3 mil brasileiros ficaram órfãos em 2021 em decorrência de crimes de feminicídio**. Artigo em 11/04/2022.

<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/mais-de-23-mil-brasileiros-ficaram-orfaos-em-2021-em-decorrencia-de-crimes-de-feminicidio/> - acesso em 01/03/2023

\_\_\_\_\_. **Covid-19 deixou 40 mil crianças e adolescentes órfãos de mãe no Brasil**. <https://www.cartacapital.com.br/saude/covid-19-deixou-40-mil-criancas-e-adolescentes-orfaos-de-mae-no-brasil/>

Coalização Nacional Orfandade & Direitos. **Direito à proteção integral: Orfandade de crianças e adolescentes no Brasil**. Seminário presencial. São Paulo, 27 de fevereiro de 2023.

CONANDA. **Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006.** Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA.)

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 256, de 12 de dezembro de 2024.** Estabelece normas gerais e parâmetros para a garantia da proteção integral à criança e ao adolescente na condição de Orfandade, decorrente de um ou de ambos os pais ou cuidadores primários.

DIAS, I. C. **Direito à proteção integral: Orfandade de crianças e adolescentes no Brasil.** Seminário presencial. Corregedoria da Infância. São Paulo, 27 de fevereiro de 2023.

ESMP/SP. **Direito à proteção integral: Orfandade de crianças e adolescentes no Brasil.** Seminário presencial. Escola Superior do Ministério Público. Conselho Nacional de Justiça. São Paulo, 27 de fevereiro de 2023.

FIOCRUZ. **Observa Infância: Brasil tem mais de 40 mil órfãos da Covid-19.**

<https://portal.fiocruz.br/> - acesso em 16/06/2024

GROUP ON CHILDREN, Global Reference. **Children: The Hidden Pandemic 2021** (Relatório).

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Femicídios caem, mas outras formas de violência contra meninas e mulheres crescem em 2021.** Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

GUERRA, M.N.O.P. **Pobreza e Aids. Sofrimento, resistência e o direito à vida.** Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC/SP, 2007.

\_\_\_\_\_. **Família e o trabalho profissional da/o assistente social no CRAS: entre a imediatividade do cotidiano e a formação de sujeitos políticos.** Tese. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC/SP, 2017.

IPEA. **Os dependentes da Renda dos Idosos e o coronavírus: órfãos ou novos pobres?** Nota técnica nº 81. Diretoria de Estudos e Políticas Sociais – Ana Amélia Camarano. Agosto, 2020. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

Jornal GGN. **Morte de idosos por Covid-19 deixa 5 milhões de adultos e crianças sem renda.** Rosely Rocha. 24/08/2020

<https://jornalggm.com.br/a-grande-crise/mortes-de-idosos-por-covid-19-deixa-5-milhoes-de-adultos-e-criancas-sem-renda/> acesso em 25/08/2020

MIOTO, R.C.T. (et.al.-org). **Familismo.** Direitos e cidadania contradições da política social. SP: Cortez Editora, 2015.

Poder 360. **2 anos de Covid no Brasil: relembre as falas de Bolsonaro sobre a pandemia.**

<https://www.youtube.com/watch?v=xobspacl7C>

SPOSATI, A. (org.) **No Brasil a orfandade é órfã de proteção integral**: a revelação da sindemia da covid-19. São Paulo: Pedro & João Editores, 2022.

\_\_\_\_\_. **Direitos à proteção integral de crianças e adolescentes sob orfandade no Brasil**. Excerto de palestras. Escola Superior do Ministério Público de São Paulo – ESMPPSP. Coalização Nacional Orfandade e Direitos, 2024.



**Capítulo 6**  
**SERVIÇO SOCIAL, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA EM**  
**TEMPOS DO ULTRACONSERVADORISMO: TÁTICAS E**  
**ESTRATÉGIAS**

*Kátia Hale dos Santos*

*Antônio Gabriel Santana Martins*

*Aslan Rodrigues do Nascimento Bogado*

*Catalina Ignacia Robles Dominguez*

## **SERVIÇO SOCIAL, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DO ULTRACONSERVADORISMO: TÁTICAS E ESTRATÉGIAS**

### ***Kátia Hale dos Santos***

*Assistente Social. Atua como professora assistente da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), onde desenvolve pesquisas sobre a insegurança alimentar e questão urbana-rural. Organizadora do livro "O urbano em questão: reflexões críticas. Doutora em Serviço Social (PUC-SP). E-mail: [katia.hale@unifesp.br](mailto:katia.hale@unifesp.br)*

### ***Antônio Gabriel Santana Martins***

*Assistente Social. Atua como professor adjunto da Universidade Estadual de Maringá (UEM), onde coordena o projeto Estudos Marxistas e desenvolve pesquisas sobre crítica da economia política e método materialista histórico-dialético. Doutor em Serviço Social (UFRJ). E-mail: [gabrielmartins1871@gmail.com](mailto:gabrielmartins1871@gmail.com)*

### ***Aslan Rodrigues do Nascimento Bogado***

*Assistente Social. Atua como analista de assistência e desenvolvimento social na Prefeitura de São Paulo-SP, onde coordena CREAS e atua como gestor e supervisor técnico de serviços socioassistenciais. Mestre em Serviço Social (PUC-SP). E-mail: [aslanbogado@prefeitura.sp.gov.br](mailto:aslanbogado@prefeitura.sp.gov.br)*

### ***Catalina Ignacia Robles Dominguez***

*Assistente Social. Discente no Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Bacharel em Serviço Social (UNILA). E-mail: [catalinaroblesdominguez@gmail.com](mailto:catalinaroblesdominguez@gmail.com)*

## **RESUMO**

O presente artigo tem como objeto central o Serviço Social e sua relação intrínseca com o processo de participação da classe trabalhadora voltado à restauração e manutenção da democracia no Brasil, destacando as táticas e estratégias de intervenção profissional frente ao cenário de ultraconservadorismo contemporâneo. O estudo fundamenta-se metodologicamente em uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, ancorada no método materialista histórico-dialético e na tradição marxista. Resgatam-se autores clássicos e contemporâneos para delinear o percurso histórico da redemocratização brasileira e os retrocessos recentes impulsionados por interesses econômicos que configuram a chamada 'democracia blindada'. A análise aborda a 'virada' histórica da profissão, marcada pela ruptura com o conservadorismo e pela afirmação do compromisso ético-político com a classe trabalhadora e os movimentos sociais. Examina-se como a ofensiva neoliberal e a precarização estrutural do trabalho impactam a autonomia profissional e o acesso a direitos sociais universais. Diante de um ideário popular constantemente semeado por ideias de ódio e medo, o estudo ressalta a importância de práticas profissionais que fomentem a criatividade e a consciência crítica nos usuários dos serviços socioassistenciais. Conclui-se que o uso ético-político de instrumentais técnicos, a atuação em equipes multiprofissionais e a articulação com a classe trabalhadora são táticas essenciais para enfrentar os efeitos da barbárie e fortalecer a jovem democracia brasileira. O texto reafirma que a tarefa de superação da sociedade capitalista exige uma dimensão pedagógica e coletiva que ultrapassa os limites isolados da profissão.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Participação; Democracia; Ultraconservadorismo; Classe Trabalhadora.

## **ABSTRACT**

This article focuses on Social Work and its intrinsic relationship with the participation process of the working class aimed at restoring and maintaining democracy in Brazil, highlighting professional intervention tactics and strategies in the face of the contemporary ultraconservative scenario. Methodologically, the study is based on qualitative bibliographic research, anchored in the historical-dialectical materialist method and the Marxist tradition. Classic and contemporary authors are retrieved to outline the historical path of Brazilian democratization and the recent setbacks driven by economic interests that characterize the so-called 'armored democracy'. The analysis addresses the historical 'turn' of the profession, marked by a break with conservatism and the affirmation of the ethical-political commitment to the working class and social movements. It examines how the neoliberal offensive and the structural precariousness of work impact professional autonomy and access to universal social rights. In the face of a popular ideology constantly sown with ideas of hatred and fear, the study emphasizes the importance of professional practices that foster creativity and critical awareness among socio-assistance service users.

It concludes that the ethical-political use of technical instruments, work in multidisciplinary teams, and coordination with the working class are essential tactics to counter the effects of barbarism and strengthen Brazilian democracy. The text reaffirms that the task of overcoming capitalist society requires a pedagogical and collective dimension that exceeds the isolated limits of the profession.

**Keywords:** Social Work; Participation; Democracy; Ultraconservatism; Working Class.

## **1. INTRODUÇÃO**

O cenário brasileiro da última década apresenta desafios enormes à classe trabalhadora como um todo. A prática dos ciclos de contrarrevoluções preventivas, como sintetizado por Fernandes (1975), reatualizaram-se com o golpe parlamentar-midiático de 2016 e, utilizando-se das tecnologias de informação e comunicação, propagaram *fake news* e a cultura do ódio, dividindo a nação e colocando em questionamento a frágil democracia brasileira, como o governo Michel Temer, seguido da eleição de Jair Bolsonaro mostraram nitidamente.

Dessa forma, recolocam-se desafios para o Serviço Social e para a parcela dos trabalhadores aos quais, no combate pela democracia e pela justiça social, são exigidas novas formas de participação, táticas e estratégias de enfrentamento ao ultraconservadorismo. O texto ora apresentado tem como objeto o Serviço Social, a participação e a democracia em tempos de ultraconservadorismo, destacando as táticas e as estratégias da profissão para sua aproximação e diálogo com a população.

No primeiro momento, trata da virada da profissão e de sua ruptura com o conservadorismo quando, associada à classe operária e aos movimentos sociais, participa dos processos de redemocratização no Brasil. No segundo momento, busca resgatar, diante da ofensiva neoliberal, alguns traços da configuração dos governos petistas e o contexto da ofensiva ultraconservadora após o golpe de 2016, quando se instituiu uma "democracia blindada" (DEMIER, 2017). Por último, aponta as táticas e as estratégias para o Serviço Social na dimensão cotidiana da profissão, junto aos usuários, às equipes e junto à classe trabalhadora de forma geral, compreendendo que a tarefa de superação da sociedade capitalista não está circunscrita ao Serviço Social. Quanto à metodologia, toma-se como referência autores clássicos e contemporâneos que,

preocupados com a realidade brasileira, buscam analisá-la e compreendê-la à luz do método marxista, em movimento de síntese crítica dessa pesquisa bibliográfica.

## **2. A VIRADA DO SERVIÇO SOCIAL E SUA RUPTURA COM O CONSERVADORISMO: APROXIMAÇÕES COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS**

A virada do Serviço Social rumo à construção do Projeto Ético-Político profissional atualmente hegemônico caracteriza-se, segundo Netto (2009, p. 144), por uma construção e emergência determinadas pelo processo sócio-histórico que articula aspectos internos e externos à profissão: as lutas sociais pela redemocratização do país entre as décadas de 1980 e 1990, a organização política da categoria profissional por meio de suas entidades representativas e a incorporação de vertentes críticas inspiradas na tradição marxista, compatíveis com a corrente da intenção ruptura com o conservadorismo.

O contexto sociopolítico brasileiro, ao final da década de 1970 e durante a década de 1980, caracterizou-se pela proliferação de movimentos e organizações sociais que deram visibilidade pública e política às diferentes expressões da "questão social", como o novo sindicalismo e os movimentos de lutas por políticas sociais setoriais (DURIGUETTO; BAZARELLO, 2015). Ao lado dos movimentos pela reforma urbana e pela instituição de uma política de saúde universal, somaram-se o Movimento Negro — uma vez que inexistia uma política governamental voltada à ascensão da população negra (BASTIDE; FERNANDES, 2008) — e os movimentos Feminista e LGBTQIAPN+, lutando também contra um sistema que determina o sentido sócio-histórico e político de suas existências: o patriarcado (CISNE; SANTOS, 2018).

De acordo com Abramides e Cabral (2009), o processo de organização profissional, sua inserção em associações, sindicatos, na Ceneas/Anas e no movimento mais geral dos trabalhadores, possibilitou o aprofundamento da consciência da categoria profissional sobre sua condição de classe trabalhadora assalariada e seu compromisso com a classe trabalhadora, imprimindo uma solidariedade de classe. Não é fortuito, portanto, que o Serviço Social realize sua virada histórica de recusa ao conservadorismo de origem na profissão neste momento, em favor de sua renovação histórico-crítica, passando a se afirmar como um tipo de especialização do trabalho

coletivo ao ser expressão de necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais no enfrentamento da "questão social" (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982).

Nesse caldo cultural efervescente, a profissão forja suas entidades representativas no processo de construção do Projeto Ético-Político, instituindo dois novos Códigos de Ética, em 1986 e em 1993, respectivamente. Cabe lembrar que o Código de Ética do Serviço Social de 1993 coloca a democracia como valor ético central, implicando também a liberdade como tarefa a ser construída por toda a sociedade; as relações entre os assistentes sociais e usuários, garantindo a perspectiva democrática, devem implicar as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

No campo das lutas e dos movimentos sociais em torno de demandas por direitos sociais, expressa-se a via da democracia direta por meio de ocupações de órgãos públicos, obstruções de vias e avenidas, abaixo-assinados e protestos que davam visibilidade pública às suas necessidades, formas muito presentes entre a segunda metade dos anos 1970 e o final da década de 1980 — enquanto, no final dos anos 1990, observa-se a centralidade das reivindicações no campo da institucionalidade.

A retomada democrática nacional e as conquistas expressas na nova constituinte, todavia, são interrompidas, agora dentro da ordem. Já na década de 1990, o Brasil depara-se com o neoliberalismo e a mundialização do capital, que colocam alguns constrangimentos para o controle democrático, já que os Estados-nação, sua autonomia e sua soberania são afetadas por alguns processos que representam desafios para a democracia.

O maior exemplo dessa barreira, segundo Behring e Boschetti (2011), é o corte de gastos sociais em função dos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A democracia não poderia ficar imune em tempos de barbárie. A partir da entrada dos anos 1990, a adoção da política de ajustes neoliberais impactou regressivamente o processo de mobilização e organização sindical e popular, bem como a possibilidade de políticas públicas universais.

Para Fontes (2010), além da continuidade das expropriações clássicas, emergem novas modalidades de expropriações secundárias, que passam a atingir o conjunto da classe trabalhadora por meio da expropriação dos direitos sociais e trabalhistas, do conhecimento técnico e científico, das condições de vida e da biodiversidade. Recuperando Marx, se na “chamada acumulação primitiva” o capital separou os trabalhadores dos meios de produção, na contemporaneidade até as mínimas garantias

de direitos políticos, sociais e trabalhistas são expropriadas (FONTES, 2010) e o Estado dependente acentua sua capacidade de tornar lucrativas as ações privadas na prestação de serviços públicos, apontando um caminho para enfrentar as crises de acumulação e de hegemonia. Trata-se, assim, da emergência de mecanismos cada vez mais sofisticados de expropriação dos meios de subsistência da classe trabalhadora, combinados à superexploração (BRETTAS, 2020).

Os ajustes e a precarização estrutural do trabalho atingem a todos, penetrando nas instituições estatais com a erosão da proteção social e a aceitação do receituário neoliberal do Banco Mundial, passando a recrutar e a responsabilizar os indivíduos pela sua condição pessoal, indicando como única saída o empreendedorismo e abdicando de políticas sociais universais ancoradas no direito de cidadania.

Dessa forma, a esfera da proteção social é reduzida, voltando-se para o atendimento de situações extremas, com alto grau de seletividade e focalização, direcionada à miséria e à pobreza (Pereira, 2000). Tal dinâmica repercute na profissão, tanto nos usuários dos serviços quanto no mercado de trabalho para assistentes sociais, que são atingidos pelo desemprego, pela insegurança do emprego com contratações precárias, subcontratados, "pejotizados", autônomos, temporários, com redução ou ausência de direitos, com a intensificação do trabalho, baixos salários e controle do seu trabalho, impactando, portanto, também em sua autonomia relativa, segundo Raichelis (2020). Tais transformações redefinem competências e atribuições profissionais e traçam novas requisições ao trabalho dos assistentes sociais.

A economia política singular da era Lula que, em linhas gerais, teve continuidade com Dilma, seguiu com um ambiente externo e interno favorável para o primeiro, engendrou impactos materiais intensos sobre a vida dos que viviam em pobreza extrema ou absoluta — Programa Bolsa Família, política de ações afirmativas, expansão do ensino superior, linhas de crédito —, mas favoreceu em proporções muito maiores os ricos, com atenção especial para o agronegócio e o capital portador de juros.

Sousa (2019) afirma que a *democracia de cooptação* foi um meio de preservar os interesses da burguesia autocrática, aliada à edificação de uma democracia participativa cuja gênese se encontra na Estratégia Democrático-Popular, encampada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Nota-se a centralidade da institucionalidade, expressa também na ascensão de lideranças populares a cargos no aparelho de Estado (LEAL, 2005) e na

postura do “possibilismo” presente nos movimentos sociais mais expressivos que, na maioria das vezes, traveste-se de governismo (TRANSPADINI, 2016).

A crise no governo Dilma Rousseff, evidenciada na insatisfação da burguesia, foi balizada pela crise de credibilidade na aprovação de propostas de contrarreformas ainda mais duras, direcionadas à intensificação do ajuste fiscal, e culminou no golpe jurídico-parlamentar que depôs a presidenta. Demier (2017) reafirma a condição da democracia blindada: uma democracia sem o *demos* (povo). O golpe parlamentar-midiático de 2016 colocou o presidente Temer no poder, com seu programa “Uma ponte para o futuro”. Houve um aprofundamento da ofensiva do capital, com brutal corte de direitos sociais, com a aprovação da reforma trabalhista e a Emenda Constitucional 95, que congelou por 20 anos as chamadas despesas primárias, exceto as despesas financeiras para o pagamento da dívida pública (ou de seus juros).

Com a chegada de Jair Bolsonaro ao poder, foi aprovada a Reforma da Previdência Social, que possibilita com maior liberdade a apropriação pelo capital financeiro dos recursos do orçamento público. O ambiente de desigualdade estrutural se aprofundou durante a pandemia, com uma crescente onda de banalização da vida, a criminalização da pobreza e a militarização da vida, a repressão aos movimentos sociais, a violência e discriminação contra indígenas, população LGBTQIAPN+, migrantes, refugiados, pessoas em situação de rua e as mulheres, além da barbarização da vida cotidiana pela lógica do extermínio, cujos jovens negros e periféricos são as primeiras vítimas.

Constitui-se, desse modo, um verdadeiro estado de exceção no interior de um Estado democrático (BARROCO, 2015, p. 627). Sob esse aspecto, o Estado passa a ser visto como um vilão causador da crise, cabendo-lhe, assim, a função coercitiva de reprimir com violência todas as formas de contestação da classe trabalhadora, reproduzindo os valores preservados pela tradição e pelos costumes. A cultura do medo e da violência instalou-se no país e o apelo à ordem tornou-se mais evidente.

No contexto das eleições de 2022, a classe trabalhadora encontrou-se dividida e os valores ultraconservadores emergiram com maior força: a imposição da família tradicional, a defesa da propriedade, o clamor pela pena de morte, o ódio aos pobres, às mulheres, a exaltação do empreendedorismo como porta de saída, a cultura do armamento e o horizonte religioso como única possibilidade de existência, esses últimos

reforçados por uma bancada de deputados evangélicos, todos eles maximizados pelas tecnologias de informação e comunicação (Tics).

O aprofundamento da crise econômica possibilitou à extrema direita espaços para semear uma espécie de luta fratricida entre subalternos e explorados (RODRIGUES; MOTA, 2020), dificultando ou empobrecendo a organização e a mobilização social. Ressalta-se que aquele governo desmontou mecanismos de controle institucionais, a exemplo dos conselhos de direitos, retomados somente quando empossado o atual governo Lula. Mesmo assim, alguns autores proclamaram o fim do ciclo de cidadania no Brasil (FAGNANI, 2017).

É nesta realidade que o Serviço Social se insere e recebe demandas, que são mediadas pela direção social ultraconservadora em serviços administrados por organizações não governamentais em sua grande maioria religiosas, que se proliferaram durante o governo Bolsonaro, além dos serviços privatizados que visam ao lucro. Na contramão da realidade, cabe ao assistente social a defesa da democracia e do direito à participação nos processos democráticos, tanto dos usuários e da equipe com a qual trabalha quanto da classe trabalhadora em geral, disputando a hegemonia do Projeto Ético-Político (PAULA, 2019).

No exercício profissional, é necessário ter claro o objetivo do Serviço Social e seu papel na Assistência Social, Previdência Social e Saúde, entre outras políticas, conhecendo as particularidades do território onde está inserido. Paula (2019) aponta para a necessidade de analisar a conjuntura, os movimentos econômicos, políticos e sociais que se refletem nas políticas sociais nas quais as assistentes sociais estão inseridas. Elaborar o plano de trabalho, que deve compor as normas de regulação instituída e ir além, definindo objetivos profissionais e suas frentes de atuação, estabelecendo parâmetros importantes da relação profissional no espaço sócio-ocupacional. Decerto, trata-se do planejamento constituído a partir da racionalidade histórico-crítica, pressupondo uma capacidade teleológica de projetar o vir a ser de acordo com as finalidades preestabelecidas.

Sob essa orientação, a aproximação com a população é uma das condições para permitir impulsionar ações inovadoras no sentido de reconhecer e atender as efetivas necessidades dos segmentos subalternos; caso contrário, o assistente social poderá dispor de um discurso de comprometimento ético-político em defesa da democracia sobreposto a uma relação de estranhamento. Para Paula (2019), a tática na

operacionalização do exercício profissional requer uma técnica articulada ao instrumento e articulando as relações de saber e poder da e com a população usuária dos serviços.

Para além da prática cotidiana, faz-se necessário articular-se pela construção de outra ordem societária, estabelecendo objetivos profissionais e elaborando estratégias de trabalho coletivo, fomentando ações em equipe e com os usuários, realizando reuniões socioeducativas e gerando reflexões críticas que possam captar as expressões que as desigualdades sociais assumem na vida dos sujeitos, fortalecendo suas formas de resistência já existentes ou ainda ocultas, ou seja, desvelando as formas de organização e as potencialidades de mobilização e de luta (DURIGUETTO; BAZARELLO, 2015). Tendo como norte a dimensão pedagógica da profissão, o assistente social deve se sobrepôr à lógica neoliberal — lógica essa que fragmenta a realidade, hierarquiza as relações e reforça a perspectiva de subalternização e do apassivamento.

Nesse sentido e com base na concepção de sujeito que consta nas diretrizes curriculares da profissão — um sujeito histórico e coletivo com particularidades e singularidades, com etnia, raça, gênero, sexualidade e uma cultura particular —, a exemplo dos povos originários, que devem expressar suas necessidades por si, não podemos permitir que impere a lógica colonialista, neoliberal, moralista, fragmentada e hierarquizada. Coloca-se, portanto, como desafio para a totalidade dos assistentes sociais assumirem a perspectiva coletiva do projeto profissional, inserindo-se nas lutas em suas diferentes formas: reforçar as alianças com outros profissionais, entidades, representações coletivas, movimentos sociais e sindicatos, e "ir aonde o povo está", recriando estratégias e formas de organização política para o avanço da democracia.

### **3. CONCLUSÃO**

Em tempos de ultraconservadorismo, onde o Estado Democrático de Direito rasteja clamando por misericórdia ao mercado neoliberal, os profissionais comprometidos com o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro, em defesa dos interesses da classe trabalhadora, patinam errantes na esteira dos direitos e políticas sociais fragilizados pela economia do lucro. A alternância de governos — ainda que com a assunção de partidos vocacionados a premissas sociais básicas — não confere às

camadas mais precarizadas da classe trabalhadora a segurança social garantida pela Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido, mesmo que a superação do atual estado de coisas seja uma consequência da luta da classe trabalhadora organizada em uma ampla coletividade, nossa categoria assume a responsabilidade de abraçar táticas e estratégias de enfrentamento aos efeitos do ultraconservadorismo no cotidiano profissional. Assim, a categoria profissional deve adotar práticas em seu espaço de trabalho que fomentem a criatividade, a criticidade e a consciência nos usuários dos serviços como cidadãos e como trabalhadores. O desafio é enorme, uma vez que o ideário da população é constantemente semeado pelas ideias dominantes, e as ideias de nossa época estão galgadas no ódio, no medo e em inúmeras expressões da violência material e simbólica. As ações ocupacionais em equipe multiprofissional, a adoção de estratégias de trabalho e o uso correto de instrumentais técnicos, somados à participação ativa dos usuários, podem fazer frente aos efeitos do ultraconservadorismo e da economia neoliberal, mesmo que nas entrelinhas de suas vidas cotidianas, construindo no dia-a-dia o protagonismo da classe cuja necessidade premente para solucionar suas demandas cotidianas está no horizonte da construção de uma nova ordem societária.

## **REFERÊNCIAS**

ABRAMIDES, Maria Beatriz; CABRAL, Maria do Socorro. A organização política do Serviço Social e o papel da CENEAS/ANAS na Virada do Serviço Social brasileiro. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília: CFESS, 2009.

BARROCO, Maria Lúcia. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branco e negro em São Paulo**. São Paulo: Global, 2008.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Serviço Social e Política Social: 80 anos de uma relação visceral**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRETTAS, Tatiana. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana M. M. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; BAZARELLO, Raphael D. Movimentos Sociais e Serviço Social: termos do debate. **Temporalis**, Brasília, v. 15, n. 29, p. 133-155, jan./jun. 2015.

FAGNANI, Eduardo. **O fim do breve ciclo da cidadania social no Brasil (1988-2015)**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz Antônio Ivo de Carvalho, 2017.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaios de interpretação sociológica. São Paulo: Zahar, 1975.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz/UFRJ, 2010.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1982.

LEAL, Suely Maria Ribeiro. A ascensão de lideranças populares ao aparelho de Estado: a experiência do governo Lula. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2005, São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2005.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. *In*: MOTA, Ana Elizabeth *et al.* (org.). **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 141-160.

NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a tradição marxista. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 30, p. 89-102, abr. 1989.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira; SILVA, Nicole Cristina Oliveira Silva. Estratégias e táticas na formação profissional do Assistente Social: subsídios para reflexão. **Temporalis**, Vitória, v. 19, n. 37, p. 251-267, jan./jun. 2019.


RAICHELIS, Raquel. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 11-32, jan./abr. 2021.

RODRIGUES, Mavi; MOTA, Ana Elizabeth. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212, maio/ago. 2020.

SILVA, Potyara A. Pereira da. **Necessidades Humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUSA, Adrianyce A. Silva. Estratégia democrático-popular e serviço social: aproximações ao socialismo reformista na profissão. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 10., 2021, São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2021.

TRANSPADINI, Roberta. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina**: a trajetória do MST entre novas velhas encruzilhadas. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.



**Capítulo 7**  
**O SERVIÇO SOCIAL NO ESPAÇO ESCOLAR: ESTRATÉGIAS**  
**DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA**  
**CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

*Geovanna Ellen dos Santos Barbosa*

*Paloma Terezinha Miquilini Piani*

*Ana Maria da Silva Bueno*

*Maria Cristina Piana*

*Rosalinda Chedian Pimentel*

**O SERVIÇO SOCIAL NO ESPAÇO ESCOLAR: ESTRATÉGIAS DE  
ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES**

***Geovanna Ellen dos Santos Barbosa***

*Assistente Social, Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação da  
Unesp/Franca, [geovanna.ellen@unesp.br](mailto:geovanna.ellen@unesp.br)*

***Paloma Terezinha Miquilini Piani***

*Assistente Social, Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da  
Unesp/Franca, [paloma.piani@unesp.br](mailto:paloma.piani@unesp.br)*

***Ana Maria da Silva Bueno***

*Assistente Social; Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da  
Unesp/Franca, [ana.m.bueno@unesp.br](mailto:ana.m.bueno@unesp.br)*

***Maria Cristina Piana***

*Assistente Social; Doutora em Serviço Social pela Unesp/Franca. Atua como docente,  
pesquisadora e orientadora na mesma instituição, [crisrina.piana@unesp.br](mailto:crisrina.piana@unesp.br)*

***Rosalinda Chedian Pimentel***

*Economista; Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ. Professora  
Voluntária do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp/Franca,  
[rchedian@gmail.com](mailto:rchedian@gmail.com)*

## **RESUMO**

A violência sexual contra crianças e adolescentes se configura como uma das mais graves e persistentes violações dos direitos humanos, profundamente enraizada em estruturas históricas e socioculturais que perpetuam e naturalizam desigualdades. No Brasil, esse cenário é intensificado pela incidência direta de marcadores sociais como raça, gênero e classe, que não apenas moldam a forma como a violência se manifesta, mas também condicionam as respostas, muitas vezes omissas ou revitimizadoras, das instituições responsáveis pela proteção, entre elas a escola. A escola, espaço privilegiado de socialização e formação crítica, revela-se como ambiente estratégico para o enfrentamento da violência sexual infantojuvenil, uma vez que costuma ser o primeiro local onde os sinais de abuso são percebidos. Contudo, a fragilidade teórico-prática das equipes educacionais para identificar, acolher e encaminhar adequadamente esses casos compromete a efetivação da proteção integral. Torna-se, portanto, imprescindível capacitar as instituições de ensino para que atuem de forma articulada e sensível, rompendo com a cultura do silêncio e da culpabilização das vítimas. É nesse contexto que se insere a contribuição central deste estudo: evidenciar a importância estratégica da atuação do Serviço Social no ambiente escolar. Amparado por um projeto ético-político comprometido com a emancipação humana e a justiça social, o/a assistente social atua como mediador/a fundamental entre a escola e a rede de proteção. O artigo, de natureza bibliográfica e reflexiva, propõe-se a analisar a centralidade dessa atuação profissional, defendendo que a inserção do Serviço Social na educação básica é uma ferramenta potente para o fortalecimento da rede de proteção.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Educação. Violência Sexual. Criança e Adolescente.

## **ABSTRACT**

Sexual violence against children and adolescents constitutes one of the most severe and persistent human rights violations, deeply rooted in historical and sociocultural structures that perpetuate and naturalize inequalities. In Brazil, this scenario is intensified by the direct impact of social markers such as race, gender, and class, which not only shape how the violence manifests but also condition the responses, often neglectful or re-victimizing, of the institutions responsible for protection, including schools. The school, a privileged space for socialization and critical education, emerges as a strategic environment for confronting sexual violence against children and youth, since it is often the first place where signs of abuse are detected. However, the theoretical and practical fragility of educational teams in adequately identifying, supporting, and referring to these cases undermines the realization of comprehensive protection. It is therefore essential to train educational institutions to act in a coordinated and sensitive manner, breaking with the culture of silence and victim-blaming. It is within this context that the central contribution of this study is situated:

highlighting the strategic importance of Social Work practice in the school environment. Grounded in an ethical-political project committed to human emancipation and social justice, the social worker acts as a fundamental mediator between the school and the protection network. This article, of a bibliographic and reflective nature, aims to analyze the centrality of this professional practice, arguing that the insertion of Social Work into basic education is a powerful tool for strengthening the protection network.

**Keywords:** Social Work. Education. Sexual Violence. Children and Adolescents.

## **INTRODUÇÃO**

A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma das mais graves e persistentes violações de direitos humanos, enraizada em estruturas históricas e socioculturais que revela profundas desigualdades. Trata-se de um fenômeno que, embora amplamente disseminado em diferentes contextos e épocas, permanece marcado por silêncio coletivo que impede sua adequada visibilidade e enfrentamento. Conforme apontam Azevedo e Guerra (1988), a negligência institucional e social frente a essa problemática está intimamente relacionada a um pacto de silêncio, sustentado por um modelo patriarcal, adultocêntrico e racista de organização social.

No Brasil, esse cenário se agrava à medida que marcadores sociais como raça, gênero e classe social incidem, diretamente, sob a forma de violência sexual manifestada e como é tratada pelas instituições educacionais. A partir da perspectiva de Lélia Gonzalez, compreende-se que o racismo estrutural constitui fator determinante na conformação da cultura do estupro no país, sobretudo no que tange à hipersexualização de corpos de crianças negras e indígenas. Diante disso, torna-se imprescindível adotar uma abordagem crítica e interseccional para entender como essas violências operam e se legitimam no cotidiano.

Nesse contexto, a escola, espaço privilegiado de socialização e formação, surge como ambiente estratégico para o enfrentamento da violência sexual infantojuvenil, especialmente por ser um dos primeiros locais onde os sinais do abuso são percebidos. Entretanto, a atuação escolar ainda é limitada diante da complexidade desse tipo de violência. Assim, destaca-se a importância da inserção de Assistentes Sociais na área da Educação, conforme a Lei 13.935/2019 que estabelece a obrigatoriedade de assistentes

sociais e psicólogos na rede pública de Educação, com o objetivo de fortalecer a rede de proteção e garantir uma abordagem ética, humanizada e articulada às políticas públicas.

Este artigo propõe refletir sobre a atuação do/a assistente social no espaço escolar frente à violência sexual contra crianças e adolescentes, destacando seu papel no acolhimento, prevenção, articulação intersetorial e promoção dos direitos humanos. Parte-se da compreensão de que o enfrentamento desse fenômeno exige ações integradas e politicamente comprometidas com a superação das desigualdades que sustentam tais violações.

### **ABUSO SEXUAL INFANTOJUVENIL<sup>1</sup> E EXPRESSÕES NA ESCOLA**

A violência sexual contra crianças e adolescentes configura-se uma realidade histórica universal, presente em diferentes contextos socioculturais ao longo do tempo. Para Azevedo e Guerra (1988), a violência sexual infantojuvenil é frequentemente negligenciada devido a um "pacto social de silêncio", em que tanto a sociedade quanto os profissionais evitam confrontar questões consideradas incômodas. Essa omissão coletiva perpetua a violência e dificulta a criação de mecanismos eficazes de proteção à infância.

Essa situação passou a ser entendida como um “[...] triste contingência do padrão patriarcal e adultocêntrico de relações sociais e vigente em nossa sociedade de hoje e de sempre: caracterizado pela dominação dos homens sobre as mulheres e dos adultos sobre as crianças.” (Azevedo;Guerra, 1988, p.22). Além disso, acrescenta-se também como uma expressão do racismo, sendo importante refletir sobre o conceito *amefricanidade*<sup>2</sup>, desenvolvido por Lélia Gonzalez, que se constitui em ferramenta analítica crucial para compreender a cultura do estupro no Brasil, revelando suas raízes no racismo estrutural. Flauzina e Pires (2020) demonstram como a formação social brasileira foi marcada pela naturalização da violência sexual, especialmente contra mulheres negras e indígenas. As autoras analisam a ideologia da mestiçagem, adotada

---

<sup>1</sup> A expressão “infantojuvenil” estende-se, neste estudo, às infâncias e adolescências na atualidade, consideradas fases fundamentais aqui refletidas.

<sup>2</sup> “Permite a descrição e o diagnóstico das violências estruturais e sistêmicas herdadas da experiência colonial escravista, tal como produzida no Brasil, atribuindo centralidade aos processos de resistência protagonizados por mulheres negras e indígenas. Portanto, é na capacidade genuinamente política de reivindicar a afirmação de nossa plena humanidade que radica a percepção da realidade tal como Lélia propõe” (Flauzina; Pires, 2020 p.67)..

como projeto nacional no século XX, revelando seu duplo papel: legitimar a violência sexual histórica enquanto instrumento de branqueamento populacional, expressando o racismo estrutural das relações sociais no Brasil.

Portanto, compreende-se que a violência sexual contra crianças se manifesta de forma desigual, apresentando variações significativas em função de marcadores sociais como raça, etnia e gênero, disparidade que se reproduzem igualmente nas respostas institucionais a esses casos. Em suma, a análise revela que o poder estruturante, simultaneamente constituinte e constituído, tem se manifestado historicamente através de um sistema triádico de dominação, conformado por adulto centrismo, patriarcado e supremacia branca. Esses eixos de poder consolidaram-se mediante processos de institucionalização e socialização hegemônica, estabelecendo paradigma de dominação onde o homem branco adulto assume a posição de sujeito político privilegiado (Faleiros, 2006).

Tal abordagem analítica permite examinar de forma integral como as desigualdades estruturais se expressam na violência sexual infantojuvenil, cujos impactos persistem na contemporaneidade. Logo, deve-se apreender, que diferentemente do que o senso comum acredita, a violência sexual infantojuvenil se caracteriza como:

[...] todo tipo de contato sexualizado, desde falas eróticas ou sensuais e exposição da criança a material pornográfico até o estupro seguido de morte. Dentro deste vasto espectro incluem-se carícias íntimas, relações orais, anais, vaginais como penetração ou não, além do voyeurismo e exibicionismo, entre outros (UNICEF, 2009, p.18).

A violência sexual contra crianças e adolescentes abrange qualquer forma de coerção para participação ou exposição a atos sexuais, presenciais ou virtuais, incluindo: exploração sexual comercial (prostituição, pornografia infantojuvenil, tráfico), agressões diretas (estupro, assédio) e abusos intrafamiliares ou extrafamiliares. Conforme o UNICEF (2009), a pedofilia envolve a objetificação sexual de crianças, muitas vezes, por agressores com histórico de vitimização. Já o incesto, segundo Werebe (1998), caracteriza-se por abuso sexual entre parentes, marcado por relações de poder e pela impossibilidade de consentimento, especialmente em crianças pequenas que não compreendem os atos praticados por seus responsáveis.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024), a residência permanece como o principal local de ocorrência de violência sexual contra crianças e

adolescentes, representando 65,1% dos casos registrados. Em contraste, a via pública aparece como cenário desses crimes em apenas 9,9% das ocorrências, reafirmando o ambiente doméstico como espaço de maior vulnerabilidade para esse grupo etário.

O ambiente escolar se consolida como espaço estratégico para o desenvolvimento infanto-juvenil, dada a permanência prolongada de crianças e adolescentes nesses locais. Furniss (1993) salienta a importância estratégica tanto das escolas quanto das creches como ambientes intermediários entre o lar e o espaço público onde, frequentemente, surgem denúncias de abuso sexual. O autor ressalta a necessidade imperativa de capacitação permanente de educadores e equipes escolares para reconhecer sinais de violência sexual, manejar situações de suspeita e acolher adequadamente os relatos das vítimas.

O acolhimento adequado das revelações de violência sexual exige abordagens específicas conforme a faixa etária, demandando profissionais qualificados para evitar reações que possam silenciar as vítimas. Simultaneamente, esses profissionais devem atuar como promotores de ações preventivas, garantindo a proteção integral dos direitos humanos, sexuais e reprodutivos de crianças e adolescentes. Como destaca Faleiros (2006), a violência sexual infantojuvenil representa uma violação multidimensional que compromete não apenas a integridade física e mental, mas todo o desenvolvimento psicossocial da vítima, infringindo direitos fundamentais à dignidade e à sexualidade segura.

## **A INSERÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO ESPAÇO EDUCACIONAL**

Diante do exposto, é notório que a rede de Educação precisa de um conhecimento teórico-prático acerca de problemáticas como essa citada anteriormente, a fim de que a equipe da instituição saiba se posicionar e intervir corretamente com os alunos e demais envolvidos. É nesse contexto que se encontra a importância da atuação de profissionais do Serviço Social dentro dos ambientes de ensino.

Isso ocorre, porque a escola sempre foi um ambiente que reflete inúmeras expressões da questão social<sup>3</sup> principalmente por ser um espaço de socialização, onde os

---

<sup>3</sup> A questão social é a expressão do processo de produção e reprodução da vida social na sociedade burguesa, da totalidade histórica concreta. A perspectiva de análise da questão social aqui assumida recusa quaisquer reducionismos econômicos, políticos ou ideológicos. Ao contrário, o esforço orienta-se

alunos além de adquirirem conhecimento, também se conectam com outros indivíduos e educadores, participando de um movimento em que se veem como partícipes de um coletivo. Como também, trazem para essa experiência escolar toda a bagagem que construiu na vida até ali, ou seja, sua realidade social (Lima, 2017).

Em sequência, segundo documento do Conselho Federal de Serviço Social (2011), a inserção do Serviço Social nas escolas é algo debatido desde o início da profissão no Brasil, isto é, em uma breve contextualização histórica, o CFESS expõe que desde 1930 já se tinha a presença de Assistentes Sociais na Educação, porém, só a partir dos anos 1990 que esses/as profissionais se tornam mais significativos, acompanhando a reformulação do Projeto Ético Político Profissional de 1993.

Posteriormente, com o aumento do interesse e da reflexão da profissão acerca desse espaço sócio-ocupacional, foram iniciadas algumas mudanças. Segundo Piana (2009)

O Serviço Social, recentemente, tem sido reconhecido como profissão fundamental na perspectiva curricular da Educação e ocupado espaços importantes no processo de execução da política educacional. Com isso, tende a deixar o serviço de ações complementares, paliativas e emergenciais. Seu trabalho consiste em identificar e propor alternativas de enfrentamento aos fatores sociais, políticos, econômicos e culturais que interferem no sistema educacional, de forma a cooperar com a efetivação da Educação como um direito para a conquista da cidadania (Piana, 2009, p.185-186).

Ou seja, os assistentes sociais reconhecem sua importância, e são convocados a atuarem nesse espaço devido a sua compreensão social, que vai além das salas de aula. Dado que, sua principal função é atuar na garantia de direitos sociais, portanto, é exatamente isso que fará, agindo de modo a assegurar o direito à Educação de qualidade, auxiliando no acesso e permanência desses indivíduos na rede escolar, seguindo os preceitos da Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

Aliás, também devem ser considerados no exercício profissional as regulamentações e normativas da própria profissão, como o já mencionado Código de Ética/1993, a Lei de Regulamentação do Serviço Social nº8.662/1993 e as recomendações dadas pelo conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal e Estadual de Serviço Social), que vão nortear a mediação do assistente social.

---

no sentido de captar as dimensões econômicas, políticas e ideológicas dos fenômenos que expressam a questão social, resguardando a fidelidade à história (Iamamoto, 2000, p.114).

Ademais, a presença da categoria profissional foi recentemente regulamentada por meio da Lei nº13.935/2019, que estabelece a atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos nas redes públicas de ensino em equipes multiprofissionais, conforme o documento do CFESS (2025):

Vale lembrar que já se passaram duas décadas de luta das entidades do Serviço Social e da Psicologia para reconhecimento e inserção dessas categorias profissionais na Educação básica, profissionais que têm compromisso com a Educação pública e gratuita, de qualidade, socialmente referenciada e com acesso para todas as pessoas à Educação. Nesse sentido, o documento fortalece essa defesa, objetivando o direito de estudantes de receberem acompanhamento multiprofissional em seu processo de desenvolvimento de ensino e aprendizagens, valorizando, igualmente as práticas e processos educativos (CFESS, 2025).

Lima (2017) afirma a necessidade desses profissionais dentro das escolas, considerando que existem demandas para as quais professores e diretores não foram capacitados para lidar, principalmente aquelas que perpassam os muros da instituição. Logo, o assistente social desempenhará o papel de mediador entre o aluno, a escola, a família e o contexto social, ou seja, intervindo no cotidiano. Ainda, na perspectiva da autora, as equipes multiprofissionais devem atuar em conjunto, incluindo os educadores, respeitando as diretrizes de cada profissão, e, assim, decidirem qual a melhor ação a ser tomada, além de poder realizar um trabalho em rede, caso seja necessário acionar outras políticas públicas como a saúde, habitação e entre outras.

Perante tais exposições, profissionais de Serviço Social trabalham em prol de uma Educação libertadora, na qual o indivíduo possa ser visto em sua totalidade e receba a Educação a que tem por direito, podendo contar com o apoio da equipe multiprofissional sempre que necessário. Contudo, a efetivação da inserção do Serviço Social na Educação enfrenta diversos desafios que dificultam o pleno exercício profissional nas instituições de ensino. Um dos principais entraves é a escassa contratação de assistentes sociais nas redes públicas e privadas, o que limita a presença e atuação sistemática desses profissionais nas escolas. Além disso, há desconhecimento generalizado sobre o papel do assistente social na Educação, o que contribui para a sua desvalorização profissional e para a percepção equivocada de que sua atuação se restringe a questões assistencialistas e emergenciais, ao invés de reconhecer sua contribuição para o enfrentamento das desigualdades sociais que impactam o processo educativo.

Outro obstáculo relevante é a resistência institucional em incorporar o Serviço Social como parte integrante das equipes escolares. Muitas instituições ainda operam com a lógica tradicional de ensino, que não reconhece a importância do trabalho interdisciplinar na promoção de uma Educação mais inclusiva e igualitária. Essa resistência manifesta-se tanto em aspectos burocráticos, como na ausência de normativas claras, quanto na falta de sensibilização dos gestores educacionais. Superar tais desafios exige, portanto, articulação entre políticas públicas, formação continuada e mobilização da categoria profissional para fortalecer a presença e a legitimidade do Serviço Social no campo educacional.

### **O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO ENFRENTAMENTO AO ABUSO SEXUAL INFANTOJUVENIL NAS ESCOLAS**

O abuso sexual infantojuvenil constitui uma das mais graves violações de direitos de crianças e adolescentes, exigindo respostas intersetoriais integradas especialmente no ambiente escolar, onde os indícios desse tipo de violência são frequentemente identificados. Nesse contexto, o assistente social, como profissional comprometido com a promoção e a defesa de direitos, desempenha papel fundamental tanto no acolhimento inicial da vítima quanto na articulação da rede de proteção, sendo chamado a intervir de forma ética, crítica e proativa.

A abordagem do/a assistente social frente ao abuso sexual infantojuvenil no contexto escolar é caracterizada por um conjunto de ações estratégicas. A escuta qualificada é uma das principais ferramentas utilizadas, definida não como uma investigação, mas como um momento de acolhimento, respeito e atenção ao relato espontâneo da criança ou adolescente. É fundamental que essa escuta seja pautada no sigilo profissional, sem sugestões ou julgamentos, e orientada por princípios éticos que assegurem a integridade da vítima (CFESS, 2011).

Após a escuta inicial, o profissional deve realizar os encaminhamentos cabíveis, acionando os órgãos competentes, como o Conselho Tutelar, o Ministério Público e os serviços especializados da rede socioassistencial (CREAS, CRAS), além dos serviços de saúde e psicologia, quando necessário. Essa articulação intersetorial é essencial para garantir acompanhamento integral e contínuo da criança ou adolescente, bem como de sua família. Como enfatiza Szymanski (2017, p. 78), “a efetivação dos direitos da criança

vitimizada depende de ações coordenadas entre os sistemas de Educação, assistência social, saúde e justiça”.

A intervenção do/a assistente social deve estar firmemente ancorada no Projeto Ético-Político da profissão, que norteia sua atuação para a defesa intransigente dos direitos humanos, com foco central na proteção de crianças e adolescentes em situação de violência. A Resolução CFESS nº 273/1993 estabelece que é dever do assistente social “zelar pela dignidade da pessoa humana, recusando-se a atuar em instituições que reproduzam práticas autoritárias, discriminatórias ou violadoras de direitos”.

A denúncia de abuso sexual, embora necessária, deve ser tratada com responsabilidade e sensibilidade, evitando a revitimização. O/a assistente social não tem a responsabilidade de produzir provas, mas sim de informar as autoridades competentes sempre que identificar ou suspeitar de uma situação de violência, conforme estabelece o artigo 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990). Ao mesmo tempo, é seu dever proteger a criança e/ou o adolescente em todo o processo, garantindo escuta segura, acompanhamento e inclusão em serviços de apoio.

Além de responder aos casos identificados, a atuação do assistente social nas escolas deve incluir estratégias preventivas e educativas. A produção e a sistematização de dados sobre violência sexual infantojuvenil são essenciais para subsidiar intervenções eficazes e baseadas em evidências, além de fortalecer a rede local de proteção.

Ações preventivas incluem grupos de discussão, campanhas educativas, oficinas com alunos e capacitações para professores e familiares. O/a assistente social pode contribuir para a construção de uma cultura de proteção, promovendo discussões sobre autonomia corporal, direitos da criança e do adolescente, tipos de violência e canais de denúncia. Segundo Fonseca (2017, p. 96), “o trabalho preventivo nas escolas é uma das formas mais eficazes de romper o silêncio em torno da violência sexual infantojuvenil”.

A formação contínua de toda a comunidade escolar também é essencial. O/a assistente social pode organizar e/ou participar de capacitações que abordam temas como indícios de abuso, procedimentos de encaminhamento, responsabilidades legais dos educadores e atuação da rede de proteção. Apesar das múltiplas responsabilidades e da relevância do Serviço Social nessa área, a prática cotidiana do/a assistente social nas escolas enfrenta inúmeros desafios. Um dos principais problemas é a sobrecarga de trabalho, agravada pela falta de profissionais e pela precariedade das condições de

trabalho. Muitas vezes, o assistente social é o único profissional da área social na escola ou no setor municipal, lidando tanto com demandas humanas urgentes quanto administrativas.

Outra barreira significativa é a falta de protocolos institucionais claros para o enfrentamento do abuso sexual infantojuvenil em contextos escolares. A ausência de procedimentos definidos e de capacitação para a equipe escolar contribui para uma rede desarticulada e para a revitimização da criança. Além disso, a questão permanece invisível seja pelo medo das vítimas de se manifestarem, pela negação da comunidade escolar ou pela dificuldade em reconhecer sinais de abuso (Nunes; Oliveira, 2020).

A cultura do silêncio, o tabu em torno da sexualidade infantojuvenil e a tendência à culpabilização da vítima também dificultam uma intervenção profissional eficaz. Nessas circunstâncias, o assistente social deve desenvolver estratégias de conscientização e Educação, tanto dentro quanto fora do ambiente escolar. Apesar dessas adversidades, o trabalho social nas escolas também revela importantes potencialidades. A formação crítica e o comprometimento do assistente social com o arcabouço dos direitos sociais o capacitam para a mediação entre a escola, a família e a rede de proteção. Essa mediação é essencial para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários que atuam como fatores de proteção.

Além disso, o/a assistente social pode exercer a influência política junto à gestão escolar e aos órgãos públicos para a construção de protocolos institucionais, a garantia de equipes multidisciplinares, a implementação de políticas públicas de combate à violência sexual e a inclusão dos direitos da criança no projeto político-pedagógico da escola.

Como afirma Netto (2011, p. 112), “a intervenção do assistente social, ancorada na análise crítica da realidade e em um projeto ético-político emancipatório, pode ser um vetor significativo de transformação social, mesmo em contextos marcados pela violência e pela negação de direitos”. Portanto, mesmo diante dos desafios, a presença do/a assistente social nas escolas pode contribuir, significativamente, para a proteção integral de crianças e adolescentes e para a construção de uma cultura de direitos, respeito e cuidado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como reflexões finais, sem a pretensão de concluir, por meio desse debate é verificado que a inserção de Assistentes Sociais dentro da rede de Educação traz um saldo positivo em relação às questões que perpassam a vida das crianças e adolescentes tanto na escola, quanto em sua vida particular e social. Em detalhes, no caso de violência doméstica apresentado anteriormente, esse profissional é de extrema importância, devido ao seu trabalho de mediação e visão social crítica sobre a realidade vigente, atuando desde a prevenção até o cuidado em agir nos casos que já aconteceram.

Por fim, o/a profissional de Serviço Social atua na garantia de direitos, e é seguindo esse preceito que ele/a atua dentro das escolas. Sua intervenção, de caráter crítico e intersetorial, abrange desde o acolhimento qualificado às vítimas até a articulação com serviços de saúde, assistência social, justiça e conselhos tutelares, sempre pautada pela garantia intransigente dos direitos de crianças e adolescentes. Conclui-se que é urgente superar práticas punitivistas e fragmentadas, investindo em uma abordagem que reconheça as determinações estruturais da violência sexual e promova ações preventivas, emancipatórias e efetivamente comprometidas com a dignidade humana.

## **REFERÊNCIAS**

AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.N.A. **Pele de asno não é só história**: um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família. Roca: São Paulo, 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de Educação básica. Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, DF, 12 dez. 2019, p. 1. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm)

BRASIL. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8662.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm)

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Senado Federal, 1990.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Serviço Social e Psicologia na Educação Básica: documento fortalece a implementação da Lei em todo território nacional**. CFESS, 2025. Disponível em:  
<https://www.cfess.org.br/noticia/view/2203/servico-social-e-psicologia-na-educacao-basica-documento-fortalece-implementacao-da-lei-em-todo-territorio-nacional>.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação**. CFESS, 2011. Disponível em:  
<https://cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>.

FALEIROS, V. P.; *et al.* **Circuito e curtos-circuitos: atendimento, defesa e responsabilidade do abuso sexual contra crianças e adolescentes no Distrito Federal**. São Paulo: Veras, 2006.

FLAUZINA, A.; PIRES, T. **Uma conversa de pretas sobre violência sexual**. In. PIMENTEL, S. *et.al.* Raça e Gênero: discriminações, interseccionalidades e resistências. São Paulo: EDUC, 2020.

FONSECA, C. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: desafios e possibilidades para o Serviço Social. **Cadernos de Serviço Social**, v. 11, n. 2, p. 89-101, 2017.

FURNISS, T. **Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LIMA, D. R. de. **Serviço social na educação: desafios e possibilidades da inserção profissional na política de educação**. IESF, 2017. Disponível em: [servico-social-na-educacao-desafios-e-possibilidades-da-insercao-profissional-na-politica-de-educacao.pdf](#)

NETTO, J. P. **Transformações societárias e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.


NUNES, M.; OLIVEIRA, S. A violência sexual infantojuvenil e o trabalho do assistente social na escola: desafios e estratégias de enfrentamento. **Serviço Social em Revista**, v. 22, n. 3, p. 55-72, 2020.

PIANA, M. C. Serviço Social e Educação: Olhares que se inter cruzam. **Serviço Social e Realidade**, Franca, v. 18, n. 2, p. 182-206, 2009.

SZYMANSKI, H. Intervenção profissional no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes: articulação de políticas públicas. **Revista Katálysis**, v. 20, n. 1, p. 75-85, 2017.

UNICEF. **Abuso sexual doméstico**: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor. 3. ed. São Paulo/Brasília: Cortez, 2009.

WEREBE, M. J. G. **Sexualidade, Política e Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.



**Capítulo 8**  
**FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NO**  
**ENSINO PÚBLICO DE BELÉM-PA: UMA EXPERIÊNCIA DE**  
**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA SOBRE AUTODECLARAÇÃO E**  
**COTAS RACIAIS**

*Alexandre Magno do Carmo Macedo Junior*

*Maria Antonieta Rocha dos Santos*

*Arthur Vinícius Rayol da Cruz*

*Janderson Da Silva Andrade*

*Kauã Kaiky Santos dos Santos*

*Lucas da Silva Alegario*

**FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NO ENSINO  
PÚBLICO DE BELÉM-PA: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO  
UNIVERSITÁRIA SOBRE AUTODECLARAÇÃO E COTAS RACIAIS**

***Alexandre Magno do Carmo Macedo Junior***

*Discente de Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (2023), Estagiário da Assessoria de Convivência Educacional (2025) na Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC-PA), Ex Voluntário Civil na Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA) no Centro Integrado de Atenção Psicossocial (2022), Integrante do Grupo de Estudos Lellia Gonzales, Coordenado pela Profa. Dra. Maria Antonieta, Bolsista do projeto FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL PARA CANDIDATAS/OS AO ENSINO SUPERIOR POR MEIO DAS COTAS RACIAIS (2023-2025)*

***Maria Antonieta Rocha dos Santos***

*Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (1984) e mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (2005). Exerceu atividade profissional como Assistente Social desde 1984 na Fundação do Bem Estar Social do Pará, Em (1992) na Secretaria Executiva de Trabalho e Promoção Social. Entre 2007 e 2010) foi Diretora de Assistência Social - Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social do Pará. Concursada como Professor (a) Titular da Universidade Federal do Pará (2010). Tem experiência na área de Planejamento Urbano e Regional, com ênfase em Teoria do Planejamento Urbano e Regional, atuando principalmente nos seguintes temas. Assistência Social, regionalização, municipalização do Sistema Único de Assistência Social, participação no Grupo de Pesquisa e Extensão: Trabalho, Tecnologia Social e Desenvolvimento da Amazônia -GETS/UFPA. Curso de Doutorado pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2017). Ênfase no tema:*

*Interseccionalidade, raça/etnia e gênero na formação em Serviço Social. Atualmente desenvolve estudos e pesquisas com o tema: raça, etnia e gênero: intersecções da diferença nas experiências de estudantes negras que ingressam na UFPA através das cotas raciais e coordena o Grupo De Estudos e Pesquisas Lélia Gonzalez.*

***Arthur Vinícius Rayol da Cruz***

*Discente de Serviço Social da Universidade Federal do Pará.*

***Janderson Da Silva Andrade***

*Discente de Serviço Social da Universidade Federal do Pará.*

***Kauã Kaiky Santos dos Santos***

*Discente de Serviço Social da Universidade Federal do Pará.*

***Lucas da Silva Alegario***

*Discente de Serviço Social da Universidade Federal do Pará.*

**RESUMO**

Este trabalho relata a experiência de um projeto de extensão universitária voltado ao fortalecimento da identidade étnico-racial de estudantes do ensino médio público, diante dos desafios da autodeclaração racial em políticas de cotas. A experiência articula educação popular, letramento racial e práticas emancipatórias.

**Palavras-chaves:** Identidade étnico-racial; Autodeclaração racial; Letramento racial; Cotas raciais; Racismo estrutura

**RESUMEN**

Este trabajo presenta la experiencia de un proyecto de extensión universitaria orientado al fortalecimiento de la identidad étnico-racial de estudiantes de secundaria pública frente a los desafíos de la autodeclaración racial en políticas de cuotas. La experiencia articula educación popular, alfabetización racial y prácticas emancipadoras.

**Palabras clave:** Identidad étnico-racial; Autodeclaración racial; Alfabetización racial; Cuotas raciales; Racismo estructural.

## **INTRODUÇÃO**

A autodeclaração racial é, no Brasil contemporâneo, mais do que uma formalidade em processos seletivos: é um ato político profundamente tensionado por relações de poder, racialização e desigualdades históricas. Reconhecida como direito nas políticas de ações afirmativas, ela também tem sido objeto de disputas ideológicas, técnicas e subjetivas, evidenciando que identidade racial não é apenas uma questão pessoal, mas também estrutural e institucional.

Nos últimos anos, o crescimento de denúncias de fraudes no sistema de cotas raciais revelou contradições e limites do modelo baseado exclusivamente na autodeclaração. Esse cenário levou à criação de bancas de heteroidentificação, que embora visem garantir a efetividade da política, também produziram novos campos de insegurança e constrangimento, especialmente para pessoas negras e indígenas cujos traços fenotípicos não se enquadram em uma normatividade racializada e estereotipada. A presença dessas bancas escancarou o quanto a branquitude, mesmo em sua sutileza, opera para capturar espaços que historicamente não lhe pertencem, enquanto sujeitos racializados são obrigados a “provar” quem são.

Diante dessa realidade, torna-se urgente a construção de ações pedagógicas que não apenas informem sobre os critérios das cotas, mas que desenvolvam, com os sujeitos, uma compreensão crítica de sua trajetória racializada, de seus direitos e de seu pertencimento político. A formação de uma consciência identitária não é espontânea: ela exige mediação, espaço de escuta e letramento racial. Jovens, especialmente das periferias urbanas, muitas vezes não possuem referências sobre o que significa ser negro ou indígena em um país forjado no mito da democracia racial — e é nesse vazio que atua o racismo estrutural.

Nesse contexto, o projeto de extensão universitária realizado em escolas públicas de Belém (PA) teve como objetivo central o fortalecimento da identidade étnico-racial de estudantes da rede pública, por meio de metodologias críticas, rodas de conversa e oficinas vivenciais. A experiência buscou preparar essas e esses estudantes para os processos de autodeclaração racial com consciência crítica e segurança subjetiva, contribuindo para o enfrentamento ao racismo institucional. Assim, reafirma-se a extensão como espaço de produção de saberes insurgentes e de fortalecimento político-subjetivo dos sujeitos historicamente marginalizados.

## **OBJETIVOS**

O projeto de extensão desenvolvido em escolas públicas de Belém-PA teve como horizonte político-pedagógico o enfrentamento ao racismo estrutural presente nas trajetórias educacionais de estudantes negros e indígenas, especialmente no que se refere ao acesso às políticas de ações afirmativas no ensino superior. Para isso, a proposta articulou oficinas, rodas de conversa e metodologias participativas voltadas ao fortalecimento das identidades étnico-raciais.

### **Objetivo Geral**

- Fortalecer a identidade étnico-racial de estudantes da rede pública para o acesso consciente, crítico e afirmativo às cotas raciais no ensino superior.
- Objetivos Específicos
- Promover letramento racial em jovens e adultos da periferia urbana, estimulando a compreensão crítica da construção social da raça e do racismo;
- Estimular o reconhecimento étnico-racial enquanto marcador de desigualdades sociais, históricas e institucionais;
- Simular contextos reais de autodeclaração e bancas de heteroidentificação, a fim de preparar subjetivamente os estudantes para esses processos;
- Confrontar o racismo institucional e os privilégios da branquitude, desnaturalizando a apropriação indevida das cotas raciais e tensionando os critérios fenotípicos que regulam o pertencimento negro e indígena.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A compreensão da identidade étnico-racial como fenômeno histórico, cultural e político demanda o rompimento com concepções fixas e naturalizadas do sujeito. Para Stuart Hall (1992), a identidade não constitui uma essência estável, mas um processo contínuo de construção simbólica, atravessado por deslocamentos, rupturas e disputas. No contexto brasileiro, tal construção se dá em um cenário permeado pelo mito da democracia racial, pelo apagamento da história negra e indígena e por políticas institucionais que, ora reconhecem, ora deslegitimam, o pertencimento racial.

Neste cenário, a extensão universitária emerge como espaço estratégico de formação política e reconfiguração subjetiva. A experiência do projeto revelou que estudantes negras, negros, pardos e indígenas da rede pública chegam ao debate sobre identidade racial carregando dúvidas, ambivalências e marcas simbólicas produzidas por séculos de subalternização. Conforme Lélia Gonzalez (2020), o racismo no Brasil opera de forma dissimulada, ocultando-se sob a linguagem da cordialidade, da mestiçagem e da “igualdade” abstrata. Esse mecanismo produz o que a autora denomina neurose cultural, processo pelo qual a inferioridade racial é internalizada.

A interseccionalidade, conceito abordado por Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2016), não apenas como ferramenta analítica, mas como princípio pedagógico. Essa abordagem possibilitou reconhecer que raça, gênero, classe, geração, sexualidade e território são dimensões interdependentes que moldam experiências de forma simultânea. No projeto, tal perspectiva se evidenciou em oficinas com mulheres negras jovens e estudantes adultos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), cujas trajetórias revelavam múltiplas formas de exclusão cumulativas. Para Collins, a interseccionalidade é uma práxis crítica — não a soma de opressões —, mas uma forma de compreender o mundo a partir das encruzilhadas históricas onde corpos negros são posicionados.

O trabalho também dialoga com quem defende que ensinar não é sobre transferir conhecimento, mas criar condições para a construção coletiva do saber. O objetivo não era “ensinar” os estudantes a serem negros, mas problematizar, junto a eles, as estruturas que negam sua identidade e construir caminhos de resistência, autoestima e pertencimento. Tal abordagem se articulou às reflexões de bell hooks (1994), que compreende a sala de aula como espaço de liberdade e transgressão, capaz de promover consciência crítica e emancipação.

As práticas pedagógicas foram atravessadas pelas culturas locais — como o rap, o carimbó, a oralidade e a estética amazônida — resgatadas como ferramentas de letramento racial e afirmação política. Essa valorização das expressões culturais dialoga com Almeida (2019), que aponta que o racismo estrutural só pode ser combatido mediante ações que confrontem diretamente a reprodução simbólica e material das desigualdades.

Por fim, a política de cotas raciais foi tratada não apenas como instrumento de inclusão, mas como mecanismo de justiça reparatória. Nilma Lino Gomes (2017), ressaltam que ações afirmativas são conquistas históricas do movimento negro, e que a

autodeclaração racial — ainda que subjetiva — deve ser compreendida como ato político coletivo de enfrentamento ao racismo. As bancas de heteroidentificação, ao questionarem a legitimidade da presença negra no espaço universitário, revelam tanto os limites do antirracismo institucional quanto a necessidade de um compromisso ético e político das universidades com a população negra.

## **METODOLOGIA**

O projeto de extensão foi fundamentado em uma abordagem de pesquisa-ação, orientada por uma pedagogia crítica e emancipadora, que compreende os sujeitos envolvidos — estudantes, extensionistas e educadoras — como protagonistas de um processo coletivo de construção de conhecimento. A opção metodológica partiu da compreensão de que o racismo estrutural, ao operar de forma naturalizada nas instituições escolares, demanda práticas de intervenção que articulem escuta ativa, problematização da realidade e produção de consciência crítica.

As atividades foram desenvolvidas em três escolas públicas localizadas em bairros periféricos de Belém do Pará: Escola Manoel Leite Carneiro (Tenoné), Escola Mário Barbosa (Terra Firme) e Escola Maroja Neto (bairro Marambaia, com turmas da EJA). Cada unidade escolar apresentou características sociais, raciais e geracionais distintas, o que exigiu a adaptação dos recursos pedagógicos às especificidades do território e do público atendido.

A estrutura metodológica do projeto envolveu a realização de oficinas temáticas, organizadas em encontros periódicos, com a utilização de diferentes estratégias dialógicas e sensoriais. Entre os principais instrumentos aplicados destacam-se:

- Questionários diagnósticos iniciais, que investigaram a percepção dos participantes sobre identidade racial, trajetória escolar, acesso à informação sobre cotas e experiências de discriminação;
- Rodas de conversa, utilizadas como espaço de escuta e partilha, permitindo que os estudantes expressassem dúvidas, inseguranças e experiências relacionadas ao pertencimento racial;

- Dinâmicas visuais e simbólicas, como a do espelho (“como eu me vejo x como os outros me veem”), recorte e colagem sobre referentes de identidade, e produção artística a partir de músicas e poesias negras;
- Simulações de bancas de heteroidentificação, em que os participantes puderam experimentar — de forma lúdica, mas politicamente orientada — os critérios fenotípicos usados em processos seletivos e os sentimentos que esses julgamentos provocam;
- Exibição e discussão de vídeos e produções culturais afro-brasileiras, para estimular o reconhecimento positivo da estética e da ancestralidade negras e indígenas.

As extensionistas realizaram registros sistemáticos em diário de campo ao longo de todo o processo, destacando as falas espontâneas, reações emocionais, resistências, avanços e tensões percebidas nas oficinas. Esses registros foram posteriormente sistematizados em reuniões de equipe, que funcionaram como espaço de análise coletiva e construção de sentido sobre a prática extensionista. A metodologia do projeto, portanto, não se limitou à aplicação de técnicas: ela foi um processo contínuo de escuta, reformulação, reflexão crítica e retorno às escolas com maior densidade política e compromisso ético

A opção por uma metodologia crítica se revela não apenas na escolha dos instrumentos, mas sobretudo na disposição de construir saberes com os sujeitos — e não sobre eles. O projeto reconheceu os estudantes das escolas públicas como sujeitos racializados, periféricos e potentes, capazes de elaborar compreensões profundas sobre sua realidade quando provocados a partir de experiências vividas, linguagens acessíveis e referências culturalmente situadas.

## **ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA**

A realização do projeto em três escolas públicas de Belém permitiu observar, de forma situada e concreta, como se manifestam as múltiplas camadas do racismo estrutural no cotidiano educacional e nos processos de construção identitária. As

experiências vividas revelaram que o pertencimento racial não é um dado, mas um campo de disputa subjetiva e política — atravessado por estigmas, silenciamentos, desejos, resistências e ambivalências.

Cada escola constituiu um território com especificidades sociais, demográficas e pedagógicas que demandaram abordagens distintas. Ao mesmo tempo, certos padrões estruturais se repetiram: a ausência de referências positivas sobre negritude, a naturalização da branquitude como norma, e o medo da rejeição social diante da autoafirmação racial. A seguir, apresenta-se a análise crítica das experiências desenvolvidas em cada instituição.

### **Escola Manoel Leite Carneiro – Tenoné**

Localizada no bairro periférico do Tenoné, a escola atende majoritariamente estudantes de baixa renda, muitos deles em situação de defasagem idade-série. O primeiro desafio enfrentado foi a baixa adesão espontânea à identidade negra por parte da maioria das/os estudantes, que demonstravam incômodo ou desinteresse ao serem interpelados sobre raça.

A dinâmica do espelho, na qual os participantes eram convidados a escrever como se viam e como achavam que eram vistos pelos outros, produziu efeitos significativos. A atividade revelou uma cisão entre a autopercepção e a imagem social atribuída, gerando desconforto, silêncios e, em alguns casos, negação explícita da negritude.

A simulação de banca de heteroidentificação — com dramatização entre os próprios estudantes — expôs com nitidez os efeitos do colorismo e a internalização de critérios fenotípicos como reguladores do pertencimento racial. Muitos participantes se perguntavam: “sou negro o suficiente?”, “como sei se posso usar as cotas?”, revelando não apenas dúvida, mas medo da rejeição, da exposição e do julgamento.

Apesar do impacto emocional, o grupo respondeu positivamente às devolutivas e aos debates, demonstrando abertura ao diálogo e à reflexão crítica. Foi possível perceber que a insegurança identitária não era resistência política, mas resultado de um processo de apagamento histórico e simbólico contínuo.

### **Escola Mário Barbosa – Terra Firme**

A Escola Mário Barbosa, situada em um dos bairros com maior densidade populacional de Belém, contou com turmas heterogêneas e com alta rotatividade entre os encontros. Isso exigiu uma abordagem mais dinâmica, focada em atividades que provocassem impacto imediato e abrissem espaço para o debate.

A dinâmica “lugar de pertencimento” revelou, de forma contundente, os estereótipos racializados presentes entre os próprios estudantes. Ao serem convidados a associar colegas a papéis sociais (médico, empregada doméstica, bandido, universitário etc.), reproduziam com naturalidade a lógica da racialização do valor social. Estudantes negros eram majoritariamente ligados a funções subalternas ou marginalizadas.

As oficinas com referências afrocentradas — como apresentações sobre Zumbi dos Palmares, Rosana Paulino, Abdias Nascimento e expressões culturais negras — produziram efeitos de identificação. Muitos estudantes verbalizaram, pela primeira vez, orgulho ao reconhecer-se como negro(a), associando isso a força, cultura e resistência, e não apenas à dor ou exclusão.

Esse deslocamento afetivo foi central. A introdução de narrativas afirmativas sobre a negritude ajudou a romper com o ciclo da vergonha racial, criando condições simbólicas para a autoafirmação com base no pertencimento coletivo e ancestral.

### **Escola Maroja Neto – EJA**

A experiência na Escola Maroja Neto teve como público estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), com perfis diversos — incluindo trabalhadoras domésticas, desempregados, avós, migrantes e pessoas em processo de retomada da escolarização após décadas de evasão.

Esse grupo expressou, desde o início, uma forte consciência de exclusão social, mas nem sempre nomeada a partir da racialidade. A aplicação de um questionário socioeducacional e as rodas de conversa facilitaram a construção de vínculos, permitindo o reconhecimento da experiência racial como dimensão da exclusão vivida ao longo da vida.

A escuta sensível e a troca intergeracional possibilitaram o resgate de memórias de resistência, como histórias familiares de luta por terra, trabalho e educação. A afirmação racial apareceu não como novidade, mas como reconexão com trajetórias silenciadas, marcadas por orgulho, resiliência e ancestralidade.

Mais do que uma adesão a uma identidade, o grupo experimentou o projeto como ato de reconhecimento mútuo e pertencimento político, valorizando sua história, suas raízes e sua força coletiva. Foi, talvez, o espaço mais afetivamente denso do projeto.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A experiência do Projeto de Extensão, desenvolvida em escolas públicas de Belém evidenciou que a autodeclaração racial está longe de ser um simples procedimento burocrático. Trata-se de um ato político e subjetivo, atravessado por séculos de negação da negritude e da indianidade, marcado por inseguranças fenotípicas, disputas de pertencimento e disputas institucionais. Em contextos de racismo estrutural, onde o pertencimento branco é naturalizado e o pertencimento negro precisa ser “comprovado”, afirmar-se racialmente exige mais do que coragem: exige formação crítica, memória coletiva e acesso a referências identitárias positivas.

O projeto de extensão relatado neste trabalho demonstrou que a escola pública pode — e deve — ser espaço de produção de consciência racial e afirmação política, desde que provocada por práticas pedagógicas emancipatórias. A atuação extensionista criou ambientes seguros de escuta, acolhimento e elaboração subjetiva, nos quais estudantes puderam refletir sobre suas histórias, seus corpos e seus lugares sociais com mediação crítica e afetiva. A presença constante das extensionistas, o cuidado na construção das oficinas e o diálogo intergeracional fortaleceram a criação de vínculos e o enfrentamento das inseguranças identitárias.

O Serviço Social, inserido no campo da extensão universitária, mostrou-se fundamental nesse processo por sua capacidade de articular teoria crítica, práxis territorial e compromisso ético-político com a transformação social. Ao romper com abordagens tecnicistas ou assistencialistas, o projeto reafirmou que o profissional de Serviço Social pode ser um agente estratégico na disputa por sentidos da identidade racial, da educação pública e do acesso à universidade.

A metodologia desenvolvida, ancorada na educação popular, na interseccionalidade e no letramento racial, é replicável e adaptável a outros contextos territoriais. Ela pode, inclusive, informar políticas públicas de formação antirracista, tanto no âmbito das secretarias de educação quanto nos serviços socioassistenciais e nas universidades. Diante do avanço das fraudes nas cotas e da reação conservadora às políticas de ação afirmativa, iniciativas como essa tornam-se ainda mais urgentes e potentes.

Concluimos, portanto, que o enfrentamento ao racismo não se faz apenas por leis ou decretos. Ele se constrói, cotidianamente, na formação crítica de sujeitos que se reconhecem enquanto agentes históricos, coletivos e racializados — capazes de disputar seus lugares com dignidade, consciência e resistência.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

GOMES, Nilma Lino. . O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

Educacao-e-Relacoes-Raciais-Refletindo-Sobre-Algumas-Estrategias-deAtuacao.

SILVA, P. (2020). A EJA e os Desafios do Etarismo no Brasil: Uma Abordagem Crítica. *Journal of Adult Education Studies*, 14(1).

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.



**Capítulo 9**  
**MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: A**  
**INFLUÊNCIA DO MOVIMENTO DE APOSENTADOS E**  
**PENSIONISTAS NA POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

*Adriana Dutra de Sousa*

*Lilia Penha Viana Silva*

# **MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: A INFLUÊNCIA DO MOVIMENTO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS NA POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

## ***Adriana Dutra de Sousa***

*Assistente Social. Mestra em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Especialista em Planejamento e Gestão em Políticas Públicas pela Faculdade Serrana de Ensino Superior (FASEP/Brasília - DF). Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Analista Executivo - Assistente Social na Secretaria de Estado da Administração - SEAD e Técnica Municipal de Nível Superior - Assistente Social no Centro de Especialidades Bairro de Fátima - SEMUS. Email: [drydutra@hotmail.com](mailto:drydutra@hotmail.com)*

## ***Lilia Penha Viana Silva***

*Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão. Doutora em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (2012). Professora Associada da Universidade Federal do Maranhão. Pesquisadora do Grupo de Estudos Pesquisa e Extensão em Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas – GDÊS. Coordenadora Geral do Programa CapacitaSUAS/MA/UFMA – 2015/2022. Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. Área de concentração: Políticas Sociais e Programas sociais. Linhas de pesquisa: 1 - Seguridade Social: Política de Saúde, Política de Assistência Social e Previdência Social. 2. Violência, Família, Criança, Idoso e Gênero. Email: [lilia.penha@ufma.br](mailto:lilia.penha@ufma.br)*

## **RESUMO**

O artigo tem por objeto a análise da influência do Movimento de Aposentados e Pensionistas na Política de Previdência Social Brasileira. Na elaboração, utilizamos a revisão bibliográfica e documental. Destacamos a atuação e contribuições deste Movimento Social na Constituição Federal. Inicialmente, abordamos como os movimentos sociais garantiram a visibilidade de diversas pautas, especialmente as relacionadas ao envelhecimento, com destaque para o Movimento de Aposentados e Pensionistas. Assim, além da luta pela consolidação de direitos previdenciários, o movimento evidenciou a pessoa idosa como sujeitos políticos. Como resultado, a Constituição Federal de 1988 incorporou demandas que contribuíram para avanços na política previdenciária e na proteção social no Brasil. Nesse sentido, a articulação do Movimento dos Aposentados e Pensionistas, bem como a massiva participação dos sujeitos repercutiram na mídia, na opinião pública e entre os constituintes para as demandas dos aposentados e pensionistas urbanos e rurais. Concluímos que a participação do Movimento de Aposentados e Pensionistas foi determinante para o reconhecimento dos direitos previdenciários dos(as) trabalhadores(as) idosos(as) brasileiros(as). Dessa forma, se faz necessário avançar na produção de conhecimento científico acerca dos estudos relacionados aos movimentos sociais de luta por direitos de trabalhadores(as) idosos(as), a fim de visibilizar suas conquistas e resistência em um contexto adverso para os(as) trabalhadores(as).

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais. Movimento de Aposentados e Pensionistas. Redemocratização.

## **ABSTRACT**

This article aims to analyze the influence of the Retirees and Pensioners Movement on Brazilian Social Security Policy. The analysis was based on bibliographic and documentary review. We highlight the actions and contributions of this social movement to the Federal Constitution. Initially, we address how social movements ensured the visibility of various issues, especially those related to aging, with particular emphasis on the Retirees and Pensioners Movement. Thus, in addition to the struggle for the consolidation of social security rights, the movement highlighted the elderly as political subjects. As a result, the 1988 Federal Constitution incorporated demands that contributed to advances in social security policy and social protection in Brazil. In this sense, the articulation of the Retirees and Pensioners Movement, as well as the massive participation of its members, resonated in the media, in public opinion, and among the constituent assembly regarding the demands of urban and rural retirees and pensioners. We concluded that the participation of the Retirees and Pensioners Movement was crucial for the recognition of the social security rights of elderly Brazilian workers. Therefore, it is necessary to advance the production of scientific knowledge about studies related to social movements fighting for the rights of elderly workers, in order to make their achievements and resistance visible in an adverse context for

these workers.

**Keywords:** Social Movements. Retirees and Pensioners Movement. Redemocratization.

## **1 INTRODUÇÃO**

O presente artigo trata-se de uma reflexão teórica que se desenvolveu no âmbito dos estudos do Curso de Mestrado em Políticas Públicas no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O estudo tem por objeto a análise da influência do Movimento de Aposentados e Pensionistas na Política de Previdência Social Brasileira.

Os movimentos sociais brasileiros tiveram expressiva participação no processo de redemocratização, a partir da mobilização e luta por direitos que resultou na visibilidade de demandas negligenciadas historicamente e foram consolidadas na Constituição Federal de 1988. Portanto, sua atuação contribuiu para a ampliação da participação dos sujeitos políticos na construção do Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, na consolidação da Previdência Social brasileira, a participação do Movimento de Aposentados e Pensionistas teve forte influência no processo de redemocratização, sendo o movimento com maior visibilidade e atuação durante a constituinte, contribuindo para os direitos previdenciários ganharem visibilidade nas discussões. O Movimento de Aposentados e Pensionistas trouxe as demandas dos aposentados urbanos e rurais, contribuindo para a construção da Política de Previdência Social, materializando demandas dos(as) trabalhadores(as) idosos(as) na Constituição Federal.

Assim, o objeto proposto tem relevância para a produção do conhecimento, pois contribui para os estudos acerca da participação dos movimentos sociais na construção de políticas públicas. Para tal análise, partimos de uma perspectiva crítica sobre os movimentos sociais, relacionando-os à conjuntura em que se expressaram. O referencial teórico- metodológico escolhido para o estudo é o materialismo histórico dialético, a fim de compreender a realidade, a partir de suas contradições e de seus processos históricos na sociedade capitalista. Com relação à metodologia, utilizamos a revisão documental e bibliográfica, onde foram estudadas referências teóricas necessárias à investigação do objeto, além de normativas legais e documentos oficiais.

O artigo encontra-se estruturado em duas seções primárias, além da introdução, conclusão e referências. Na primeira seção primária, Movimentos sociais e redemocratização: a atuação do movimento de aposentados e pensionistas, destacamos como a atuação desse movimento social materializou as principais demandas dos(as) trabalhadores(as) idosos(as) na Constituição Federal. Na segunda seção primária, Movimento dos aposentados e pensionistas: contribuições na construção da Política de Previdência Social, caracterizamos as contribuições do Movimento de Aposentados e Pensionistas para a construção das políticas de envelhecimento no país, com destaque para a Política de Previdência Social.

## **2 MOVIMENTOS SOCIAIS E REDEMOCRATIZAÇÃO:** a atuação do Movimento de Aposentados e Pensionistas

Os movimentos sociais, por meio de sua organização política, participaram ativamente e influenciaram na construção da Constituição Federal de 1988, diversificando as temáticas e impulsionando os movimentos sociais existentes. Nesse sentido, possibilitou a visibilidade de vários movimentos sociais, dentre eles, aqueles vinculados às discussões acerca do envelhecimento e direitos das pessoas idosas, a partir da articulação e da expressiva participação do Movimento de Aposentados e Pensionistas que apresentou à mídia, à opinião pública e aos constituintes a causa dos aposentados urbanos e rurais. Assim, destacamos a atuação do Movimento de Aposentados e Pensionistas e como este movimento materializou as principais demandas dos(as) trabalhadores(as) idosos(as) na Constituição Federal.

Segundo Gonh (2011, p. 342), “[..] os movimentos sociais dos anos 1970/1980, no Brasil, contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais inscritos na nova Constituição Federal de 1988”. Conforme (Evangelista, 2004, p. 35), “foram grupos que construíram uma nova forma de fazer política e politizaram novos temas ainda não discutidos e pensados como constituintes do campo político”.

No início da década de 1970 já havia, a partir da União dos Aposentados e Pensionistas que lutavam pelos direitos previdenciários, os movimentos sociais que reivindicavam pautas relacionadas ao envelhecimento. No entanto, apenas no final da década de 1970 e início dos anos de 1980, esses movimentos sociais ganharam força

organizativa. “A década de 1980 [...] foi uma das mais frutíferas do ponto de vista da pluralização dos movimentos sociais que passaram a abranger várias novas temáticas” (Bem, 2006, p. 1151). Nesse período, foi criada a Associação de Aposentados e Pensionistas que se consolidou, a partir da unificação de várias federações em 1985, com a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas — COBAP.

A luta dos idosos os colocou como um forte grupo de pressão durante a Constituinte e depois, posto que continuaram participando ativamente dos embates judiciais e de atos públicos contra a política de arrocho nas aposentadorias e pensões. Tal participação na esfera pública revelou uma face da velhice completamente diferente daquela conhecida, marcada pelo conformismo, apatia e resignação. Essa nova fase rompeu com as imagens históricas de inatividade e passividade associadas ao idoso, transformando-as em respeitabilidade e reconhecimento (Teixeira, 2015, p. 120).

Nesse contexto, o Movimento dos Aposentados e Pensionistas no Brasil teve participação fundamental para a construção de um cenário mais igualitário, no que tange aos benefícios sociais e aos direitos previdenciários. O cenário de insatisfação e desafios enfrentados pelos aposentados e pensionistas impulsionou o surgimento desse movimento. Assim, surgiram entidades e associações representativas dos aposentados que lutaram pela defesa dos direitos, bem como reivindicavam melhorias nas pensões, correção das aposentadorias, acesso à saúde, entre outros. Portanto, o movimento buscava assegurar condições para a vida após o trabalho, garantidas através da aposentadoria e, por consequência, para o envelhecimento desses(as) trabalhadores(as). Conforme Haddad,(2017, p. 130):

Na década de 1980, somente um movimento global de defesa do interesse de todos os beneficiários da Previdência Social seria capaz de negociar com o Estado, não mais a ampliação de benefícios e serviços, mas a qualidade destes. Portanto, o Movimento dos Aposentados e Pensionistas marca uma nova forma de articular a defesa dos interesses dos beneficiários.

Nesse sentido, no IX Congresso Nacional dos Aposentados e Pensionistas que aconteceu nos dias 13 a 16 de outubro de 1985 em Curitiba — PR, foi criada a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP) que possibilitou uma maior organização e visibilidade do Movimento de Aposentados e Pensionistas, tanto que durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, o Movimento de Aposentados e Pensionistas configurou entre as principais forças, possibilitando o

reconhecimento das demandas dos(as) trabalhadores(as) idosos(as), bem como de suas especificidades.

Os idosos de todas as partes do Brasil demonstraram sua força política nas galerias do Congresso, na Praça dos Três Poderes, nas inúmeras passeatas de aposentados e pensionistas, dentre outras manifestações públicas. Parece-nos impossível traçar um quadro completo das lutas populares no processo constituinte sem ressaltar a mobilização e a organização dos movimentos sociais constituídos por aposentados e pensionistas urbanos e rurais (Goldman, 2006, p. 167).

De acordo com Alves (2015), no final da década de 1980 e início dos anos 1990, a COBAP chegou a reunir 600 Associações de base e 09 Federações de Aposentados e Pensionistas dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A COBAP conseguiu conquistas durante a década de 1980 que potencializaram sua atuação. A primeira se deu quando a Lei 7.604/1984 garantiu a atualização dos benefícios dos aposentados que foram defasados em 1979. Através de ações judiciais contra a União, a COBAP assegurou que os aposentados e pensionistas recebessem reajuste total ou parcial de seus benefícios. Alves (2015) destaca outras ações da COBAP: a realização do I Congresso dos Aposentados e Pensionistas do Paraná (em setembro de 1986); do I Congresso dos Aposentados e Pensionistas do Estado de São Paulo (em agosto de 1987) e do X Congresso Nacional dos Aposentados e Pensionistas (em novembro de 1987), nos quais foram elaboradas as resoluções que embasaram a formulação das demandas deste segmento para a Constituição de 1988.

Destacamos outro movimento de grande expressão, a União dos Aposentados e Pensionistas do Brasil, fundada em 1966, que teve origem a partir da fusão da Associação dos Trabalhadores Gráficos Aposentados de São Paulo com a Legião dos Inativos de São Paulo. Haddad (2017) destaca que, em uma entrevista realizada entre os dias 17 e 28 de outubro de 1988, o presidente da União, Aristodemo Pauletti, 93 anos, destacou a filiação da União de Aposentados com a COBAP, bem como a atuação do presidente da referida Confederação, o senhor Oswaldo Lourenço, que, além de presidente da COBAP, era vice-presidente da Confederação Latino-Americana de Aposentados e Pensionistas, demonstrando que os aposentados e pensionistas detinham representatividade nas discussões da nova Constituição. Nesse contexto, há o surgimento de vários movimentos ligados ao envelhecimento, assim como ocorre o fortalecimento daqueles existentes. Conforme Teixeira (2015, p. 119):

Na década de 80, no contexto da redemocratização do país e efervescência dos movimentos sociais, surgem vários movimentos em prol do idoso. Outros já existentes se fortalecem, como o caso do movimento de aposentados e pensionistas que, desde sua origem, marca o aparecimento de uma nova forma de articular a defesa dos interesses dos beneficiários da Previdência Social, em que os próprios idosos articulam suas próprias armas de defesa dos seus interesses, transformando-se em atores políticos capazes de se organizar e lutar em prol de sua causa.

Além dos movimentos constituídos por pessoas idosas, as organizações científicas e sem fins lucrativos como a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) e a Associação Nacional de Gerontologia (ANG) também integraram a luta pelo reconhecimento da velhice na Constituição Federal. O Movimento de Aposentados e Pensionistas, assim como as organizações citadas, tinha interesses distintos, ou seja, os direitos relacionados ao trabalho e o discurso da velhice bem-sucedida, respectivamente, que se somaram na luta pelo reconhecimento da velhice na Constituição Federal. Assim, a heterogeneidade dos interesses nesse período é explicitada, conforme Haddad (2003, p. 114):

Como expressão de forças sociais diferentes, dois debates, cujos discursos trazem a marca da heterogeneidade, se fazem presentes no que tange à melhoria das condições de vida na velhice. O proferido pelo Movimento de Aposentados, centrado nos proventos, na assistência médico-hospitalar, na forma de gestão dos recursos previdenciários, clama por maior segurança no fim da vida; o modo de vida na velhice não faz parte de suas reivindicações. O discurso do Estado, centrado na integração do idoso na sociedade, silencia-se em relação ao direito à dignidade na velhice, se bem que a população alvo do Estado não seja a mesma a ser atingida pelas instituições privadas.

Desse modo, os movimentos sociais ganharam impulso a partir da década de 1970 e início dos anos 1980. Em um cenário de desafios, insatisfação e diversidade de demandas, os aposentados e pensionistas tiveram destaque na construção da Política de Previdência Social brasileira. Assim, a luta dos(as) trabalhadores(as) no período de redemocratização resultou em conquistas consolidadas na Constituição Federal, a partir das contribuições do Movimento de Aposentados e Pensionistas. Veremos a seguir como o referido movimento apoiou a construção das políticas de envelhecimento no país, com destaque para a Política de Previdência Social.

### **3 MOVIMENTO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS:** contribuições na construção da Política de Previdência Social.

Como vimos na seção anterior, apesar da heterogeneidade dos discursos, o compromisso com a velhice assegurado pelo Estado brasileiro, por meio da Constituição Federal, foi resultado da luta de aposentados e pensionistas. Nesse sentido, as conquistas asseguradas na Constituição de 1988 às pessoas idosas foram frutos de debates de diversos eventos organizados pelo Movimento de Aposentados e Pensionistas, dentre eles, o I Congresso dos Aposentados e Pensionistas de São Paulo, que aconteceu na cidade de Praia Grande entre 18 e 20 de agosto de 1987, e em seguida no Rio Grande do Sul. Como resultado dos debates e luta, destacamos algumas conquistas dos Movimentos Sociais, conforme a Constituição Federal de 1988:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social [...] Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, na forma da lei [...] Art. 202. O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar [...] Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I — a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II — o amparo às crianças e adolescentes carentes; III — a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV — a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V — a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. VI — a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza — Incluído pela Emenda Constitucional n.º 114, de 2021 (BRASIL, 1988, p. 118–126).

Destacamos, ainda, que, apesar da pauta específica dos aposentados e pensionistas, sua luta contribuiu na consolidação de conquistas para as pessoas idosas. Os avanços na Política de Assistência Social que, em sua trajetória histórica, teve antecedentes no Brasil que a caracterizam como uma política residual, assistencialista, atrelada à filantropia e caridade, tanto pelas organizações sem fins lucrativos, quanto pelo Estado brasileiro. A transição da Assistência Social enquanto uma política pública, direito do cidadão e dever do Estado com caráter intersetorial, destinada ao cidadão que dela necessitar, se deu a partir da Constituição Federal de 1988. Esse avanço contou com a participação de trabalhadores(as), usuários(as), contemplando, através da Seguridade Social, aqueles que, independentemente de contribuição, teriam acesso aos serviços, benefícios, programas e projetos da referida política.

Apesar da visibilidade e atuação do Movimento de Aposentados e Pensionistas durante a década de 1970 e 1980, após a promulgação da Constituição, este manteve suas ações de forma isolada, distanciando sua luta de pautas coletivas e sem nenhuma articulação com setores organizados, reduzindo a atuação do movimento e segmentando sua atuação. Conforme Haddad (1993), uma das limitações do movimento é não ter envolvido trabalhadores da ativa, das centrais sindicais, nem setores organizados da sociedade civil, sendo uma luta específica e objeto de políticas específicas para este segmento. Paralelo a essa característica do Movimento de Aposentados e Pensionistas, a constituição do Estado Social esbarrou no ajuste econômico e na minimização do Estado advindos do avanço do neoliberalismo, a partir da Reforma do Estado brasileiro que atingiu diretamente as conquistas dos movimentos sociais, dentre eles, o movimento de aposentados e pensionistas.

Nesse sentido, os anos que se seguiram, sob influência da ideologia neoliberal, com apoio da mídia e da iniciativa privada, justificaram o ônus da previdência social aos cofres públicos, permitindo o retrocesso nas conquistas anteriormente asseguradas. A COBAP, atualmente denominada Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos, continua atuando nesse contexto de retrocessos e desafios em questões relacionadas ao movimento nacional de aposentados, a partir da articulação com entidades filiadas. Conforme a Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (2025), tem entre suas atribuições atualmente:

Acompanhar as questões ligadas ao movimento nacional de aposentados, promovendo ações em conjunto com as suas entidades filiadas visando a defesa dos direitos do movimento. Para analisar a repercussão das leis e projetos de leis de interesse que são discutidos no Congresso Nacional, a Confederação desenvolveu o Sistema de Informação Parlamentar para facilitar as pesquisas internas e externas, gerando uma fonte de informações atualizadas. [...] realiza análises socioeconômicas, por meio de estudos de publicações sobre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), da Seguridade Social e da Economia Brasileira, oferecendo informações atuais sobre a situação econômico-social do país. A Confederação acompanha também as ações judiciais de efeito coletivo que dizem respeito ao movimento nacional de aposentados. [...] elabora publicações e organiza seminários, palestras, fóruns e reuniões com a finalidade de ampliar o debate sobre os temas de interesse e levá-los ao conhecimento do movimento nacional de aposentados.

Diante do exposto, a história do Movimento de Aposentados e Pensionistas demonstra que, apesar de a luta desse segmento ter estado atrelada à velhice e ao direito previdenciário, a partir da década de 1970, quando, inicialmente, o movimento lutava pela retomada de perdas financeiras em aposentadorias e pensões, passando para o protagonismo da luta durante a Assembleia Nacional Constituinte, a atuação e visibilidade política do movimento minimizou a condição de subalternidade que as pessoas idosas representavam nos anos de 1980, assim como repercutiu, posteriormente, na elaboração de leis voltadas para esse segmento. Portanto, a participação das pessoas idosas, enquanto sujeitos políticos, no Movimento de Aposentados e Pensionistas, contribuiu para conquistas sociais dos(as) velhos(as) no país, no que tange à Política de Previdência Social.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio dos movimentos sociais, a Constituição Federal possibilitou a inserção de diversas demandas até então negligenciadas ou com intervenção residual do Estado brasileiro, que passaram a ser reconhecidas como direito do cidadão, dentre elas, o envelhecimento. Nesse sentido, a articulação do Movimento dos Aposentados e Pensionistas e a massiva participação dos sujeitos repercutiram na mídia, na opinião pública e entre os constituintes para as demandas dos aposentados e pensionistas urbanos e rurais. Assim, considerando as reflexões apresentadas, concluímos que a participação do Movimento de Aposentados e Pensionistas foi determinante para o reconhecimento dos direitos previdenciários dos(as) trabalhadores(as) idosos(as)

brasileiros(as). Dessa forma, se faz necessário avançar na produção de conhecimento científico acerca dos estudos relacionados aos movimentos sociais de luta por direitos de trabalhadores(as) idosos(as), a fim de visibilizar suas conquistas e resistência em um contexto adverso para os(as) trabalhadores(as).

## REFERÊNCIAS

ALVES, Carla Maria Lobato. Movimento dos Aposentados e Ação Coletiva em 1991. *In: VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 2015, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UFMA/PPGPP, 2015. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo14/movimento-dos-aposentados-e-acao-coletiva-em-1991.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2025.

BEM, Arim Soares do. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. *In: Revista Centro de Estudos Educação e Sociedade — Cedes*. n. 97, v. 27, set-dez. 2006. Campinas: SP, 2006. p. 1137–1157. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/FzqQKn9DfYLhybbNnfsdWXf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 de dez. de 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 21 de mai. de 2025.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS (Brasil). Nossos serviços. *In: CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS (Brasil)*. Brasília, DF: Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos, 2025. Disponível em: <https://www.cobap.org.br/pagina/15/nossos-servicos>. Acesso em: 20 jan. 2025.

EVANGELISTA, Carlos Augusto Valle. **Direitos Indígenas**: o debate na Constituinte de 1988. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ/IFICS, 2004. Disponível em: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/TESES/MFN-14417.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2025.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *In: Revista Brasileira de Educação*. n. 47, v. 16, mai-ago. 2011. Rio de Janeiro: RJ, 2011. p. 333–513. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 de dez. de 2025.

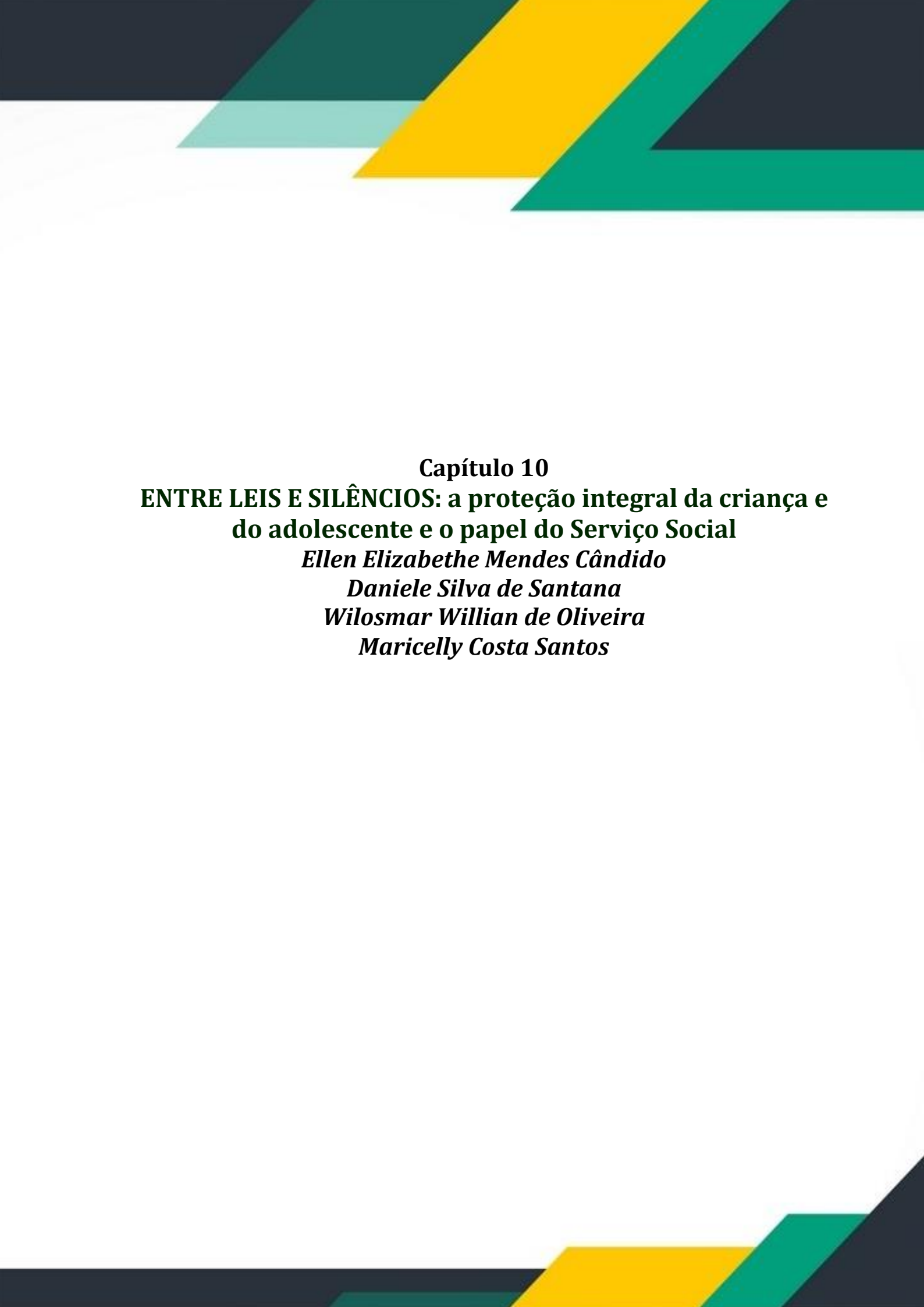
GOLDMAN, S. N. Terceira idade e serviço social. *In: CAVALCANTI, L. F.; REZENDE, I. (org.). Serviço Social e Políticas Sociais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. O contexto neoliberal e suas refrações na

questão do envelhecimento. *In*: TEIXEIRA, S.M. (org). **Envelhecimento na sociabilidade do capital**. Campinas: SP. Papel Social, 2017.

\_\_\_\_\_**Notas sobre a história dos direitos da velhice no Brasil**. Prisma Jurídico, v. 2, São Paulo, p. 107–119, 2003.

\_\_\_\_\_**O direito à velhice: os aposentados e a previdência social**. São Paulo: Cortez, 1993. TEIXEIRA, Solange Maria. ENVELHECIMENTO NA AGENDA PÚBLICA BRASILEIRA. *In*: **Revista de Políticas Públicas**. n. 1, v. 7, 24 jul. 2015. São Luís: MA, 2015. p. 113–136. Disponível em: <https://cajapio.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3733>. Acesso em: 22 jan. 2025.



**Capítulo 10**  
**ENTRE LEIS E SILÊNCIOS: a proteção integral da criança e  
do adolescente e o papel do Serviço Social**

*Ellen Elizabete Mendes Cândido*

*Daniele Silva de Santana*

*Wilosmar Willian de Oliveira*

*Maricelly Costa Santos*

## **ENTRE LEIS E SILÊNCIOS: a proteção integral da criança e do adolescente e o papel do Serviço Social**

### ***Ellen Elizabete Mendes Cândido***

*Graduanda em Serviço Social, pela Universidade de Pernambuco (UPE) Campus Mata Sul. Participante do grupo de extensão "Observatório da Violência contra a Mulher da Mata Sul Pernambucana". Participante do grupo de pesquisa "Relações de Exploração e Opressão de Gênero, Geração, Feminismos e Serviço Social (GPEXO)". Integrada ao grupo de extensão "UPE na Feira "Integrada ao grupo de extensão "UPE nas Escolas". Participante do grupo de pesquisa "Políticas Públicas, Questão Social, Democracias, Direitos e Diversidades - VIOLAS".*

### ***Daniele Silva de Santana***

*Graduanda em Serviço Social pela Universidade de Pernambuco - Campus Mata Sul. Extensionista do Projeto UPE na feira. Extensionista do Projeto UPE nas Escolas. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Estado, Políticas Sociais e Movimentos Sociais. Membro do Grupo de Pesquisa sobre Relações de Exploração e Opressão de Gênero, Geração, Feminismos e Serviço Social - GPEXO.*

### ***Wilosmar Willian de Oliveira***

*Graduando em Serviço Social pela Universidade de Pernambuco. Tem experiência na área de Serviço Social.*

### ***Maricelly Costa Santos***

*Assistente Social. Professora do curso de Serviço Social da Universidade de Pernambuco - UPE/ Campus Mata Sul. Doutora em Serviço Social (UFAL). Mestre em Serviço Social*

*(UFAL). Especialista em Serviço Social, Direitos e Políticas Públicas (UFAL). Vice líder e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa sobre relações de exploração e opressão de gênero, geração, feminismos e Serviço Social - GPEXO - UPE/Campus Mata Sul. Coordenadora do Observatório da Violência contra a Mulher na Mata Sul de Pernambuco (projeto de pesquisa extensão). Atualmente, vice-coordenadora do curso de Serviço Social da Universidade de Pernambuco- Campus Mata Sul.*

### **RESUMO**

O trabalho analisa a violência contra crianças e adolescentes como grave violação de direitos humanos, contextualizando sua historicidade, marcos legais e principais formas de violência. Destaca a importância do Serviço Social na defesa ética e política da proteção integral, enfatizando a atuação intersectorial para prevenção e enfrentamento.

**Palavras-chave:** violência infantojuvenil; direitos humanos; proteção integral; Serviço Social; políticas públicas.

### **ABSTRACT**

The study examines violence against children and adolescents as a serious human rights violation, discussing its historical background, legal frameworks, and main forms. It highlights the importance of Social Work in the ethical and political defense of integral protection, stressing intersectoral action for prevention and response.

**Keywords:** child and youth violence; human rights; comprehensive protection; social work; public policies.

## **1.Introdução**

A violência contra crianças e adolescentes configura-se como uma das mais graves expressões da violação dos direitos humanos na contemporaneidade. Essa realidade atinge diretamente a dignidade e o desenvolvimento integral de sujeitos historicamente vulnerabilizados pelas desigualdades sociais, econômicas e culturais. A violência ocorre, muitas vezes, em ambientes que deveriam promover proteção e cuidado como a família, a escola e a comunidade, e envolvem práticas como agressões físicas, abusos sexuais, negligência, abandono, exploração e até formas mais recentes, como o cyberbullying (UNICEF, 2019).

O entendimento contemporâneo sobre a infância como sujeito de direitos é fruto de um longo processo histórico, que ganha centralidade no cenário pós-Segunda Guerra

Mundial (1939–1945), contexto marcado por atrocidades como o Holocausto promovido pelo regime nazista de Adolf Hitler, que resultou no extermínio sistemático de milhões de judeus e outros grupos, revelando as consequências extremas da negação dos direitos humanos. Nesse cenário, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, com a missão de promover a paz, a cooperação entre os povos e a proteção dos direitos fundamentais do ser humano (Organização das Nações Unidas, 1945).

Poucos anos depois, a Assembleia Geral da ONU proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em 1948, cujo artigo 1º afirma que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos” (DUDH, 1948), estabelecendo um marco ético e jurídico para o reconhecimento universal, da dignidade humana incluindo a população infantojuvenil, abordado pela DUDH no Artigo 25º 2º “A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.” (Organização das Nações Unidas, 1948).

No Brasil, antes da Constituição de 1988, os direitos das crianças e adolescentes eram regidos pelo Código de Menores (BRASIL, 1979), que os tratava como objetos de tutela, restringindo a proteção a situações de abandono ou infração, com medidas repressivas e sem garantias legais (Pilotti; Rizzini, 1995). Esse modelo foi superado por mobilizações sociais na década de 1980, que defendem uma abordagem baseada na cidadania e nos direitos humanos (Pereira, 2013). Com a Constituição Federal de 1988, especialmente em seu artigo 227º, instituiu-se a proteção integral como prioridade absoluta (BRASIL, 1988), o que possibilitou a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente ECA (Lei nº 8.069/1990), consolidando a doutrina da proteção integral e reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos plenos de direitos (Pilotti; Rizzini, 1995; Pereira, 2013).

Apesar desse avanço normativo, as diversas formas de violência infantojuvenil ainda persistem como um fenômeno estrutural, isso porque a violência contra crianças e adolescentes está ligada a desigualdades históricas e sociais, como a pobreza, o racismo, a negligência estatal e a exclusão, que atravessam as estruturas da sociedade. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002), trata-se de um problema global de saúde pública que compromete o bem-estar, a cidadania e o desenvolvimento de milhões de crianças e adolescentes. Em meio a esse cenário, destaca-se o papel estratégico do Serviço Social na defesa dos direitos humanos, especialmente no

enfrentamento às violações e na atuação interdisciplinar para a promoção da proteção integral.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar a violência contra crianças e adolescentes enquanto violação dos direitos humanos, destacando os marcos históricos e legais da proteção infantojuvenil, as formas de violência predominantes e a atuação do Serviço Social nesse campo.

## **2. Direitos Humanos da Criança e do Adolescente**

A consolidação dos direitos humanos voltados à infância e à adolescência representa uma das transformações mais significativas na história das políticas sociais e jurídicas contemporâneas. Se na introdução legal desses direitos, houve forte influência de tratados internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), no Brasil, tal consolidação foi impulsionada por uma necessária ruptura com a lógica punitiva e excludente, que, por décadas, caracterizou a relação do Estado com a população infantojuvenil.

Historicamente, o ordenamento jurídico brasileiro adotou, até o final da década de 1980, a chamada doutrina da situação irregular, prevista nos antigos Códigos de Menores de 1927 e de 1979. Nessa lógica, a criança era vista como um "objeto" da tutela estatal, tendo seus direitos condicionados à sua situação de pobreza, abandono ou prática de ato infracional (Pilotti; Rizzini, 1995). Essa abordagem confundia proteção com controle, criminalizando situações de vulnerabilidade e perpetuando práticas discriminatórias, sobretudo contra crianças pobres e negras (Pereira, 2013).

A superação desse modelo se concretizou com a adoção da doutrina da proteção integral, incorporada na Constituição Federal de 1988 com o artigo 227º, que afirma:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (...) (BRASIL, 1988, art. 227º).

A nova doutrina, ao reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos plenos de direitos, rompeu com a lógica repressiva e estabeleceu a infância como prioridade absoluta nas políticas públicas e na atuação do Estado (BRASIL, 1990). Esse avanço foi impulsionado por movimentos sociais, como o Movimento Nacional de Meninos e

Meninas de Rua (MNMMR), criado em 1985, que denunciaram violações de direitos e pressionaram pela construção de um marco legal pautado na cidadania e na proteção integral.

Logo, é o fundamento constitucional que orienta o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069/1990, que por sua vez regulamenta a doutrina da proteção integral no âmbito infraconstitucional. A mesma também é reforçada no Plano Internacional com a Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovada pela ONU em 1989, da qual o Brasil é signatário. Essa convenção trouxe pilares como o princípio do “melhor interesse da criança” e o direito à participação, fundamentos que foram incorporados pelo ECA, posicionando o Brasil em sintonia com os tratados internacionais de direitos humanos (UNICEF Brasil; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024).

Entre os princípios fundamentais estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), destacam-se o direito à vida e à saúde (art. 7º), à liberdade, ao respeito e à dignidade (art. 15º), à convivência familiar e comunitária (art. 19º) e à proteção contra todas as formas de negligência, violência e exploração (art. 5º). O Estatuto também inovou ao instituir mecanismos de responsabilização e de participação social, como os Conselhos Tutelares (arts. 131º a 137º) e os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente (art. 88º, II), democratizando o controle social e a formulação de políticas públicas (BRASIL, 1990).

Outro aspecto essencial do ECA é a previsão das medidas protetivas, nos Artigos 98º a 102º, as quais são aplicadas a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social, bem como das medidas socioeducativas, nos Artigos 112º a 125º, que por sua vez são direcionadas aos adolescentes autores de ato infracional. Ao contrário do viés punitivo do antigo Código de Menores, essas medidas partem do princípio da dignidade e da responsabilização pedagógica, buscando a reinserção social, e não a estigmatização (BRASIL, 1990).

Ainda que o arcabouço legal represente um avanço histórico e teórico, os desafios para a sua plena efetivação permanecem. A distância entre a legislação e a realidade cotidiana de milhões de crianças brasileiras é evidenciada por índices alarmantes de violência, negligência e desigualdade. Em 2023, mais de 5.500 crianças e adolescentes foram vítimas de homicídio no Brasil, sendo que 84% dessas vítimas tinham entre 15 e 19 anos, revelando a face mais extrema da violência infantojuvenil (IPEA; FBSP, 2025).

Além disso, jovens negros têm três vezes mais chances de serem assassinados do que brancos, o que expõe o impacto perverso das desigualdades raciais sobre a infância e a juventude periférica.

No que se refere à violência sexual, foram notificadas mais de 35 mil ocorrências contra crianças e adolescentes em 2022, sendo a maioria das vítimas meninas de 10 a 14 anos. Em mais de 70% dos casos, os abusos ocorrem dentro da própria residência da vítima, geralmente cometidos por pessoas próximas, como pais, padrastos e tios, o que aponta para a negligência familiar e a fragilidade dos vínculos protetivos (IPEA; FBSP, 2025).

Como alerta Rizzini (2002), a persistência da cultura do silêncio, da impunidade e da negação da infância como sujeito de direitos contribui para a invisibilidade das vítimas e para a naturalização da violência. Essa cultura é reforçada pela elevada subnotificação de casos de violência sexual, psicológica e negligência, dificultando ações eficazes de proteção e responsabilização.

Instituições como os Conselhos Tutelares, os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, o Ministério Público, o Poder Judiciário, e os serviços da rede socioassistencial como o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), são responsáveis pela efetivação dos direitos previstos no Estado. Além desses, escolas, unidades de saúde e organizações da sociedade civil também têm papel fundamental na proteção integral. Conforme estabelece o artigo 227º da Constituição Federal, é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com absoluta prioridade, os direitos da criança e do adolescente. O ECA, especialmente em seus artigos 86º a 88º, estrutura essa rede de proteção, organizando o chamado Sistema de Garantia de Direitos, que articula ações de defesa, promoção e controle social dos direitos infantojuvenis.

Portanto, compreender os direitos humanos da criança e do adolescente em sua dimensão histórica, legal e social é fundamental para embasar ações de enfrentamento à violência. Mais do que um dispositivo normativo, o ECA deve ser compreendido como um instrumento de luta e transformação, que exige articulação entre Estado, sociedade civil e profissionais comprometidos com a promoção da cidadania infanto-juvenil.

### **3. As formas de violência e a violação de direitos das crianças e dos adolescentes**

As formas de violência sofridas por esse público são múltiplas e complexas, abrangendo desde a violência física, psicológica e sexual, até a negligência e o abandono. Além disso, destaca-se a violência institucional, praticada por omissão ou má conduta de instituições que deveriam zelar pelos direitos infantojuvenis. Com o avanço da tecnologia, surgiu também o cyberbullying - cenário em que a violência está se tornando cada vez mais abrangente, tendo em vista o grande número de crianças e adolescentes com acesso à tecnologia sem supervisão dos responsáveis - uma nova expressão de violência psicológica e moral, que ocorre em ambientes digitais e pode causar sérios danos emocionais, como ansiedade, depressão e até ideação suicida (Lima; Nascimento; Lima, 2016).

Os espaços de convivência como a família, a escola e a comunidade, deveriam funcionar como redes de apoio e proteção, mas frequentemente tornam-se cenários de violação. A violência doméstica, por exemplo, é uma das mais recorrentes e subnotificadas, geralmente praticada por figuras de referência afetiva da criança, a mesma perpassa pelo conceito moral e estrutural como uma forma de ensinamento, normalizando o uso da autoridade parental como aval para cometer atos de violência. A violência escolar pode incluir bullying, agressões físicas, exclusão social e discriminações. Já a violência comunitária se manifesta através da exposição de crianças e adolescentes a ambientes marcados por conflitos, tráfico de drogas, armas e ausência do Estado (UNICEF, 2021).

A naturalização da violência e o silêncio das vítimas são fatores que perpetuam a violação de direitos. Muitas vezes, o sofrimento é ignorado ou minimizado por familiares, vizinhos e até por profissionais da rede de proteção. Segundo Rizzini (2002), a cultura do silêncio e da impunidade favorece a continuidade de práticas violentas e invisibiliza as vítimas, principalmente em contextos de desigualdade social.

As consequências dessas violências são severas: prejuízos ao desenvolvimento cognitivo, emocional e social, baixo rendimento escolar, transtornos mentais e ruptura de vínculos afetivos. A infância e adolescência violentadas tendem a reproduzir ciclos de sofrimento e exclusão na vida adulta. Por isso, é fundamental que políticas públicas sejam efetivas, com ações intersetoriais e enfoque na prevenção, escuta especializada e responsabilização dos agressores (Macedo et al., 2019).

De acordo com o Atlas da Violência 2025, somente em 2023 foram registrados 45.747 homicídios no Brasil, sendo crianças e adolescentes vítimas recorrentes da violência letal e não letal. Além disso, o documento destaca que o número de notificações de violência contra crianças e adolescentes aumentou significativamente, revelando que a maioria das ocorrências se dá no ambiente doméstico e é praticada por pessoas próximas às vítimas. Essa realidade reafirma a importância de políticas públicas voltadas à proteção integral e à responsabilização de agressores, especialmente em contextos familiares, escolares e comunitários que deveriam ser espaços seguros para o desenvolvimento infantojuvenil (Cerqueira et al., 2025).

#### **4. Serviço Social: princípios éticos na defesa da infância**

A atuação do assistente social no complexo e desafiador campo da proteção à criança e ao adolescente vítima de violência, é orientada por valores e princípios do projeto ético-político da profissão que transcende a mera execução de tarefas burocráticas ou assistenciais. No Brasil, um país ainda marcado por profundas desigualdades sociais e onde a incidência da violência contra esse grupo vulnerável persiste em números alarmantes, conforme reiteradamente apontado por relatórios do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do UNICEF que revelam, por exemplo, que mais de 15 mil crianças e adolescentes (0 a 19 anos) foram mortos de forma violenta nos últimos três anos (2021-2023), e que, no mesmo período, 165 mil foram vítimas de violência sexual, com 75,5% dos estupros registrados tendo crianças e adolescentes como vítimas, e 61,3% dessas com até 13 anos de idade, o compromisso profissional do Serviço Social eleva-se a um patamar de resistência, defesa de direitos e, acima de tudo, de contribuição com a transformação social. Não se trata apenas de um "fazer" técnico, mas de um "estar" no mundo, permeado por valores inegociáveis que devem guiar cada intervenção, cada escuta e cada decisão.

O Código de Ética Profissional do (a) Assistente Social, não trata apenas de princípios e artigos a serem memorizados, ou uma lista de regras a serem seguidas, são ideais a serem encarnados e vivenciados na prática profissional diariamente, exigindo reflexão crítica e posicionamento. Quando o código estabelece o repúdio incondicional à violência em todas as suas formas, ele convoca o profissional a ir muito além da denúncia formal de um caso isolado. Essa diretriz está intrinsecamente ligada ao

Princípio II do Código, que preconiza a "defesa intransigente dos direitos humanos e a construção de uma sociedade justa e igualitária".

Para o assistente social, defender intransigentemente os direitos humanos significa, em sua essência, desnaturalizar a violência, combatendo a perigosa ideia de que certas formas de agressão seja ela física, psicológica ou negligência são "normais", "parte da educação" ou "assuntos privados" que não devem ser interpostos. Esse repúdio se traduz na busca incansável por ambientes seguros para crianças e adolescentes, e na defesa intransigente de sua dignidade, bem-estar e integralidade. É um convite à vigilância constante e à ação proativa contra qualquer manifestação de violação (BRASIL,1993).

Com isso, defender a justiça social e a equidade é fundamental no cotidiano profissional do(a) assistente social, especialmente no Brasil, que enfrenta profundas desigualdades. A violência contra crianças e adolescentes é muitas vezes agravada pela pobreza, racismo e exclusão social. O assistente social não se limita ao caso individual, ele busca as raízes sociais e estruturais da violência, lutando por políticas públicas mais justas e acesso equânime aos direitos sociais. Agir com equidade, significa oferecer suporte diferenciado para que todos tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento e proteção, independentemente de sua condição e origem. As orientações éticas da profissão ressalta a importância de buscar raízes sociais e estruturais da violência, lutando por políticas públicas justas e acesso aos direitos sociais (BRASIL, 1993)

Marilda Yamamoto (2007), uma das maiores referências teóricas e éticas do Serviço Social brasileiro, argumenta de forma contundente que a profissão possui um projeto ético-político que se posiciona claramente em favor da construção de uma sociedade mais justa, igualitária e livre de exploração. Esse projeto, por sua própria natureza, não permite a neutralidade. O assistente social é, por sua formação, um agente político que, ao defender intransigentemente os direitos humanos e combater as violações, atua na contramão de um sistema que muitas vezes naturaliza a exploração, a opressão e a violência. Ao desvelar as contradições sociais, analisar criticamente a conjuntura e lutar pela superação das desigualdades, o profissional não apenas "ajuda" indivíduos ou famílias pontualmente, mas contribui para a transformação das estruturas que geram sofrimento e injustiça.

Os materiais produzidos pelos Conselhos Regionais e Federal de Serviço Social (CRESS e CFESS) servem como um balizador crucial para a prática profissional ética. Segundo o CFESS/CRESS (2020), a cartilha “Assistente Social no Combate à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes”, reafirma esse compromisso, ao mesmo tempo em que oferece subsídios práticos e teóricos de alta relevância para a identificação, notificação compulsória e acompanhamento de casos de violência sexual - uma das formas mais hediondas de violação dos direitos da infância. Neste documento, a cartilha defende a atuação profissional como uma frente vital e indispensável no enfrentamento dessa grave violação.

Essa postura ética inabalável se materializa na prática diária do assistente social, que se insere em uma complexa e por vezes desafiadora rede de proteção, para enfrentar a violência contra crianças e adolescentes. Longe de ser um trabalho isolado, a intervenção profissional se constrói e se fortalece na articulação com diversos atores e instituições. Um dos primeiros e mais delicados passos na atuação profissional é a escuta qualificada. Não se trata simplesmente de registrar um depoimento ou preencher um formulário; é um processo profundo de criação de um ambiente seguro e acolhedor onde a criança ou o adolescente, muitas vezes silenciados pelo trauma, sintam-se à vontade e confiantes para compartilhar suas experiências, permitindo ao profissional traçar as melhores estratégias de intervenção e realizar os encaminhamentos necessários.

A concretização desses princípios éticos e o projeto societário em favor da dignidade humana se manifestam na prática diária do assistente social, que atua como um elo fundamental em uma rede de proteção multifacetada. A eficácia dessa intervenção, longe de ser um esforço isolado, reside na capacidade do profissional de orquestrar ações com diversos atores e instituições. É nesse contexto de colaboração e responsabilidade compartilhada que a escuta qualificada emerge como um pilar central, permitindo a compreensão profunda das necessidades e a construção de caminhos efetivos para a proteção integral de crianças e adolescentes vítimas de violência.

## **5.Considerações finais**

A violência contra crianças e adolescentes, enquanto fenômeno social complexo, representa não apenas uma grave violação de direitos humanos, mas também um desafio estrutural para políticas públicas e para as profissões que atuam na garantia da

proteção integral. Embora o marco legal brasileiro especialmente o ECA, represente um avanço significativo ao reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, a persistência das diversas formas de violência denuncia a fragilidade da efetivação desses direitos no cotidiano.

Nesse cenário, o Serviço Social se insere como uma profissão comprometida ética e politicamente com a defesa intransigente dos direitos humanos, logo com os direitos referentes à infância e adolescência. A atuação profissional, orientada pelo Código de Ética e pelo projeto ético-político da categoria, exige não apenas domínio técnico, mas posicionamento crítico diante das desigualdades estruturais que atravessam a questão da violência. A escuta qualificada, o trabalho intersetorial em rede e a articulação entre proteção e responsabilização constituem estratégias fundamentais no enfrentamento dessas violações.

Como destaca Iamamoto (2007, p. 195), “o assistente social é um trabalhador que, por meio de sua intervenção, desvela e enfrenta as expressões da questão social, reafirmando os direitos historicamente negados às classes subalternas.” Nesse sentido, a defesa da infância e adolescência como prioridade absoluta não se limita à garantia legal, mas exige posicionamento crítico, prática intersetorial e articulação permanente com os instrumentos da rede de proteção, visando romper os ciclos de invisibilidade, negligência e violência.

## **Referências**

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 13 jul. 2025.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 11 jul. 2025.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Código de Ética Profissional do Assistente Social. Resolução nº 273, de 13 de março de 1993. Brasília: CFESS, 1993.

Campos, Maria Malta. O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e a construção de políticas públicas. In: Rizzini, Irene; Pilotti, Francisco (org.). A criança e a lei no Brasil: revisitando a história. Rio de Janeiro: EDUSU/UNICEF, 2009. p. 195-214.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Assistentes sociais no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes*. Brasília: CFESS, 2020. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1707>. Acesso em: 15 jul. 2025.

Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Assembleia Geral da ONU, 10 dez. 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/universal-declaration-of-human-rights>. Acesso em: 13 jul. 2025.

Iamamoto, Marilda Villela. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). *Atlas da Violência 2025*. Brasília: Ipea, 2025

Lima, Flávia; Nascimento, Tatiane; Lima, Marcelo. Cyberbullying: uma nova face da violência entre adolescentes. *Revista Psicologia e Saúde*, v. 8, n. 2, 2016.

Macedo, Davi Manzini et al. Revisão sistemática de estudos sobre registros de violência contra crianças e adolescentes no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 2, p. 487-496, 2019.

Netto, José Paulo. *Transformações societárias e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2005.

Rizzini, Irene. *Silêncios e silenciamentos: um estudo sobre violência doméstica contra crianças*. Rio de Janeiro: UNICEF/EDUCA, 2002.

UNICEF Brasil; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil: (2021-2023)*. São Paulo: FBSP; UNICEF Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2025.

UNICEF. (2019, 4 de setembro). Mais de um terço dos jovens em 30 países relata ser vítima de bullying online [comunicado de imprensa]. Disponível: <https://www.unicef.org/brazil/innocenti/comunicados-de-imprensa/mais-de-um-terco-dos-jovens-em-30-paises-relatam-ser-vitimas-bullying-online>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *World report on violence and health*. Genebra: OMS, 2002. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9241545615>. Acesso em: 15 jul. 2025.

Organização das Nações Unidas (ONU). *Carta das Nações Unidas*. São Francisco, 26 jun. 1945. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/un-charter>. Acesso em: 10 jul. 2025.

Pereira, Tânia da Silva. *Crianças e adolescentes: sujeitos de direitos*. São Paulo: Atlas, 2013.

Pilotti, Francisco; Rizinni, Irene. A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño; Editora Universitária Santa Úrsula, 1995.



## **AUTORES**

**Adriana Dutra de Sousa**

Assistente Social. Mestra em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Especialista em Planejamento e Gestão em Políticas Públicas pela Faculdade Serrana de Ensino Superior (FASEP/Brasília - DF). Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Analista Executivo - Assistente Social na Secretaria de Estado da Administração - SEAD e Técnica Municipal de Nível Superior - Assistente Social no Centro de Especialidades Bairro de Fátima - SEMUS. Email: drydutra@hotmail.com

**Alexandre Magno do Carmo Macedo Junior**

Discente de Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (2023), Estagiário da Assessoria de Convivência Educacional (2025) na Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC-PA), Ex Voluntário Civil na Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA) no Centro Integrado de Atenção Psicossocial (2022), Integrante do Grupo de Estudos Lellia Gonzales, Coordenado pela Profa. Dra. Maria Antonieta, Bolsista do projeto FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL PARA CANDIDATAS/OS AO ENSINO SUPERIOR POR MEIO DAS COTAS RACIAIS (2023-2025)

**Ana Maria da Silva Bueno**

Assistente Social; Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da Unesp/Franca, ana.m.bueno@unesp.br

**Andréa Mello Pontes**

Docente da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará, Doutora em Antropologia Social pela Universidad Complutense de Madrid (2009), andreamellopontes@gmail.com

**Antônio Gabriel Santana Martins**

Assistente Social. Atua como professor adjunto da Universidade Estadual de Maringá (UEM), onde coordena o projeto Estudos Marxistas e desenvolve pesquisas sobre crítica da economia política e método materialista histórico-dialético. Doutor em Serviço Social (UFRJ). E-mail: gabrielmartins1871@gmail.com

**Arthur Vinícius Rayol da Cruz**

Discente de Serviço Social da Universidade Federal do Pará.

**Aslan Rodrigues do Nascimento Bogado**

Assistente Social. Atua como analista de assistência e desenvolvimento social na Prefeitura de São Paulo-SP, onde coordena CREAS e atua como gestor e supervisor técnico de serviços socioassistenciais. Mestre em Serviço Social (PUC-SP). E-mail: aslanbogado@prefeitura.sp.gov.br

**Bárbara Resende Batista**

Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em Serviço Social, Brasil  
barbara\_resendeb@outlook.com

**Camilly Danielly Santos Rocha**

Graduanda de Serviço Social pela Universidade Federal do Pará,  
camillysantos0406@gmail.com

**Catalina Ignacia Robles Dominguez**

Assistente Social. Discente no Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Bacharel em Serviço Social (UNILA). E-mail: catalinaroblesdominguez@gmail.com

**Claudine Sodrê Aragão Andrade Leal**

Assistente Social; Mestranda UFRB; Sesc Serviço Social do Comércio Bahia;  
dineleal1@hotmail.com

**Daniele Silva de Santana**

Graduanda em Serviço Social pela Universidade de Pernambuco - Campus Mata Sul. Extensionista do Projeto UPE na feira. Extensionista do Projeto UPE nas Escolas. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Estado, Políticas Sociais e Movimentos Sociais. Membro do Grupo de Pesquisa sobre Relações de Exploração e Opressão de Gênero, Geração, Feminismos e Serviço Social - GPEXO.

**Elaine Amazonas Alves dos Santos**

Assistente Social; Mestre UFBA; Conselho Federal de Serviço Social 2023-2026;  
elaineamazonas@gmail.com

**Ellen Elizabeth Mendes Cândido**

Graduanda em Serviço Social, pela Universidade de Pernambuco (UPE) Campus Mata Sul. Participante do grupo de extensão "Observatório da Violência contra a Mulher da Mata Sul Pernambucana". Participante do grupo de pesquisa "Relações de Exploração e Opressão de Gênero, Geração, Feminismos e Serviço Social (GPEXO)". Integrada ao grupo de extensão "UPE na Feira "Integrada ao grupo de extensão "UPE nas Escolas". Participante do grupo de pesquisa "Políticas Públicas, Questão Social, Democracias, Direitos e Diversidades - VIOLAS".

**Fernanda Leticia Silva Pinto**

Graduanda de Serviço Social pela Universidade Federal do Pará,  
fernanda.pinto@icsa.ufpa.br

**Geovanna Ellen dos Santos Barbosa**

Assistente Social, Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação da Unesp/Franca, geovanna.ellen@unesp.br

**Gisele Aparecida Bovolenta**

Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em política social, atuando principalmente nos seguintes temas: política de assistência social; política previdenciária; benefícios socioassistenciais; sistemas de proteção social; LOAS; CRAS; SUAS, Seguridade Social. É docente no curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e está como coordenadora do curso de graduação; coordenadora do Núcleo de Políticas Públicas Sociais da Unifesp; e colunista no Jornal em Dia na coluna "Olhar Social", gisele.bovolenta@unifesp.br

**Janderson Da Silva Andrade**

Discente de Serviço Social da Universidade Federal do Pará.

**Joana Queiroz Ambrosio Alexandria Pinheiro**

Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em Serviço Social, Brasil

joanaalexandria9@gmail.com

**Kátia Hale dos Santos**

Assistente Social. Atua como professora assistente da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), onde desenvolve pesquisas sobre a insegurança alimentar e questão urbana-rural. Organizadora do livro "O urbano em questão: reflexões críticas. Doutora em Serviço Social (PUC-SP). E-mail: katia.hale@unifesp.br

**Kauã Kaiky Santos dos Santos**

Discente de Serviço Social da Universidade Federal do Pará.

**Leida Cabral Nascimento da Silva**

Possui Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Residência Multiprofissional em Saúde (UFMA); Especialista em Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes (USP); Mestrado em Políticas Públicas pelo Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas (PPGPP-UFMA). Atualmente exerce a função de Assistente Social do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HUUFMA). Tem experiência na área de Serviço Social com ênfase em Gestão e Saúde Pública; Membro da Comissão de Orientação e Fiscalização COFI/CRESS-MA; Membro do Comitê de Ética em Pesquisa do HUUFMA; Preceptora do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do HUUFMA e Supervisora Técnica de Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Serviço Social da UFMA.

**Lilia Penha Viana Silva**

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão. Doutora em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (2012). Professora Associada da Universidade Federal do Maranhão. Pesquisadora do Grupo de Estudos Pesquisa e Extensão em Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas – GDÈS. Coordenadora Geral do Programa CapacitaSUAS/MA/UFMA – 2015/2022. Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. Área de

concentração: Políticas Sociais e Programas sociais. Linhas de pesquisa: 1 - Seguridade Social: Política de Saúde, Política de Assistência Social e Previdência Social. 2. Violência, Família, Criança, Idoso e Gênero. Email: lilia.penha@ufma.br

**Lucas da Silva Alegario**

Discente de Serviço Social da Universidade Federal do Pará.

**Maria Antonieta Rocha dos Santos**

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (1984) e mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (2005). Exerceu atividade profissional como Assistente Social desde 1984 na Fundação do Bem Estar Social do Pará, Em (1992) na Secretaria Executiva de Trabalho e Promoção Social. Entre 2007 e 2010) foi Diretora de Assistência Social - Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social do Pará. Concursada como Professor (a) Titular da Universidade Federal do Pará (2010). Tem experiência na área de Planejamento Urbano e Regional, com ênfase em Teoria do Planejamento Urbano e Regional, atuando principalmente nos seguintes temas. Assistência Social, regionalização, municipalização do Sistema Único de Assistência Social, participação no Grupo de Pesquisa e Extensão: Trabalho, Tecnologia Social e Desenvolvimento da Amazônia -GETS/UFPA. Curso de Doutorado pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2017). Ênfase no tema: Interseccionalidade, raça/etnia e gênero na formação em Serviço Social. Atualmente desenvolve estudos e pesquisas com o tema: raça, etnia e gênero: intersecções da diferença nas experiências de estudantes negras que ingressam na UFPA através das cotas raciais e coordena o Grupo De Estudos e Pesquisas Lélia Gonzalez.

**Maria Cristina Piana**

Assistente Social; Doutora em Serviço Social pela Unesp/Franca. Atua como docente, pesquisadora e orientadora na mesma instituição, cristina.piana@unesp.br

**Maria Natália Ornelas P. B. Guerra**

Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Docente do curso de Serviço Social, campus Baixada Santista/UNIFESP. Vice coordenadora do Núcleo de

Políticas Públicas Sociais – NPPS. Atuou como Assistente Social na Prefeitura Municipal de Santos nas áreas de assistência social e saúde. Militante da área da criança e adolescente. Áreas de estudo e pesquisa: família, criança e adolescente, proteção social, trabalho profissional da/o assistente social, políticas públicas e o papel do Estado. Membro do Comitê Estadual Orfandade e Direitos do estado de São Paulo, natalia.guerra@unifesp.br

**Maricelly Costa Santos**

Assistente Social. Professora do curso de Serviço Social da Universidade de Pernambuco- UPE/ Campus Mata Sul. Doutora em Serviço Social (UFAL). Mestre em Serviço Social (UFAL). Especialista em Serviço Social, Direitos e Políticas Públicas (UFAL). Vice líder e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa sobre relações de exploração e opressão de gênero, geração, feminismos e Serviço Social - GPEXO - UPE/Campus Mata Sul. Coordenadora do Observatório da Violência contra a Mulher na Mata Sul de Pernambuco (projeto de pesquisa extensão). Atualmente, vice- coordenadora do curso de Serviço Social da Universidade de Pernambuco- Campus Mata Sul.

**Ninna Beatriz Pereira de Freitas**

Assistente Social; Especialista UFBA; Secretaria Municipal de Saúde de Salvador; ninnabia@gmail.com

**Paloma Terezinha Miquilini Piani**

Assistente Social, Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da Unesp/Franca, paloma.piani@unesp.br

**Paulo Cezar Mendes**

Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Geografia, Brasil, paulo.mendes@ufu.br

**Rosalinda Chedian Pimentel**

Economista; Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ. Professora Voluntária do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp/Franca, rchedian@gmail.com

**Victoria de Cássia Ferreira da Silva**

Graduanda de Serviço Social pela Universidade Federal do Pará,  
vickcaniff21@gmail.com

**Wilosmar Willian de Oliveira**

Graduando em Serviço Social pela Universidade de Pernambuco. Tem experiência na área de Serviço Social.

# VOZES DA SOCIEDADE

## QUESTÕES POLÍTICAS E SOCIAIS

Em um país marcado por contrastes, desafios e resistências, este livro reúne diferentes vozes que analisam as questões políticas e sociais que moldam o Brasil contemporâneo.

Com uma abordagem crítica, plural e acessível, a obra apresenta reflexões sobre democracia, desigualdade, educação, saúde, segurança, meio ambiente, direitos humanos, participação popular e os caminhos possíveis para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Mais do que um retrato dos problemas, Vozes da Sociedade é um convite ao diálogo, à escuta ativa e à ação coletiva. Porque compreender a realidade é o primeiro passo para transformá-la.


**Diferentes olhares.**  
**Múltiplas experiências.**  
**Um só compromisso:**  
**construir um Brasil melhor.**



ISBN 978-658528440-0



9 786585 284400



EDUCAÇÃO  
NÃO É GASTO.  
É INVESTIMENTO.



DEMOCRACIA  
SE FAZ COM  
PARTICIPAÇÃO